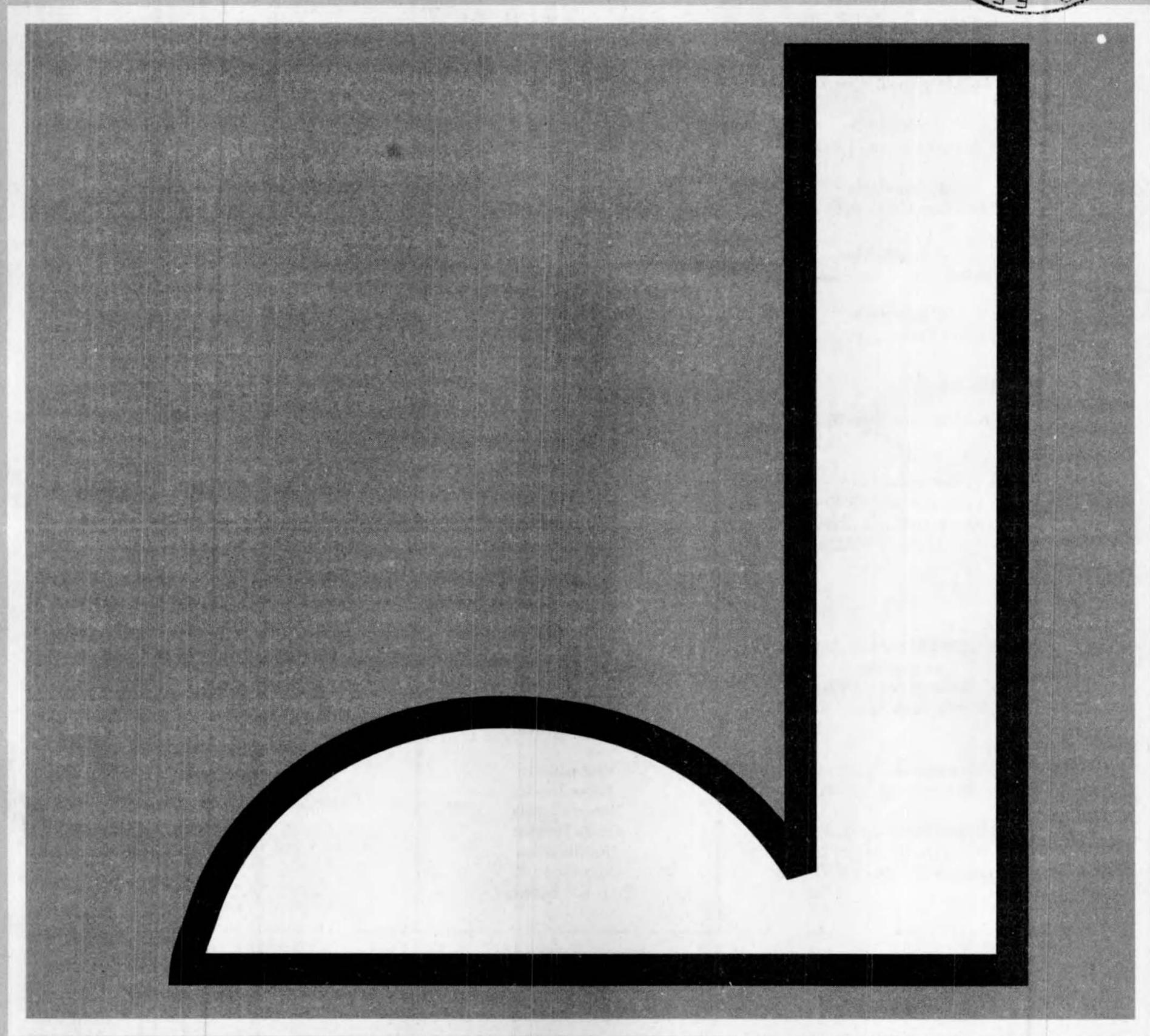


EXEMPLAR UNICO



República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LII - N° 137

SEXTA-FEIRA, 8 DE AGOSTO DE 1997

BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR UNICO

<p>MESA Presidente Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</p> <p>1º Vice-Presidente Geraldo Melo - PSDB - RN</p> <p>2º Vice Presidente Júnia Marise - Bloco - MG</p> <p>1º Secretário Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</p> <p>2º Secretário Carlos Patrocínio - PFL - TO</p> <p>3º Secretário Flaviano Melo - PMDB - AC</p> <p>4º Secretário Lucídio Portella - PPB - PI</p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>1ª - Emília Fernandes(*) - - RS 2ª - Lúdio Coelho - PSDB - MS 3ª - Joel de Hollanda - PFL - PE 4ª - Marluce Pinto - PMDB - RR</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Reeleito em 2-4-97) Romeu Tuma - PFL - SP</p> <p>Corregedores - Substitutos (Reeleitos em 2-4-97)</p> <p>1º - Ramez Tebet - PMDB - MS 2º - Joel de Hollanda - PFL - PE 3º - Lúcio Alcântara - PSDB - CE</p>	<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR</p> <p>(Designação : 16 e 23-11-95) Nabor Junior - PMDB - AC Waldeck Ornelas - PFL - BA Emília Fernandes - PTB - RS José Ignácio Ferreira - PSDB - AC Lauro Campos - Bloco - DF</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Élcio Alvares - PFL - ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda - PSDB - DF Wilson Kleinübing - PFL - SC Ramez Tebet - PMDB - MS</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Gilberto Miranda Romero Jucá Romeu Tuma Júlio Campos</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra</p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sergio Machado</p> <p>Vice-Líderes Osmar Dias Jefferson Peres José Ignácio Ferreira Coutinho Jorge</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líderes Sebastião Rocha Antonio Carlos Valadares Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitacio Cafeteira</p> <p>Vice-Líderes Leomar Quintanilha Esperidião Amim</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>Vice-Líder Regina Assumpção</p>
--	--	--

(*) Sem partido

Atualizada em 7/8/97.

EXPEDIENTE		
<p>AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	<p>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL</p> <p>Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 97ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 7 DE AGOSTO DE 1997

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 24, de 1997, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Senadores, que altera o art. 143 da Constituição Federal..... 15880

1.2.2 – Ofícios

Nº 327/97, de 5 do corrente, do Líder do PV na Câmara dos Deputados de indicação de membros para a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.573-10, de 1997. Designação dos Deputados Fernando Gabeira e Gilney Viana para integrarem, respectivamente, como titular e suplente, a referida Comissão. 15882

Nº 40/97, de 6 do corrente, do Líder do Bloco Parlamentar de Oposição no Senado Federal, de indicação de membros para a Comissão Parlamentar Externa, criada a partir do Requerimento nº 533, de 1997. 15882

Nº 167/97, de 5 do corrente, do Líder em exercício do PFL no Senado Federal, de indicação de membros para a Comissão Parlamentar Externa, criada a partir do Requerimento nº 533, de 1997..... 15882

S/Nº, de 6 do corrente, do Líder do PPB no Senado Federal, de indicação de membros para a Comissão Parlamentar Externa, criada a partir do Requerimento nº 533, de 1997..... 15882

Nº 283/97, de 6 do corrente, do Vice-Líder do PMDB no Senado Federal, de indicação de membros para a Comissão Parlamentar Externa, criada a partir do Requerimento nº 533, de 1997. 15883

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Designação dos membros da Comissão Parlamentar Externa criada pelo Requerimento nº 533/97, destinada a estudar possíveis efeitos e soluções para o fenômeno atmosférico El Niño em população sujeita à sua ação, conforme indicações constantes de ofícios de líderes, lidos anteriormente..... 15883

Recebimento do Aviso nº 770/97, de 16 de julho último, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando demonstrativo dos resultados alcançados nos trabalhos de auditoria realizados nas obras consideradas prioritárias pela Comissão Temporária das Obras Inacabadas, objeto da Decisão nº 674/95, bem como cópias das Decisões, Relatórios e Votos adotados por aquele Tribunal nos casos já julgados..... 15883

Término do prazo, ontem, para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1996 (nº 360/95, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de colete à prova de bala por profissionais nas condições que especifica e dá outras providências. 15883

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR *ABDIAS NASCIMENTO* – Realização, no último dia 2, do 1º Encontro da Comunidade Negra e Cidadania, na baixada fluminense. Síntese da atuação de S. Exª no Senado Federal. 15883

SENADOR *FREITAS NETO* – Análise dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no que concerne ao crescimento, concentração populacional e a mudança do perfil do brasileiro. A baixa inflação de julho passado, a menor desde 1951..... 15886

SENADORA *BENEDITA DA SILVA* – Término, amanhã, da 6ª Semana Internacional do Aleitamento Materno..... 15888

SENADOR *CARLOS BEZERRA* – Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso, no próximo dia 9 de agosto, à divisa de Mato Grosso do Sul e São Paulo, onde se constrói a ponte rodoviária que ligará os dois Estados, em comemoração ao 1º ano do Programa Brasil em Ação. Equacionamento do problema do transporte e de energia no Centro-Oeste. Andamento da reforma agrária em Mato-Grosso..... 15892

1.2.5 – Requerimentos

Nº 540, de 1997, de autoria do Senador Gilberto Miranda, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. 15895

Nº 541, de 1997, de autoria do Senador José Ignácio Ferreira, solicitando a tramitação

em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 61 e 234, de 1996, de autoria dos Senadores Lúcio Alcântara e Júlio Campos, respectivamente ... 15895

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Aviso nº 41, de 1997, do Ministro da Aeronáutica, comunicando que foram iniciadas, a partir de maio de 1996, as gestões necessárias à preparação, discussão, aprovação e assinatura dos contratos de financiamento do Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM, e que, após tomadas as medidas administrativas pertinentes, os contratos de financiamento e comerciais, previstos nas Resoluções nº 91, 93, 95, 96 e 97, de 1994, e 37, de 1996, entraram em vigor no dia 25 de julho de 1997. (Diversos nº 43, de 1997). 15895

Lembrando ao Plenário que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão deliberativa ordinária do próximo dia 12 de agosto, terça-feira, será destinado a comemorar o Dia das Artes, de acordo com o Requerimento nº 370, de 1997, de autoria da Senadora Benedita da Silva e outros Senadores, esclarecendo, ainda, que estão abertas as inscrições para a referida homenagem. 15895

1.3 – ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1997 (nº 3.106/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a transferência da Escola de Enfermagem de Manaus, unidade organizacional descentralizada da Fundação Nacional de Saúde, para a Fundação Universidade do Amazonas, e dá outras providências. Aprovado, após parecer de plenário favorável. À sanção. 15895

Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador Ronaldo Cunha Lima, que dá nova redação ao § 2º do art. 102 da Constituição Federal (efeito vinculante). 2º dia de discussão, em 2º turno, tendo o Sr. José Eduardo Dutra solicitado ao Presidente Antonio Carlos Magalhães que encaminhe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pedido de S. Exª concernente à apresentação de destaques à proposta de emenda à Constituição, em segundo turno. 15897

1.3.1 – Parecer

Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 136, de 1997, do Senhor Presidente da República, de indicação do Senhor Gustavo Henrique de Barroso Franco para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil. 15897

1.3.2 – Requerimento

Nº 542, de 1997, de autoria do Senador Sérgio Machado e outros Senadores, solicitando dispensa de interstício e prévia distribuição de

avulsos do Parecer nº 394, de 1997, da Comissão de Assuntos Econômicos, lido anteriormente, a fim de que conste da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa. Aprovado. 15902

1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR CASILDO MALDANER – Defendendo a interiorização do desenvolvimento no Brasil. 15902

SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA – Aspectos do anteprojeto proposto pelo Ministro Extraordinário dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento, que visa a transformação dos clubes de futebol em empresas, dentre outras modificações. 15904

SENADOR EDUARDO SUPPLY – Críticas a algumas declarações do Sr. Gustavo Franco, ao ser sabatinado hoje pela manhã na Comissão de Assuntos Econômicos, de que não se preocupa com a situação dos meninos de rua. 15907

SENADOR NEY SUASSUNA – Baixíssima qualidade de vida da maioria da população brasileira e o descaso das autoridades públicas com esta situação. 15908

1.3.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ESPERIDIÃO AMIN – Situação dos moradores de casas para operários situadas em Imbituba, no litoral de Santa Catarina e transferidas, há alguns anos, da Companhia Docas de Imbituba ao patrimônio da União, dos quais está sendo cobrada taxa de ocupação de valor elevado para a renda das famílias que as ocupam. 15910

SENADOR GILBERTO MIRANDA – Considerações sobre a preservação ambiental no País, que será contemplada em breve com um bem acabado conjunto de normas, destinadas a caracterizar e punir as condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, em face da aprovação pelo Senado Federal de projeto de lei sobre crimes ambientais e encaminhado à Câmara dos Deputados. 15911

SENADOR GILVAM BORGES – Greve de policiais militares em diversos estados. 15912

1.3.5 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se no próximo dia 12, às 19 horas, destinada à apreciação de vetos presidenciais e medidas provisórias. 15913

1.3.6 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÃO ANTERIOR

Do Senador Edison Lobão, proferido na sessão de 6-8-97 (republicação). 15915

Do Senador Elcio Alvares, proferido na sessão de 6-8-97 (republicação)..... 15922

3 – RETIFICAÇÃO

Ata da 5ª Sessão Não Deliberativa, realizada em 7 de julho de 1997 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente..... 15924

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 7-8-97

5 – ATO DO PRESIDENTE

Nº 184, de 1997..... 15925

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 2.523 a 2.525, de 1997..... 15925

7 – MESA DIRETORA

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

12 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 97ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 7 de agosto de 1997

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs. Antonio Carlos Magalhães e Geraldo Melo.

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Abdias Nascimento – Ademir Andrade – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Bello Parga – Benedita da Silva – Beni Veras – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Coutinho Jorge – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Elcio Alvares – Emilia Fernandes – Ernandes Amorim – Esperidião Amin – Fernando Bezerra – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Agripino – José Alves – José Bianco – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Ignácio Ferreira – José Roberto Arruda – José Serra – Júnia Marise – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Levy Dias – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Osmar Dias – Otoniel Machado – Pedro Simon – Ramez Tebet – Regina Assumpção – Renan Calheiros – Roberto Freire – Roberto Requião – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sergio Machado – Valmir Campelo – Vilson Kleinubing – Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A lista de presença acusa o comparecimento de 67 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Peres.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24, DE 1997

Altera o art. 143, da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional.

Art. 1º O art. 143 da Constituição federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 143 O serviço militar é obrigatório, nos termos da lei.

Parágrafo único. Às Forças armadas compete, em tempo de paz e na forma da lei, atribuir serviço alternativo, após alistamento:

I – aos que:

a) alegarem imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividade de caráter essencialmente militar;

b) não sejam incorporados em organização militar da ativa ou de formação da reserva, por outros impedimentos previstos na lei do serviço militar.

II – às mulheres e aos eclesiásticos.

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As mudanças na geopolítica mundial trouxeram um novo cenário para as representações nacionais, com novas delimitações fronteiriças e de suas atribuições, tendo como real consequência a redefinição das funções de defesa e reestruturação das forças armadas. Contingentes reduzidos, profissionalizados e dotados de equipamentos de tecnologia de ponta vieram substituir contingentes numerosos, mui-

tas vezes excessivos e, em conseqüência, insuficientemente preparados.

O reflexo destas mudanças chega ao Brasil. Há pouco tempo, foi fartamente noticiada pela imprensa a intenção das Forças Armadas brasileiras de reduzir o número de recrutas e incrementar a especialização de seus quadros efetivos e de reserva, na tentativa de aparelhar suas tropas e romper com o hiato tecnológico que há tempos vem afligindo nossos estrategistas militares.

Realmente, o quadro agora é outro: o front temido e inevitável de outrora transferiu-se para as ruas e praças de nossas cidades. Não me refiro à violência urbana, pois, para esta dispomos de aparato legal respectivo, felizmente este, desvinculado das ações de defesa de caráter militar interno de tempos de que não queremos nos lembrar. Refiro-me à perversa guerrilha urbana que se trava em nossa sociedade, devido à quase anomia social que nos assalta e ao perverso alijamento dos cidadãos da cidadania e, por fim, mas sem esgotar a infeliz simetria, o ato de viver esquecido à vida.

Valores que há muito deveriam estar sedimentados em nossa cultura trilham o caminho do esquecimento, percurso este que pode ser irreversível. As formas de participação da sociedade para com deveres dela mesma têm sido surtos esporádicos de manifestações de repúdio – em sua maioria justas e necessárias – a situação de abandono dos valores cívicos, e conseqüentemente, mas não diretamente, públicos. Precisamos de mais, cobrar do Estado não é somente Direito, porém Dever de cada brasileiro. Entretanto, não pode se exaurir aí nosso entendimento de vida pública. Há que nos interarmos mais, colaborarmos mais, discutirmos mais, enfim, trabalharmos mais: por nossas ruas, nossos bairros, nossas cidades, pelo Brasil. O grande estadista americano John Fitzgerald Kennedy assim conclamou seu povo à cidadania: Não pergunte o que seu País pode fazer por você, e sim o que você pode fazer e tem feito por ele.

São muitas as ações necessárias para romper esse estado caótico, logo, temos de começar a tomar atitudes. Engajar o brasileiro na plenitude de sua vida social, começar a incluir os excluídos antes que se afirme sua condição de pária. Para tanto, venho a meus nobres pares apresentar esta Proposta de Emenda à Constituição, embasado na histórica eficiência e organização de nossas instituições militares, visando o aproveitamento de excessivo contingente dos alistados no Serviço Militar em atividades alternativas às da caserna.

Segundo dados (em média) do Estado Maior das Forças Armadas – EMFA, nos últimos cinco anos, a cada ano, foram alistados 1,3 milhão de jovens em todo o País, em todas as Forças, sendo, destes, 440 mil considerados aptos, dos quais 113 mil efetivamente incorporados ou matriculados nos quadros militares, ou seja, em síntese, as Forças Armadas utilizam-se de aproximadamente 10% (dez por cento) dos recursos humanos disponíveis, restando aos outros 90% (noventa por cento) o descompromisso de obrigações com a pátria, em tempos de paz, cumpre observar.

Ressalte-se que os dados anteriormente citados referem-se às informações disponíveis pelas instituições militares no que diz respeito ao contingente masculino, que está, efetivamente, sob o controle dessas instituições. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia IBGE, nossa pirâmide populacional apresenta ligeira superioridade no contingente feminino para esta mesma faixa etária, a dos alistáveis. Portanto, na realidade estamos lidando com o dobro do volume de recursos humanos, abrindo-se no contexto desta proposição um leque plurifacetado de atividades e serviços utilizáveis.

O objetivo desta proposição é o engajamento deste relevante número de jovens em atividades de caráter civil, tais como: serviços administrativos, assistenciais, filantrópicos, comunitários ou até mesmo produtivos em setores públicos, no âmbito dos três Poderes e suas respectivas esferas Federal, Estadual e Municipal. Tal prestação se daria por meio de convênios entre as supracitadas entidades, com e sob a gestão e o controle do Estado Maior das Forças Armadas – EMFA, da forma como já prevê a Lei nº 8.239, de 4 de outubro de 1991, que dispõe sobre a prestação de Serviço Alternativo ao Serviço Militar Obrigatório, legislação esta que pretendemos ajustar, oportunamente, por meio de Projeto de Lei adequado.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 1997. – Pedro Simon, Jader Barbalho, José Fogaça, João Rocha, Roberto Freire, Abdias Nascimento, Francelino Pereira, Jonas Pinheiro, Emandes Amorim, Beni Veras, Joel de Hollanda, Ney Suassuna, Coutinho Jorge, Valmir Campelo, José Bianco, Benedita da Silva, Bello Parga, Lúcio Alcântara, Regina Assumpção, Emília Fernandes, Ramez Tebet, Edison Lobão, Gilvan Borges, Lauro Campos, Carlos Bezerra, Mauro Miranda, Bernardo Cabral, Casildo Maldaner.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

.....
.....
Art. 143. O serviço militar é obrigatório nos termos da lei.

§ 1º Às Forças Armadas compete, na forma da lei, atribuir serviço alternativo aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar.

§ 2º As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz, sujeitos, a outros encargos que a lei lhes atribuir.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições específicas constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Peres.

É lido o seguinte:

OF/FG Nº 327/97

Brasília, 5 de agosto de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do deputado Fernando Gabeira (PV/RJ), como titular e do deputado Gilney Viana (PT/MT), como suplente para compor a Comissão Mista incumbida de emitir Parecer sobre a Medida Provisória nº 1.573-10, de 31 de julho de 1997, que". Altera dispositivos das Leis nºs 8.112 de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de fevereiro de 1954, e dá outras providências.

Aproveito a oportunidade para apresentar minhas cordiais saudações.

Atenciosamente, – Fernando Gabeira – Líder do PV.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência designa os Deputados Fernando Gabeira e

Gilney Viana, respectivamente, como titular e suplente, para integrarem a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.573-10, publicada em 1º de agosto de 1997, de conformidade com o expediente que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Péres.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº 40/97 – GLDPT

Brasília-DF, 6 de agosto de 1997

Senhor Presidente,

Em atenção ao OF. Nº 808/97, indico a senadora Benedita da Silva, titular, e a Senadora Marina Silva, suplente, para integrarem, como representantes do Bloco Parlamentar de Oposição, a Comissão Parlamentar Extrema criada a partir do Requerimento nº 533, de 1997, destinada a "avaliar e levantar medidas preventivas cabíveis para proteger as populações e as economias das Regiões que estão sujeitas a serem atingidas pelo fenômeno atmosférico "El Niño", segundo previsões feitas por autoridades da área".

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senador **José Eduardo Dutra**, Líder do Bloco Parlamentar de Oposição.

OF. Nº 167/97-GLPFL

Brasília, 5 de agosto de 1997

Senhor Presidente,

Em resposta ao Ofício SF/805/97, dessa Presidência, indico, para comporem a Comissão Parlamentar Externa destinada a avaliar e levantar medidas preventivas cabíveis para proteger as populações e as economias das Regiões que estão sujeitas a serem atingidas pelo fenômeno atmosférico "El Niño", os seguintes Senhores Senadores:

Titulares

Valdeck Ornelas

José Alves

Suplentes

Freitas Neto

Júlio Campos

Atenciosamente, – Senador **Edison Lobão**, Líder do PFL em exercício.

Brasília, 6 de agosto de 1997

Senhor Presidente,

Em resposta ao Of. SF/809/97 de 5-8-97, que solicita a designação partidária do Partido Progressista Brasileiro – PPB, para compor a Comissão Parlamentar Externa, criada através do Requerimento nº 533, de 1997, destinada a avaliar e levantar medidas preventivas cabíveis para proteger as populações

e as economias das Regiões que estão sujeitas a serem atingidas pelo fenômeno atmosférico "El Niño", indico os nobres Senadores Esperidião Amin e Levy Dias, como Titular e Suplente.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a os meus protestos de estima e consideração. – Senador **Leomar Quintanilha**, Vice-Líder do PPB.

OF. GLPMDB Nº 283/97

Brasília, 6 de agosto de 1997

Senhor Presidente,

Em resposta ao of. nº SF 806/97, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência os nomes dos senadores do PMDB que integrarão a Comissão Parlamentar Externa destinada a avaliar e levantar medidas preventivas cabíveis para proteger as populações e as economias das Regiões que estão sujeitas a serem atingidas pelo fenômeno atmosférico **El Niño**, segundo previsões feitas por autoridades da área, criada nesta data, em regime de urgência (art. 336, a, do Regimento Interno), através do Requerimento nº 533, de 1997.

Titulares

Senador Roberto Requião
Senador João França

Suplentes

Senadora Marluce Pinto
Senador Casildo Maldaner

Renovo, na oportunidade, votos de apreço e consideração. – Senador **Nabor Junior**, Vice-Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência designa os Senadores indicados pelas Lideranças do PFL, do PPB e do Bloco de Oposição para integrarem a Comissão Temporária, criada através do Requerimento nº 533, de 1997, nos termos dos expedientes que acabaram de ser lidos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência recebeu o Aviso nº 770, de 1997, de 16 de julho último, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando demonstrativo dos resultados alcançados nos trabalhos de auditoria realizados nas obras consideradas prioritárias pela Comissão Temporária das Obras Inacabadas, objeto da Decisão nº 674/95, bem como cópias das Decisões, Relatórios e Votos adotados por esse Tribunal nos casos já julgados.

O expediente será anexado ao processado do Requerimento nº 651, de 1995, e, em cópia, ao processado do Diversos nº 1, de 1996, que vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1996 (nº

360/95, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de colete à prova de bala por profissionais nas condições que especifica e dá outras providências.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Passamos à lista de oradores.

Concedo a palavra, por 20 minutos, ao nobre Senador **Abdias Nascimento**.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO (Bloco-PDT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, sob a proteção de Olorum, inicio este pronunciamento.

Com o propósito de discutir as novas formulações apresentadas para o enfrentamento da discriminação e das desigualdades raciais em nosso País, realizou-se, em 2 de agosto último, o I Encontro da Comunidade Negra e Cidadania na Baixada Fluminense. Organizado por três entidades afro-brasileiras – Centro de Estudos da Cultura e Teologia Negra, Centro de Articulação das Populações Marginalizadas e Grupo União e Consciência Negra -, o encontro reuniu lideranças, dentre as quais a ilustre Senadora **Benedita da Silva**, e pessoas da comunidade interessadas em temas como perspectivas e papel do Estado, violência e exclusão social, bem como nas diversas propostas que vêm sendo elaboradas e implementadas com vistas à valorização dos afro-descendentes.

Na ocasião em que tive a honra de ser homenageado, ao lado da figura histórica do marinheiro **João Cândido**, herói da Revolta da Chibata, acabei não tendo a oportunidade de ler meu discurso, em que faço um breve balanço de minha atuação nesta Casa. Felicitando os organizadores desse importante Encontro, passo agora à leitura do discurso que deveria ter feito naquela oportunidade.

Desenvolvida desde a chegada a estas terras dos primeiros africanos escravizados, em princípios do século XVI, a luta dos afro-brasileiros por igualdade e justiça é uma saga de crueldade e revolta, sofrimento e redenção, que se estende pela História deste País e se confunde com a luta pela liberdade do povo brasileiro. Maioria absoluta da população nos tempos da Colônia e do Império, e ainda maioria neste final de milênio – apesar das tentativas de embranquecer o Brasil, estimulando-se a imigração europeia -, os africanos e seus descendentes têm sido desde sempre os verdadeiros responsáveis pela construção deste País. Em troca, o que sempre re-

cebemos foi a discriminação, a humilhação e o desprezo, edulcorados por uma ideologia terrível na sua capacidade de amortecer a consciência dos oprimidos e subjugados: o mito da "democracia racial", instrumento que se revelou extraordinariamente eficaz em manter os negros no "seu" lugar – o da subalteridade absoluta em uma sociedade que, apesar de multirracial e pluriétnica, apresenta níveis de desigualdade racial mais elevados do que nações até recentemente caracterizadas pela prática do racismo oficial.

Primeiros europeus a escravizar africanos, os portugueses desenvolveram toda uma "ciência" da dominação, alicerçada em fundamentos amplamente encontráveis sobretudo nos textos da autoria de sacerdotes, mas também em documentos oficiais. Nelas se percebe a preocupação com a cultura africana, que deveria ser destruída, quando necessário, ou domesticada, sempre que possível. A religião, ponto focal da identidade dos africanos e seus descendentes, sempre ocupou um papel central nas preocupações desses políticos e intelectuais, incansáveis nas suas tentativas de suprimi-la ou cooptá-la. Outra arma ideológica foi a negação da contribuição negro-africana à História da Humanidade, alterando-se a identidade racial de povos como os egípcios ou ignorando-se intencionalmente o registro histórico de nações ricas e poderosas cuja negritude não poderia ser apagada.

A questão racial, assim, não é problema que se possa descartar de maneira leviana, como é tão comum fazer-se no Brasil. Não é, tampouco, um problema "dos negros". Trata-se, isto sim, da questão central, do nó górdio a ser cortado para que a sociedade brasileira possa definitivamente cortar os laços da dependência, romper as amarras do atraso, livrar-se do complexo que a faz sentir-se inferior diante de europeus e norte-americanos, dos brancos verdadeiros que nossos mestiços de pele clara pretendem ingenuamente tomar como modelo. E um dos caminhos para a solução dessa questão é a luta no campo jurídico.

Embora a questão racial não possa ser resolvida apenas com leis, pois envolve fundamentalmente a cultura e a ideologia, a constituição de um arcabouço jurídico a que possam recorrer os afro-brasileiros, com vistas a se proteger da discriminação ou a implementar ações de valorização do grupo a que pertencem, é primordial para concretizar os anseios e reivindicações de nossa sociedade. Nesse sentido, faz-se necessário não somente aperfeiçoar a legislação atual, mas também criar novos instrumentos que

acompanhem a dinâmica de nossa sociedade e atendam a novos anseios nascidos de uma consciência anti-racista mais atualizada e exigente.

Diferentemente do que se costuma afirmar, a lei brasileira não é, nem nunca foi, cega à cor. Diversos mecanismos nela embutidos, implícita ou explicitamente, operam no sentido de manter inalterado o **status** relativo dos grupos raciais em nossa sociedade. Pesquisa recente revela, por exemplo, que negros tendem a receber penas maiores que brancos para iguais delitos; quando, porém, as vítimas são negras, as penas costumam ser menores. Em resultado desse processo perverso, a participação dos afro-brasileiros na população carcerária é muito superior à sua presença na população como um todo.

As primeiras tentativas de criar uma legislação para coibir a prática da discriminação racial datam dos anos 40. O principal resultado da Convenção Nacional do Negro, realizada em São Paulo, no ano de 1945, sob o patrocínio do Teatro Experimental do Negro, foi a aprovação de uma sugestão dessa natureza, a qual acabaria sendo transformada, no ano seguinte, em proposta apresentada à Assembléia Nacional Constituinte pelo Senador Hamilton Nogueira (UND-RJ). Essa proposta que definia o racismo e a discriminação como crimes de lesa-humanidade, acabou rejeitada sob a ridícula alegação da inexistência de um fato concreto que pudesse demonstrar sua necessidade. Este fato acabou acontecendo: num incidente de grande repercussão, a famosa coreógrafa afro-norte-americana Katherine Dunham foi discriminada num hotel de São Paulo. O então Deputado Afonso Arinos aproveitou a oportunidade para propor projeto que se transformou na Lei nº 1.390, de 1951, que ganhou o seu nome, distorcendo radicalmente a proposta de 1945 ao definir os delitos resultantes de racismo como contravenção penal e não como crime, e ao estabelecer para os infratores penalidades absolutamente irrisórias.

Em 1983, ao assumir uma cadeira na Câmara Federal, apresentei o Projeto de Lei nº 1.661, que recuperava o espírito da proposta de 1945. Embora aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, não chegou a ser votado em plenário. Somente 42 anos depois da primeira tentativa, a prática do racismo passou a ser definida, na Constituição de 1988, como crime inafiançável e imprescritível. Em 1989, com a Lei nº 7.716, que regulamentou esse princípio constitucional, pretendeu-se aperfeiçoar a legislação anterior, mas, em que pese a boa intenção de seus autores, nada se avançou de concreto. Em primeiro lugar, embora pretenda punir o racismo e a discrimi-

nação, ela não define o que eles sejam. Tão grave quanto isso é o fato de essa Lei nº 7.716 manter a visão casuística de enumerar exaustivamente as possíveis circunstâncias da prática de discriminação, com o que abre grandes espaços pelos quais escapam os agentes do crime – numa sociedade dinâmica como a nossa, é simplesmente impossível prever todas as possibilidades dessa ação criminosa.

Por tudo isso, minha primeira iniciativa ao assumir no Senado a vaga deixada pelo saudoso Professor Darcy Ribeiro foi apresentar o Projeto de Lei do Senado nº 52, de 1997, que define e tipifica a prática do racismo e da discriminação e pune os crimes dela resultantes. As orientações básicas desse projeto são de caráter constitucional: primeiramente, porque esses crimes constituem a forma mais insidiosa de violação do princípio da liberdade (art. 5º, caput, da Constituição) e, depois, pelo fato de ser específica a condenação do racismo (art. 5º, XLII). Além de estabelecer os tipos genéricos para racismo e discriminação, o projeto ainda determina circunstâncias agravantes genéricas – por exemplo, no caso de o agente do crime ser funcionário público.

Outra inovação desse projeto é que ele abre a possibilidade de se vir a adotar no Brasil a chamada ação compensatória, ou "ação afirmativa" – medidas destinadas a compensar a discriminação historicamente sofrida por determinados grupos de pessoas, como mulheres, negros e índios.

Convenções internacionais de que o Brasil é signatário – como a Convenção Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, das Nações Unidas, e a Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), também vinculada à ONU, que trata da discriminação de raça e gênero no mercado de trabalho – prevêm a adoção dessas medidas. A exemplo do que se tem feito em países tão diversos, do ponto de vista político, social, econômico e cultural, como Estados Unidos, Índia, Israel, Canadá, Nigéria, Alemanha, África do Sul e Malásia, sem esquecer as antigas Iugoslávia e União Soviética. Em seu art. 4º, nosso projeto afirma que essa prática não é crime, abrindo a possibilidade de sua adoção em nosso País – que com isso, entre outras coisas, ficaria em dia com as obrigações assumidas na arena internacional.

Como se vê, não se trata de revogar simplesmente um instrumento legal que, com as falhas que nele percebemos, ainda é o único de que atualmente dispomos. Trata-se, isto sim, de aperfeiçoá-lo e de ampliá-lo, para que possa cumprir adequadamente o objetivo de proteger os afro-brasileiros do racismo

em todas as suas implicações, abrindo espaço também a medidas que possibilitem a sua promoção e valorização.

Pois é exatamente da promoção e valorização da população afro-brasileira que trata o Projeto de Lei do Senado nº 75, de 1997, utilizando para isso o mecanismo da ação compensatória, ou ação afirmativa. Tal como os descrevemos acima, esses termos englobam uma série de políticas públicas, adotadas em diferentes países, com o objetivo de compensar grupos historicamente desprivilegiados pelos efeitos, no presente, da discriminação sofrida no passado.

Trata-se de um tema que tem sido muito discutido nos últimos tempos, mas, em geral, por pessoas desinformadas ou comprometidas – embora nunca o declarem – com os interesses do **status quo**. Vamos imaginar dois corredores: um amarrado e o outro solto. Este, evidentemente, ganha sempre, até que a platéia se conscientiza da injustiça e exige que se instaure a igualdade. Será que, para isso, bastaria libertar o corredor que estava preso? Ele está com os membros atrofiados, precisa de um treinamento especial ou, no limite, de alguma vantagem para competir com o outro em pé de igualdade. Mas isso seria discriminação, reagem alguns. Discriminação, sim, mas positiva – outro sinônimo de ação compensatória -, pois que visa a promoção da igualdade.

Os africanos chegaram a este País acorrentados pela escravidão. Aqui, como em toda parte das Américas onde existiu escravidão, eles e seus descendentes foram vítimas de toda espécie de atrocidades, torturas e degradações, o que não os impediu de trabalhar por mais de quatro séculos na construção deste País. Quando a escravidão deixou de ser economicamente viável, devido ao recrudescimento da resistência negra e aos novos parâmetros impostos pela Revolução Industrial, cortaram-se as amarras, abolindo-se a escravidão, mas os afro-brasileiros se encontravam atrofiados por séculos de dominação física e espiritual. Em resultado dessa atrofiação, e também dos persistentes mecanismos discriminatórios que permeiam cada faceta da vida brasileira, homens e mulheres negros estão virtualmente alijados dos escalões mais importantes de nossa sociedade, praticamente confinados na base de uma das pirâmides sociais mais injustas do planeta. Dados do IBGE, obtidos por meio do censo e das PNAD – Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios -, mostram claramente o verdadeiro abismo que separa brancos e negros (que o IBGE tradicionalmente divide em "pretos" e "pardos"), segundo in-

dicadores sociais como mortalidade infantil, expectativa de vida, salários e escolaridade.

Esse quadro de desigualdades com certeza não existiria caso se tivesse implementado o direito à isonomia garantido pela Constituição. Por isso, o projeto de lei que apresentei ao Senado visa justamente à aplicação desse princípio constitucional na área do mercado de trabalho e da educação, obrigando empresas públicas e privadas a reservar 20% das vagas em seus quadros funcionais para homens negros e 20% para mulheres negras; reservando para alunos negros 40% das bolsas de estudos em todos os níveis de ensino; e alterando os currículos escolares, em todos os graus, para que estes incorporem explicitamente as contribuições dos africanos e seus descendentes em termos de história, ciência, cultura e religião, eliminando ao mesmo tempo as referências preconceituosas e estereotipadas aos negros nos livros didáticos, bem como sua invisibilização.

A preocupação com a precariedade de acesso dos afro-brasileiros aos instrumentos de defesa legal orientou a elaboração do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 1997, que tem como propósito facilitar o recurso à chamada ação civil, a qual, atualmente, só pode ser iniciada pelo Ministério Público. Por esse projeto, indivíduos ou entidades da sociedade civil organizada também poderão instaurar ação civil pública com as finalidades de evitar ou interromper atos danosos à honra ou dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos, e de obter a reparação de tais atos, quando não seja possível evitá-los. Objetiva-se, assim, dotar esses grupos de um instrumento ágil e eficaz que lhes possibilite enfrentar as manifestações de racismo e discriminação, quer sejam de caráter individual ou coletivo. Outro aspecto importante desse projeto de lei é a criação de um fundo de defesa e combate ao racismo, sustentado pelas indenizações a que possam fazer jus os autores das ações, a ser instituído, até 12 meses após a aprovação e publicação desta lei, pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

O Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1997, completa esta breve exposição de meu trabalho até o momento. Apresentado em função de uma necessidade do momento – impedir que a Vale do Rio Doce, e depois dela outras estatais, pudesse ser adquirida por um consórcio de que participava a multinacional Anglo American, que apoiou ostensivamente o regime do **apartheid** na África do Sul, é acusada de ter financiado a guerrilha contra-revolucionária em Angola e Moçambique e foi condenada em diver-

sos países por infringir a legislação antitruste. Trata-se, aqui, de impedir que a fúria privatizcionista abra espaço às aves de rapina dos negócios internacionais, permitindo que empresas identificadas com a face mais cruel e imoral do capitalismo venham a se apossar de um patrimônio acumulado graças ao trabalho do povo brasileiro.

Esses quatro projetos sintetizam meu trabalho no Senado no primeiro semestre deste ano. Seu objetivo comum é concretizar a pauta consensual do Movimento Negro, criando não apenas leis isoladas, mas um conjunto coerente e integrado de peças legislativas capaz de reforçar os afro-brasileiros, individualmente e como grupo, em seus embates na arena jurídica. No entanto, tenho profunda consciência de que, para que esses projetos sejam aprovados e depois, como leis, implementados, faz-se necessário que os setores organizados de nossa comunidade acompanhem nosso trabalho, tomem conhecimento dessas iniciativas e as debatam em suas organizações, e que mantenham contato conosco para que possamos manter sempre o elo com o movimento que representamos. Tenho dito muitas vezes que este é um momento extraordinariamente favorável. A questão racial deixou de ser tabu, sendo agora reconhecida pelo próprio Presidente da República, que criou o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra. Outros fatos recentes, como a inédita decisão do Supremo Tribunal do Trabalho dando ganho de causa a um negro discriminado na Eletrosul, a atuação conjunta e eficaz de organizações negras nos casos de Tiririca e do Ministro Padilha, o sucesso de publicações de boa qualidade destinadas ao público negro, sem esquecer a organização de uma bancada afro-brasileira no Congresso Nacional – tudo isso aponta para um novo tempo de conquista, para a luta negra, dos corações e consciências de todos os brasileiros identificados com as causas da justiça e da liberdade. É responsabilidade de todos nós aproveitar a conjuntura favorável para estabelecer, de uma vez por todas, a agenda afro-brasileira como item prioritário na pauta das grandes questões nacionais.

Axé!

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Freitas Neto. S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. FREITAS NETO (PFL-PI. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, as informações da Contagem Nacional de População, divulgadas há dois dias pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, trazem

revelações de extrema importância para que se possa pensar o futuro do País. Elas delineiam um quadro inteiramente novo com uma dinâmica populacional que se afasta da que estávamos acostumados a observar há pelo menos cinco décadas.

As análises feitas até agora conferem especial destaque a dois dos principais dados da pesquisa. Em primeiro lugar, o forte declínio da taxa de natalidade. Superior a 6% no início da década de 60, a taxa de natalidade verificada no País caiu para 4,3% nos anos 80 e é hoje de apenas 2,32%. Essa queda significa que estamos longe do vertiginoso crescimento populacional experimentado ainda há poucos anos. Previa-se que o Brasil chegaria à virada do milênio com 180 ou até 190 milhões de habitantes. Hoje, o IBGE projeta uma população de 166 milhões para o ano 2000. Imagina-se até que, entre 2030 e 2035, a população brasileira se estabilizará, como ocorre hoje em alguns países europeus.

Ao mesmo tempo, vem declinando a taxa de mortalidade. A combinação desses dois fatores significa que a população do País vem envelhecendo. A idade mediana do brasileiro, que era de 21,7 anos em 1991, passou, em 1996, para 23,2%. O que impressiona não é o número em si, mas a velocidade com que se deu essa evolução. Esse processo fez com que o número de brasileiros menores de 14 anos tenha caído de 34,73% para 31,62% nesse mesmo período; um recuo de 3% que se refletirá com rapidez no perfil da força de trabalho do País.

No outro extremo da escala, os maiores de 65 anos, que eram apenas 4,83% da população brasileira, chegam agora a 5,37%. Em termos absolutos, portanto, o número de brasileiros com idade igual ou superior a 65 anos cresceu quase 12% no curto espaço de cinco anos. Essa mudança de perfil nas faixas etárias, que deixa de apresentar o antigo formato de pirâmide, terá evidentemente amplos reflexos sobre o dia-a-dia do brasileiro desde a maior demanda por serviços de saúde até o aumento dos encargos previdenciários.

Esses dados mostram, é verdade, a necessidade de incrementar determinados investimentos na área social. No entanto, têm um significado extremamente positivo. Comprovam que terminou o pesadelo do crescimento descontrolado da população, ameaçando trazer consigo gravíssimos descompasso em termos do atendimento das necessidades básicas, como a alimentação.

Na análise dos dados do IBGE, atribuiu-se extrema relevância, igualmente, ao processo de urbanização. É claro que, em si, ele não constitui nenhu-

ma novidade. O peso das áreas metropolitanas, porém, atingiu índices realmente muito elevados. Nada menos do que 30,11% dos brasileiros, quase um em cada três, vivem nas regiões metropolitanas. Apenas a de São Paulo já conta hoje com 16.583.234 habitantes, mais de 10,5% do total de brasileiros. Sozinha, tem mais moradores do que todo o Estado do Rio Grande do Sul e uma vez e meia mais do que toda a Região Norte, que ocupa quase metade da área do País. Isso dá uma idéia da concentração populacional que vivemos.

Acentuando esse processo, as áreas metropolitanas vêm crescendo em ritmo muito mais acelerado do que o conjunto do País. Os Municípios que integram o entorno de Belém, por exemplo, têm sua população aumentada a um ritmo anual de 6,35%; no entorno de Curitiba, esse ritmo vai a 5,12%; de Belo Horizonte, a 3,94%. Nem sempre esse crescimento é semelhante nas capitais, isoladamente. O Município de São Paulo, por exemplo, cresce à média anual de 0,4%, mas os demais Municípios que integram sua região metropolitana chegam em média a 3,12%.

Multiplicam-se, assim, as demandas por serviços urbanos. Saneamento e transporte têm reconhecidamente um custo que se eleva de forma exponencial, o que se refletirá nos orçamentos públicos e forçará uma alteração em sua estrutura. Fortalece-se também a demanda por escolarização. Esta, aliás, vem mostrando um louvável incremento. Mais de 90% de toda a população brasileira freqüentaram ou freqüentam a escola fundamental. Entre os brasileiros de 15 a 17 anos, subiu dos 48,8% verificados em 1980 para 66,8% em 1996. Não apenas estamos mais perto da universalização do ensino básico, como conseguimos que nossos jovens permaneçam na escola por mais tempo.

O IBGE calcula ainda que mais brasileiros trabalhem com a elevação da população economicamente ativa de 60,45%, há cinco anos, para 63,01% hoje. Aparentemente isso se deve menos à mudança do perfil etário do brasileiro do que à crescente incorporação de contingentes populacionais ao mercado de trabalho. Há mais mulheres e mais jovens trabalhando hoje do que anos atrás.

Desejo, porém, chamar a atenção para um outro dado revelado pela pesquisa. Ela demonstra que se modificou, de forma radical, a migração interna ocorrida no País. Tradicionalmente, o maior fluxo de migrantes se registra na direção Nordeste-Sudeste. Premidos pelas más condições de vida decorrentes da perversa distribuição regional de renda, os nor-

destinos afluem para as áreas mais industrializadas do País, em busca de melhores condições de vida e de um trabalho que lhes oferecesse melhor remuneração. Essa maciça transferência populacional ainda ocorre – mas em proporção nitidamente inferior.

Nos últimos cinco anos, a migração no sentido Nordeste-Sudeste foi 9% inferior à verificada no quinquênio anterior. Enquanto isso, crescia 14% o número dos que seguiam o sentido inverso, transferindo-se do Sudeste para o Nordeste. É o que se chama de "migração de retorno". Desestimulados ou expulsos pela redução de oportunidades de trabalho, pela queda de padrão salarial da mão-de-obra menos qualificada e pela deteriorização da qualidade de vida nas grandes regiões metropolitanas, os nordestinos que haviam procurado os centros industriais do Sudeste preferiram o retorno. É uma verdadeira rota do desencanto.

Ela não significa que os desníveis regionais tenham regredido, muito pelo contrário. A prova está em que se mantiveram mais ou menos estáveis os fluxos de migração do Nordeste para o Norte ou para o Centro-Oeste. A demanda de empregos e de melhores condições de vida permanece. Mudaram as condições de trabalho nos principais pólos da indústria e dos serviços.

Não significa também que a migração, em si, tenda a reduzir-se. Comprovadamente, caiu a migração entre regiões. Entretanto, permanece em padrões elevados, no sentido campo-cidade. Nestes cinco anos, a população urbana do Brasil cresceu em mais de 12 milhões de habitantes. Passou, em termos proporcionais, de 75.59% para 78.36%. Em outras palavras, a população tende ainda a deixar as áreas rurais, dirigindo-se às cidades médias e, principalmente, à periferia das cidades de maior porte.

Mostra-se, portanto, mais uma vez, a necessidade de promover melhor distribuição de renda entre diversas regiões brasileiras, assim como dentro de cada uma das regiões. Perdeu-se até mesmo a ilusão do Sul-Maravilha, diante das novas condições econômicas que vive o País. Em contrapartida, o permanente fluxo do campo para as cidades tende a inchar os grandes centros urbanos, no Nordeste como no restante do País, criando enormes bolsões de pobreza.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, outro dado de grande relevância divulgado nestes últimos dois dias foi o comportamento da inflação em julho. Pelo índice apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, reduziu-se a 0,11%, repetindo praticamente o de fe-

vereiro deste ano, o mais baixo desde 1951. Mais do que isso, reforçaram-se as esperanças de que se feche 1997 com um índice abaixo de 6%.

Este é também um grande avanço do ponto de vista social. Não podemos nos esquecer de que a inflação representa um imposto cobrado principalmente dos segmentos mais pobres da população.

Assim como o acentuado declínio da inflação, os números do IBGE permitem-nos vislumbrar um novo País. A expectativa de vida é maior. A natalidade é menor, espantando o fantasma da superpopulação. A taxa de mortalidade também caiu e, o que habitualmente constitui um corolário, incrementou-se a qualidade de vida dos nossos idosos.

Por outro lado, esses dados levam-nos também a constatar que este novo País continua a conviver com vários de seus problemas de sempre. O Brasil chega ao limiar de um novo milênio, com um perfil populacional que difere em tudo do que temos visto nas últimas décadas. Não resolveu, porém, dificuldades básicas como os desequilíbrios regionais de renda que o dividem, hoje como nunca, em vários Brasis, uns dos ricos e outros dos pobres.

Sr. Presidente, esses e outros dados confirmam, mais uma vez, que nosso País precisa, para crescer homoganeamente, de políticas e incentivos diferenciados para suas diversificadas regiões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Otoniel Machado. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Júnia Marise. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Benedita da Silva, por 20 minutos.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (Bloco-PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, amanhã encerra-se a 6ª Semana Internacional de Aleitamento Materno. Esse evento foi criado em 1992 para reafirmar as decisões contidas na "Declaração de Innocenti", elaborada e adotada por um grupo de formuladores de políticas de saúde de governos, agências bilaterais e das Nações Unidas, reunidas na Itália, em 1990. O lema deste ano é "amamentar é um ato ecológico", já que o leite materno é um recurso renovável, natural, não polui e não traz desperdícios.

Investigações realizadas por organizações não-governamentais sobre a promoção e a venda de leite em pó para bebês no Terceiro Mundo, assim como estudos e publicações médicas sobre os im-

pactos negativos do desmame precoce, como um problema de saúde pública, surgiram na década 60. A indústria de alimentos infantis promovia produtos em comunidades que não podiam usá-los adequadamente, usava estratégias agressivas de **marketing**, além de distribuir amostras e donativos.

A partir daí, mobilizaram-se sociedade civil e órgãos governamentais internacionais em prol do resgate do aleitamento materno, com o apoio da UNICEF e da OMS, contra o que convencionou-se chamar "desnutrição comerciogênica", ou seja, o desmame precoce provocado pela promoção e pelo comércio de substitutos do leite materno.

Em fins de 1979, em reunião conjunta da OMS e da UNICEF – da qual participaram representantes de 150 países, entre eles o Brasil, representantes da indústria de alimentos infantis e várias organizações governamentais e não-governamentais – foi reconhecida a necessidade e decidida a criação de normas para a comercialização e a distribuição de alimentos para lactentes.

Em maio de 1981, na 34ª Assembléia Mundial de Saúde, foi aprovado o Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno, assinado por 117 países, inclusive o Brasil.

Apesar de todos esses avanços, dirigentes da OMS informaram que a cada ano morrem no mundo mais de um milhão de crianças e outros milhões sofrem com desnutrição ou doenças diarréicas porque não foram adequadamente amamentadas.

Em nosso País, ações de incentivo ao aleitamento materno já eram incluídas no II Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, de 1976, ao que se seguiu a realização de pesquisa com o objetivo de fazer um diagnóstico do aleitamento materno no País. Este estudo revelou uma baixa prevalência da amamentação e que 50% das nossas crianças eram desmamadas em torno do segundo mês de vida.

Com os resultados da pesquisa, e novamente com o apoio da Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e da UNICEF, foi promovido um amplo debate nacional sobre o tema do aleitamento materno e criado, em 1981, o Grupo Técnico Executivo Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno, junto ao Ministério da Saúde.

A elaboração e a adoção de uma norma brasileira para comercialização de alimentos para lactentes, no entanto, só ocorreu em 1988, espelhada no Código Internacional, sendo adotada como resolução pelo Conselho Nacional de Saúde em dezembro daquele ano e atualizada por nova resolução do Conselho em outubro de 1992 (Resolução nº 31, de

12 de outubro de 1992, do Conselho Nacional de Saúde).

No ano de 1990, o Brasil esteve presente em dois eventos internacionais importantes, assumindo o compromisso de promover, proteger e apoiar o aleitamento materno, exclusivo até quatro a seis meses de vida, e complementado com outros alimentos até os dois anos.

O primeiro foi a assinatura da "Declaração de Innocenti", em Florença. Uma das metas assumidas pelos governos – inclusive o nosso – foi a de implementar totalmente o Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno e as subsequentes resoluções da Assembléia da OMS. O segundo evento foi o Encontro Mundial de Cúpula pela Criança, realizado em Nova York, no qual nosso País ratificou aquela meta de "ampliação das condições para que todas as mulheres possam amamentar seus filhos exclusivamente no seio, durante quatro a seis meses, e continuar a amamentação, acrescida de alimentação complementar, também durante o segundo ano de vida".

Na última década, em parte como resultado da existência de um Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno em nosso País, a produção de leite em pó modificado reduziu-se quase à metade, segundo dados da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, do Ministério da Agricultura.

O aleitamento materno é insubstituível em tudo aquilo que a criança necessita para se desenvolver de maneira saudável, tanto do ponto de vista físico como emocional. As propriedades anti-infecciosas do leite materno e a profunda relação de troca de afeto tornam a máxima "o seio é melhor" impossível de ser contestada.

Foi no sentido de somar esforços para garantir a saúde e melhorar a qualidade de vida das nossas crianças que encaminhei, e está tramitando, Projeto de Lei de minha autoria que "Dispõe sobre a comercialização de substitutos do leite materno e artigos de puericultura". Essa proposição visa criar uma base legal que confira eficácia à ação reguladora e fiscalizadora das autoridades sanitárias do nosso País, reprimindo ações para promover o desmame precoce, proporcionando um melhor crescimento e desenvolvimento de nossas crianças, além de prevenir a mortalidade infantil.

Espero o acolhimento de meus Pares, o aprimoramento dessa proposição e sua aprovação com a maior brevidade possível. Estou inclusive solicitando às Comissões que ainda não designaram relator para essa matéria que o façam, pois entendo o atra-

so não se dever ao fato de a iniciativa ter partido de mim, mas por haver uma discussão envolvendo acordo do País em relação à matéria, tendo havido um entendimento com o Ministério da Saúde relativo à apresentação dessa proposição. Há necessidade de regulamentação na comercialização dos produtos complementares à amamentação. A propósito, tive oportunidade de conversar com o Ministro da Saúde, que se dispôs a examinar essa proposição e pleitear, junto à representação de base de sustentação do Governo nesta Casa, também o apoio a essa iniciativa, porque não é pessoal, faz parte de todo um contexto e desdobramento de políticas de atendimento materno-infantil.

É bom lembrar que estamos buscando no Estatuto da Criança e do Adolescente todo o apoio e amparo para desenvolver alguns projetos nesta Casa que possam receber, independentemente da coloração partidária, o apoio de todo o Senado Federal.

Sei que é importante tratarmos dessa questão. É relevante falarmos, e acabamos de ouvir o orador que me antecedeu referir-se à questão da alimentação. O País precisa ser alimentado, sobretudo as nossas crianças, e garantir a amamentação é garantir também não apenas o futuro do Brasil em relação às crianças, mas a um custo menor, até mesmo dos investimentos que o Governo terá que fazer na medida em que não der assistência à área do aleitamento materno.

Aqui estão explicitados dez passos que deverão ser dados para que seja alcançado o sucesso do aleitamento. Não farei a leitura deste documento, mas peço que ele fique registrado nos Anais da Casa.

A Organização Mundial da Saúde e a UNICEF são duas instituições importantes para as políticas nacional e internacional na defesa desses direitos e na implementação de algumas medidas.

Uma das medidas propostas foi a seguinte:

"As instituições e programas que prestam serviços obstétricos e cuidados aos recém-nascidos devem revisar suas normas e práticas relacionadas ao aleitamento materno. Se ainda não o fizeram, devem desenvolver normas de uma política de amamentação, abrangendo os cuidados para gestantes e puérperas e para recém-nascidos, e informações, educação e treinamento relevantes. Devem assegurar que essas normas sejam transmitidas a todos os funcionários en-

volvidos, e avaliar periodicamente a sua eficácia."

Acredito que todos aqueles que têm um compromisso com a democracia, que têm o povo como seu aliado e que o representam nesta Casa com interesse e com respeito saberão ajudar-nos nessa campanha do aleitamento materno.

Já tive oportunidade de conversar com o representante da Nestlé e com outros representantes que estão produzindo alimentos complementares sobre a necessidade de apoiarem o Ministério da Saúde nessa proposição, que é perfeitamente relevante e ajustável ao que a política está hoje propondo, no que diz respeito ao combate à fome, à miséria e à desnutrição.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, espero contar com o apoio de V. Ex^{as}.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SENADORA BENEDITA DA SILVA:

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Amanhã encerra-se a 6ª Semana Internacional de Aleitamento Materno, evento criado em 1992 para reafirmar as decisões contidas na Declaração de Innocenti, elaborada e adotada por um grupo de formuladores de políticas de saúde de governos, agências bilaterais e das Nações Unidas, reunidas na Itália, em 1990. O lema desde ano é "amamentar é um ato ecológico", já que o leite materno é um recurso renovável, natural, não polui e não traz desperdícios.

Investigações realizadas por organizações não governamentais sobre a promoção e a venda de leite em pó para bebês no Terceiro Mundo, assim como estudos e publicações médicas sobre os impactos negativos do desmame precoce, como um problema de saúde pública, surgiram na década 60. A indústria de alimentos infantis promovia produtos em comunidades que não podiam usá-los adequadamente, usava estratégias agressivas de **marketing**, além de distribuir amostras e donativos.

A partir daí, mobilizaram-se sociedade civil e órgãos governamentais internacionais em prol do resgate do aleitamento materno, com o apoio da Unicef e da Oms, contra o que convencionou-se chamar "desnutrição comerciogênica", ou seja, o desmame precoce provocado pela promoção e pelo comércio de substitutos do leite materno.

Em fins de 1979, em reunião conjunta da Oms e da Unicef – da qual participaram representantes de 150 países, entre eles o Brasil, representantes da indústria de alimentos infantis e várias organizações governamentais e não-governamentais – foi reconhecida a necessidade e decidida a criação de normas para a comercialização e a distribuição de alimentos para lactentes.

Em maio de 1981, na 34ª Assembléia Mundial da Saúde, foi aprovado o Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno, assinado por 117 países, inclusive o Brasil.

Apesar de todos esses avanços, dirigentes da OMS informaram que a cada ano, morrem no mundo mais de um milhão de crianças e outras milhões sofrem com desnutrição ou doenças diarreicas porque não foram adequadamente amamentadas.

Em nosso País, ações de incentivo ao aleitamento materno já eram incluídas no II Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, de 1976, ao que se seguiu a realização de pesquisa com o objetivo de fazer um diagnóstico do aleitamento materno no País. Este estudo revelou uma baixa prevalência da amamentação e que 50% das nossas crianças eram desmamadas em torno do segundo mês de vida.

Com os resultados da pesquisa e, novamente com o apoio da Organização Panamericana da Saúde (OPAS) e da Unicef, foi promovido um amplo debate nacional sobre o tema do aleitamento materno e criado, em 1981, o Grupo Técnico Executivo Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno, junto ao Ministério da Saúde.

A elaboração e adoção de uma norma brasileira para comercialização de alimentos para lactentes, no entanto, só ocorreu em 1988, espelhada no Código Internacional, sendo adotada como Resolução pelo Conselho Nacional de Saúde, em dezembro daquele ano, e atualizada, por nova Resolução do Conselho, em outubro de 1992 (Resolução nº 31, de 12 de outubro de 1992, do Conselho Nacional de Saúde).

No ano de 1990, o Brasil esteve presente em dois eventos internacionais importantes, assumindo compromissos de promover, proteger e apoiar o aleitamento materno, exclusivo até quatro a seis meses de vida, e complementado com outros alimentos, até os dois anos.

O primeiro foi a assinatura da Declaração de Innocenti, em Florença. Uma das metas assumidas pelo governos – inclusive o nosso – foi a de implementar totalmente o Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno e as sub-

seqüentes resoluções da Assembléia da OMS. O segundo evento foi o Encontro Mundial de Cúpula pela Criança, realizado em Nova York, no qual nosso País ratificou aquela meta de "ampliação das condições para que todas as mulheres possam amamentar seus filhos exclusivamente no seio, durante quatro a seis meses, e continuar a amamentação, acrescida de alimentação complementar, também durante o segundo ano de vida".

Na última década, em parte como resultado da existência de um Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno em nosso País, a produção de leite em pó modificado reduziu-se quase à metade, segundo dados da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, do Ministério da Agricultura.

O aleitamento materno é insubstituível em tudo aquilo que a criança necessita para se desenvolver de maneira saudável, tanto do ponto de vista físico como emocional. As propriedades anti-infecciosas do leite materno e a profunda relação de troca de afeto, tornam a máxima "o seio é melhor" impossível de ser contestada.

Foi no sentido de somar esforços para garantir a saúde e melhorar a qualidade de vida das nossas crianças que encaminhei, e está tramitando, Projeto de Lei de minha autoria que "Dispõe sobre a comercialização de substitutos do leite materno e artigos de puericultura". Essa proposição visa criar uma base legal que confira eficácia à ação reguladora e fiscalizadora das autoridades sanitárias do nosso País, reprimindo ações para promover o desmame precoce, proporcionando um melhor crescimento e desenvolvimento de nossas crianças, além de prevenir a mortalidade infantil.

Espero o acolhimento de meus pares, o aprimoramento desta proposição e sua aprovação, com a maior brevidade possível.

Era o que tinha a dizer! Muito Obrigada!

DEZ PASSOS

PARA O SUCESSO DO ALEITAMENTO

Todos os estabelecimentos que oferecem serviços obstétricos e cuidados a recém-nascidos deveriam:

1. Ter uma norma escrita sobre aleitamento, que deveria ser rotineiramente transmitida a toda a equipe de cuidados de saúde.
2. Treinar toda a equipe de cuidados de saúde, capacitando-a para implementar esta norma.
3. Informar todas as gestantes sobre as vantagens e o manejo do aleitamento.
4. Ajudar as mães a iniciar o aleitamento na primeira meia hora após o nascimento.

5. Mostrar às mães como amamentar e como manter a lactação, mesmo se vierem a ser separadas de seus filhos.

6. Não dar a recém-nascidos nenhum outro alimento ou bebida além do leite materno, a não ser que tal procedimento seja indicado pelo médico.

7. Praticar o alojamento conjunto – permitir que mães e bebês permaneçam juntos 24 horas por dia.

8. Encorajar o aleitamento sob livre demanda.

9. Não dar bicos artificiais ou chupetas a crianças amamentadas ao seio.

10. Encorajar o estabelecimento de grupos de apoio ao aleitamento para onde as mães deverão ser encaminhadas, por ocasião da alta do hospital ou ambulatório.

MEDIDAS PROPOSTAS

As instituições e programas que prestam serviços obstétricos e cuidados aos recém-nascidos devem revisar suas normas e práticas relacionadas ao aleitamento materno. Se ainda não o fizeram, devem desenvolver normas de uma política de amamentação, abrangendo os cuidados para gestantes e puérperas e para recém-nascidos, e informações, educação e treinamento relevantes. Devem assegurar que essas normas sejam transmitidas a todos os funcionários envolvidos, e avaliar periodicamente a sua eficácia.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Bezerra, por 20 minutos.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB-MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste próximo sábado, dia 9 de agosto, o Presidente da República irá, na divisa de Mato Grosso do Sul com São Paulo, fazer uma visita à ponte rodoferroviária que está sendo construída ali com recursos da União e do Governo de São Paulo. Sua Excelência estará ao lado do Ministro Eliseu Padilha, dos Transportes, em comemoração a um ano do Programa Brasil em Ação.

Essa ponte, combatida por muitos, foi na Comissão de Orçamento um dos itens de maior debate. Alguns entendiam que não se poderiam colocar recursos porque a obra era superfaturada, outros porque eram totalmente contra a sua realização.

Como Relator-Geral do Orçamento da União, fui inflexível no sentido de defender recursos para essa obra, que não é só de São Paulo. Ela interliga o Sul do Brasil ao Centro-Oeste, ao Mato Grosso do Sul, ao Mato Grosso, e serve também ao Estado de

Goiás. É uma ferrovia de bitola larga, de grande importância para diminuir o tal custo Brasil; ela vai chegar a diminuir o custo do frete em R\$32 por tonelada. Hoje, o custo do frete no Brasil é o nosso calcanhar-de-aquiles. Temos uma estrutura rodoviarista errada, equivocada, implantada durante décadas, que faz com que o transporte no Brasil se torne inviável, caríssimo. E a nossa região, então, que é grande produtora de matérias-primas, produtora de grãos, produtos agrícolas e pastoris, tem como seu ponto de estrangulamento a questão do frete. Essa ferrovia vai resolver em parte esse problema, porque a nossa região, no Plano "Brasil em Ação", não será contemplada apenas com essa ferrovia – que já é um passo importante no sentido de viabilizar o transporte e o frete para o Centro-Oeste, para Mato Grosso do Sul e para Mato Grosso -, mas também com as hidrovias Araguaia-Tocantins e a do Paraguai, que estão sendo viabilizadas e que são muito importantes para Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Pará e Maranhão.

A hidrovia do Paraguai é a nossa pioneira. A primeira capital do Estado do Mato Grosso, Vila Bela, e a sua segunda, Cuiabá, nasceram via navegação do rio Paraguai e do rio Cuiabá. Essa hidrovia, que estava paralisada, está sendo retomada. A hidrovia do Teles Pires-Juruena também está sendo articulada novamente, como também a BR-163, que liga Mato Grosso ao Pará. Há alguns dias, o Ministro lançou o programa de pavimentação dessa BR, que foi retomada ante um grande esforço das Bancadas do Pará e do Mato Grosso no sentido de alocar recursos no Orçamento, que não haviam sido previstos.

Viajando a Santarém com o Ministro dos Transportes, perguntei a S. Ex^a por que essa rodovia não estava num programa de financiamento internacional – o Brasil conseguiu financiamento para a rodovia Amazonas-Venezuela -, já que essa era tão ou mais importante do que aquela. O Ministro me disse que essa era uma boa idéia e que iria levá-la ao Presidente da República. Ontem, S. Ex^a me deu uma bela notícia, de que o Presidente consentiu que se faça o financiamento e que se coloque a construção da BR-163, que será a redenção de Mato Grosso e do Pará, porque passaremos a usar o Porto de Santarém.

Não teremos mais que levar nossos produtos ao Porto de Paranaguá ou ao Porto de Santos, viajando mais de 2.000 quilômetros em carreta. O nosso porto será o de Santarém, que é o melhor porto de água doce do Brasil. Ele será viabilizado através da hidrovia e da rodovia Cuiabá-Santarém.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos aqui para dizer que, felizmente – e já disse aqui desta tribuna –, depois de tantos e tantos anos de pessimismo e sem perspectiva, o Brasil começa a ter o mínimo de planejamento, começa a andar para frente; devagar, mas começa a andar para frente. Concretamente, faz-se algo pelo desenvolvimento do País, pela geração de empregos.

Hoje, a nossa Região se apresenta como um pólo de desenvolvimento imediato para o Brasil. Ninguém tem as condições do Centro-Oeste, já que nossa Região tem muito espaço e vocação natural para ser ocupada imediatamente.

Esse programa trará para a nossa Região progresso significativo, mudando o seu perfil dentro de pouco tempo, porque, além da questão do transporte, a nossa o Centro-Oeste passará de importador a exportador de energia.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo. Fazendo soar a campainha.) – Senador Carlos Bezerra, peço licença para interromper V. Ex^a a fim de prorrogar, de ofício, a Hora do Expediente, para que conclua o seu pronunciamento.

O SR. CARLOS BEZERRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em Cuiabá, será construída uma usina de 400 megawatts, com gás boliviano, além de várias outras hidrelétricas que serão inauguradas para resolver o problema energético.

Estamos equacionando o problema do transporte e da energia, viabilizando a nossa Região.

O Centro-Oeste, sobretudo Mato Grosso, será a Califórnia brasileira, ou seja, o maior produtor de alimentos do mundo. E o Brasil passará a ter o monopólio do alimento, porque, com a produção do Centro-Oeste, ninguém conseguirá competir com o Brasil, que será um líder na produção de alimentos, que se tomam cada vez mais estratégicos no mundo, tão estratégicos quanto o petróleo. Mato Grosso e Tocantins são os dois Estados que melhores condições oferecem para isso; eles darão ao Brasil uma vasta produção de produtos agrícolas, agroindustriais e pastoris; conseqüentemente, condições de competir na economia mundial.

O Sr. Leomar Quintanilha - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS BEZERRA - Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Leomar Quintanilha - Senador Carlos Bezerra, ouço com atenção as colocações que V. Ex^a vem fazendo aqui com relação à preocupação com o trabalho de infra-estrutura que está sendo fei-

to neste País. V. Ex^a muito bem representa o Estado que integra a Região Centro-Oeste, limítrofe com o Estado que represento, Tocantins. Temos interesses comuns, pelos quais temos lutado, principalmente na área de infra-estrutura, quando pensamos na implantação da hidrovía Araguaia-Tocantins como obra estruturante, que vem realmente eliminar a vantagem comparativa que os grandes centros consumidores têm de estados mediterrâneos interiores e interioranos como os que representamos. Portanto, vejo tudo isso também com otimismo, apesar de todas as dificuldades que o País ainda encontra para alcançar o ritmo que todos desejamos de desenvolvimento. Como no seu Estado, no meu também estamos não só pugnando pela implantação da hidrovía Araguaia-Tocantins, mas, no próximo dia 15, teremos a presença do Ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, lançando o edital de licitação da hidrelétrica do Lajeado, com capacidade de 1.034 megawatts, que promoverá, no Tocantins, a mesma reação que está promovendo no seu Estado, ou seja, deixaremos de ser importadores de energia para sermos exportadores. Com esse tipo de trabalho estruturante, com a contribuição de cada região, de cada Estado, com a potencialidade que têm o Centro-Oeste e o Norte, de também contribuírem para o desenvolvimento de nosso País, é que encontraremos efetivamente os trilhos, o caminho para o destino de grandeza que está reservado para a nossa Nação.

O SR. CARLOS BEZERRA - Nobre Senador Leomar Quintanilha, a nossa Região pode contribuir para diminuir o preço dos alimentos no mundo, porque temos condições excepcionais de produção, o que não acontece em nenhuma outra parte do mundo. Temos a maior produtividade em função das nossas condições climáticas e, com as hidrovias, teremos um frete muito barato. Muitos estranham quando digo que estamos muito mais próximos do mercado internacional do que São Paulo, do que o Paraná ou o Rio Grande do Sul. Basta que se pegue o mapa do Brasil para verificar-se isso.

Com a viabilização das hidrovias, acabamos com o problema do frete, que passa a ser muito mais barato. E a produtividade é o dobro, por exemplo, da do Rio Grande do Sul e do Paraná. Mato Grosso produz praticamente o dobro de soja e de milho, porque a fotossíntese no nosso Estado é muito mais intensa. A luminosidade é muito maior.

Por essa razão, o Brasil vai competir como ninguém e vai conseguir baratear o preço do alimento

no mundo todo. Isso interferirá em toda a comercialização de alimentos e produtos agroindustriais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero ainda louvar a volta do planejamento em nosso País. Como já disse em outra oportunidade, já tivemos um planejamento correto com o nosso grande economista, que foi Ministro do Planejamento do Governo João Goulart e lançou o Plano Trienal. Depois desse Plano Trienal, não vi nenhum planejamento mais conseqüente no País.

Eu ainda era jovem, líder estudantil, quando se debatia o Plano Trienal; agora começamos a ter novamente um planejamento conseqüente no País, que está sendo viabilizado.

Quero ainda registrar, Sr. Presidente, um fato importante que ocorreu em Mato Grosso esta semana, com vistas a dinamizar a reforma agrária no Estado. Recebemos a visita do Ministro Raul Jungmann, quando foram assinados 43 convênios para assentamentos com diversas prefeituras do Estado, de todos os Partidos, sem discriminação político-partidária. São mais de 70 assentamentos que estão recebendo recursos para obras de infra-estrutura.

A reforma agrária em Mato Grosso tem andado nesses dois anos do Governo Fernando Henrique Cardoso: foram assentadas mais famílias no meu Estado, Mato Grosso, nesse período do que em todos os outros governos.

Então, apesar de toda a discussão que existe em torno da questão da terra, considero que a reforma agrária em Mato Grosso está muito melhor; não está ainda no ponto ideal, no ponto desejado, porque faltam muitas coisas, como, por exemplo, o fundo de aval para obtenção do financiamento do Pronaf. Lá no Estado, a Assembléia Legislativa aprovou uma lei permitindo ao Governo do Estado que constitua um fundo de aval. Falta apenas a sanção do Governador para que os pequenos produtores obtenham recursos com esse fundo de aval, porque o banco exige garantias que a maioria não tem.

Precisamos repensar a reforma agrária no sentido de dinamizar a desapropriação e a imissão de posse das terras.

O Ministro me disse, durante a nossa viagem de volta, que várias medidas estão sendo tomadas e estudadas para, dentro de pouco tempo, tornar esse processo muito mais rápido. O processo de aquisição de terras, inclusive, mudará totalmente os leilões que serão realizados para aquisição de áreas com fins de reforma agrária. Acho que esse é o processo correto para a aquisição de terras, evitando assim toda espécie de irregularidades, que sempre foram

denunciadas, como superavaliações e outras coisas mais.

Até o final deste ano, Sr. Presidente, serão assentadas em Mato Grosso cerca de dez mil famílias de trabalhadores. Cobramos do Governo do Estado e do Governo Federal um programa de melhor apoio à reforma agrária, um programa que viabilize, de uma vez por todas, o assentado, com agroindústria, com culturas perenes, com agregação de valores, inclusive estimulando a iniciativa privada.

Parece-me que, agora, o BNDES criou uma carteira para financiar essas pequenas agroindústrias do interior. É uma bela notícia. O Governo pode usar esse mecanismo do BNDES com os assentamentos, para definir algumas áreas que podem ser industrializadas e financiar a iniciativa privada. Não digo que tenha que criar e financiar cooperativas, até porque o corporativismo no Brasil, em determinadas áreas, forma grupelhos que, às vezes, tornam-se falhos, como tem acontecido muitas vezes em Mato Grosso. Mas que o Governo financie a iniciativa privada para utilizar a matéria-prima produzida pelos assentamentos. E que forneça, também, juntamente com o Ibama, a Embrapa e as universidades, núcleos para incentivar o uso de culturas perenes nos assentamentos, com a produção de mudas, o que é muito mais rentável para os assentados. Se ficar como está, na base do arroz, feijão e milho, a maioria não vai ficar no campo; permanecerá um, dois ou três anos e depois abandonará a terra e voltará para a cidade.

Precisamos ter um modelo de reforma agrária mais avançado, que permita realmente a fixação, de uma vez por todas, do homem no campo, para não ficarmos nesse pingue-pongue – o homem vai para lá e, daqui a dois anos, estará de volta, desempregado, tornando-se um marginalizado, um favelado na periferia das grandes cidades do Brasil.

Sr. Presidente, eram essas as nossas considerações, para lembrar o primeiro aniversário do Plano "Brasil em Ação", no próximo sábado, dia 9, quando o Presidente visitará essa ponte, de fundamental importância para o desenvolvimento do Brasil, e para louvar o esforço do Governo e do Ministro da Reforma Agrária na questão da reforma agrária em Mato Grosso e em todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 540, DE 1997

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, através do Banco do Brasil, as seguintes informações à respeito das "Commitment Fee" do Projeto Sivan.

1) Quantas foram pagas, em que datas e o valor de cada uma delas;

2) Quantas estão vencidas, em que datas e seus valores específicos;

3) O Banco do Brasil já recebeu informações sobre quando e quem o reembolsará dos dispêndios havidos?

Sala das Sessões, 7 de agosto de 1997. – Senador **Gilberto Miranda**

(À Mesa para decisão.)

O Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O requerimento será despachado à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 541, DE 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro tenham tramitação em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 61 e 234, de 1996, de autoria dos Senadores Lúcio Alcântara e Júlio Campos, respectivamente, por tratarem de registros e bancos de dados.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 1997. – Senador **José Ignácio Ferreira**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O requerimento será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência recebeu o Aviso nº 41, de 1997, do Ministro da Aeronáutica, comunicando que foram iniciados, a partir de maio de 1996, as gestões necessárias à preparação, discussão, aprovação e assinatura dos contratos de financiamento do Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM, e que, após tomadas as medidas administrativas pertinentes, os con-

tratos de financiamento e comerciais, previstos nas Resoluções nºs 91, 93, 95, 96 e 97, de 1994, e 37, de 1996, entraram em vigor no dia 25 de julho de 1997. (Diversos nº 43, de 1997).

O expediente lido será anexado aos processados das referidas Resoluções e encaminhado, em cópia, à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão deliberativa ordinária do próximo dia 12 de agosto, terça-feira, será destinado a comemorar o Dia das Artes, de acordo com a Requerimento nº 370, de 1997, de autoria da Senadora Benedita da Silva e outros Srs. Senadores.

Esclarece, ainda, que estão abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 1997

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 534, de 1997 – art. 336, b)

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1997 (nº 3.106/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a transferência da Escola de Enfermagem de Manaus, unidade organizacional descentralizada da Fundação Nacional de Saúde, para a Fundação Universidade do Amazonas, e dá outras providências.

(Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha, Relator da matéria na Comissão de Educação, para proferir parecer.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT-AP. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional, em caráter de urgência, o presente Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1997 (PL nº 3.106, de 1997, na Casa de origem) que "dispõe sobre a transferência da Escola de Enfermagem de Manaus, unidade organizacional descentralizada da Fundação Nacional de Saúde, para a Fundação Universidade do Amazonas, e dá outras providências".

Em sua rápida tramitação na Câmara dos Deputados, o referido projeto foi apreciado pela Comis-

são de Educação, Cultura e Desporto, Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, e Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, obtendo em todas parecer favorável.

Trata-se de iniciativa interministerial proposta pelo Ministro da Educação e do Desporto, pelo Ministro da Saúde e pelo Ministro da Administração Federal e da Reforma do Estado – MARE, acordados sobre a transferência da Escola de Enfermagem de Manaus para a Fundação Universidade do Amazonas.

A Escola de Enfermagem de Manaus está prestes a completar 50 anos de atividades. Criada em 1949, no bojo do antigo Plano de Valorização Econômico da Amazônia, ofereceu inestimável contribuição para o treinamento de pessoas na área de saúde na Amazônia. Entretanto, hoje sua situação é caótica.

A continuidade de suas atividades só tem sido possível devido à dependência que ao longo dos anos se foi estabelecendo com a Fundação Universidade do Amazonas. A Escola de Enfermagem de Manaus não possui um quadro de professores. Os professores são emprestados pela Fundação Universidade do Amazonas e é esta Fundação que realiza o exame vestibular e reconhece seus diplomas.

Assim, nada mais natural que a sua transferência para o âmbito da Universidade do Amazonas seja acatada pelo Congresso Nacional, aliás, justificativa do próprio Ministro da Saúde, que encara o referido ato como uma questão de racionalidade administrativa.

VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, Sr. Presidente, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1997.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O parecer conclui favoravelmente à matéria.

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, de 1997 (Nº 3.106/97, na Casa de origem) (De iniciativa do Presidente da República)

Dispõe sobre a transferência da Escola de Enfermagem de Manaus, unidade organizacional descentralizada da Fundação Nacional de Saúde, para a Fundação Universidade do Amazonas, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica transferida para a Fundação Universidade do Amazonas – FUA, a Escola de Enfermagem de Manaus, unidade organizacional descentralizada da Fundação Nacional de Saúde, instituída pelo Decreto nº 100, de 16 de abril de 1991, vinculada ao Ministério da Saúde.

§ 1º Passam a integrar a Fundação Universidade do Amazonas, sem solução de continuidade, independentemente de qualquer formalidade, as unidades e respectivos cursos, de todos os níveis, atualmente ministrados na Escola de Enfermagem de Manaus.

§ 2º Os alunos regularmente matriculados nos cursos transferidos na forma do parágrafo anterior passam a integrar o corpo discente da Fundação Universidade do Amazonas, independentemente de adaptação ou qualquer outra exigência formal.

Art. 2º O Poder Executivo procederá à:

I – redistribuição para a Fundação Universidade do Amazonas dos servidores ativos pertencentes ao quadro de pessoal da Fundação Nacional de Saúde que se encontrem lotados na Escola de Enfermagem de Manaus na data de publicação desta lei, assegurado o direito de opção com manutenção dos direitos e vantagens na legislação aplicável;

II – transferência, da Fundação Nacional de Saúde para a Fundação Universidade do Amazonas;

a) das dotações orçamentárias destinadas à Escola de Enfermagem de Manaus;

b) dos bens imóveis, dos bens móveis e do acervo documental e material integrantes do patrimônio utilizados pela Escola de Enfermagem de Manaus, após inventário a ser concluído no prazo máximo de sessenta dias a contar da publicação desta lei.

Art. 3º A Fundação Universidade do Amazonas sucederá a Fundação Nacional de Saúde em relação a todos os direitos e obrigações decorrentes das atividades executadas pela unidade organizacional transferida nos termos do art. 1º desta lei.

Art. 4º Ficam criados na Fundação Universidade do Amazonas um cargo de Direção CD-4 e doze

Funções gratificadas, sendo cinco FG-1, uma FG-4 e seis FG-7.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 2:

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador Ronaldo Cunha Lima, que dá nova redação ao § 2º do art. 102 da Constituição Federal (efeito vinculante), tendo

Parecer sob nº 385, de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Péres, oferecendo a redação para o segundo turno.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante três dias úteis, em fase de discussão, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito.

Transcorre hoje o segundo dia, em segundo turno.

Em discussão a proposta.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT-SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou aproveitar o período de discussão para formalizar à Mesa um pedido de consulta formal à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Vou apresentá-la neste momento porque a polêmica surgiu quando da discussão dessa matéria no primeiro turno.

O Regimento do Senado fala que, no segundo turno, não poderão ser apresentadas emendas de mérito, apenas emendas de redação. A minha formulação é para que seja provocada a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a dizer se é possível, em uma proposta de emenda à Constituição, apresentar pedido de destaque, no segundo turno, de matéria que haja sido votada em primeiro turno.

Tenho o entendimento de que é possível. Acho que não é por acaso que o Regimento do Senado fala que só se pode apresentar, no segundo turno, emendas que não envolvam o mérito. Por quê? Se o Regimento fala que a proposta de emenda à Constituição tem que ser votada em dois turnos, se fosse permitida a apresentação de uma emenda de mérito

no segundo turno e ela viesse a ser aprovada, como ela não havia sido votada no primeiro turno, naturalmente haveria necessidade de um terceiro turno para que ela fosse votada em dois turnos na Casa. Mas o mesmo não é aplicado ao destaque. Se for apresentado requerimento de destaque de um determinado artigo de uma emenda constitucional que tenha sido votada no primeiro turno, esse destaque, se não for aprovado no segundo turno, no meu entendimento, estará automaticamente suprimido, apesar de ser um destaque que envolve o mérito.

Mas como essa questão foi suscitada no primeiro turno – penso, inclusive, que não vai ser necessário resolvê-la especificamente para essa proposta de emenda à Constituição – e é possível que se levante novamente essa polêmica em relação a outras emendas, quero aproveitar este momento para fazer uma consulta formal à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e solicito que essa consulta seja encaminhada à Comissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Eu agradeceria a V. Exª, tendo em vista a complexidade da matéria, embora muito bem exposta por V. Exª, que V. Exª fizesse a consulta por escrito, que nós a mandaríamos a exame imediato da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. É claro que talvez não se possa atingir essa emenda, como bem diz V. Exª, mas, de qualquer sorte, a questão seria examinada em relação a outras emendas que estão em pauta para votação do Plenário.

Daí a minha sugestão a V. Exª para, se V. Exª puder, redigir a sua argumentação em uma proposta, a fim de que esta Presidência a leve imediatamente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e ela responda a V. Exª e ao Plenário. Muito obrigado.

Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

A proposta voltará à Ordem do Dia da sessão deliberativa de terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 394, DE 1997

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 136, de 1997, do Senhor Presidente da República submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Gustavo Henrique de

Barroso Franco, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 7 de agosto de 1997, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador José Roberto Arruda sobre a Mensagem nº 136, de 1997, opina pela aprovação da indicação do Senhor Gustavo Henrique de Barroso Franco, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil, por 21 votos favoráveis 6 contrários(s).

Sala das Comissões, 7 de agosto de 1997. – José Serra, Presidente – José Roberto Arruda, Relator – Francelino Pereira – Vilson Kleinübing – Gilberto Miranda – Freitas Neto – Jonas Pinheiro – Waldeck Ornelas – Elcio Alvares – Joel de Holanda – Fernando Bezerra – Ney Suassuna – Carlos Bezerra – José Fogaça – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Roberto Requião – Coutinho Jorge – Jefferson Peres – Osmar Dias – Lauro Campos – Ademir Andrade – José Eduardo Dutra – Esperidião Amin – Levy Dias – Valmir Campelo.

RELATÓRIO

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 866, de 1997, do Senhor Presidente da República, que submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Gustavo Henrique de Barroso Franco para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

Relator: Senador **José Roberto Arruda**

I – A Proposta

Nos termos do artigo 52, inciso III, alínea d, combinado com o art. 84, inciso XIV, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submete à aprovação do Senado Federal o nome do Senhor Gustavo Henrique de Barroso Franco para exercer o cargo de: Presidente do Banco Central do Brasil.

Os referidos dispositivos conferem competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar previamente, por voto secreto, a escolha de Diretores e Presidente do Banco Central do Brasil.

II – Trajetória Profissional

O *curriculum vitae* anexado à Mensagem Presidencial evidencia que o Senhor Gustavo Henrique de Barroso Franco possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual é indicado.

Bacharel em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com Mestrado em Economia do Setor Público na mesma faculdade e tese defendida e aprovada *cun laudae* em agosto de 1982, o Senhor Gustavo Henrique de Barroso Franco é Doutor em economia pela Universidade de Harvard, com Grau conferido em junho de 1986.

Professor na Faculdade de Economia da PUC do Rio de Janeiro entre 1986 e 1993, lecionou, inclusive na pós-graduação, entre outras disciplinas, Teoria Macroeconômica, Economia Brasileira Contemporânea e Economia Internacional. Começando como professor assistente em agosto de 1986, chegou a coordenador do programa de graduação em outubro de 1988, sendo desde setembro de 1987 membro eleito da Comissão Executiva do Instituto de Relações Internacionais. Foi orientador de nove tese, sendo algumas laureadas com o prêmio BNDES para trabalhos em economia.

Foi vencedor da competição para Grants em estudos latino-americanos, promovida pelo Center for Latin American Studies da Universidade de Pittsburgh, com o projeto "High and Hyper-Inflations: Cross Country Patterns and the Design of Stabilization".

Com a sua tese de doutoramento, "Aspectos of the Economics of Hyperinflations: Theoretical Issues and Historical Studies of Four European Hyperinflations of the 1920s", venceu o Prêmio Haralambros Sirmionides de 1987 da ANPPEC. Foi vencedor do sétimo prêmio Bndes para teses de mestrado em economia, em 1982, com o trabalho "Reforma Monetária e Instabilidade durante a Transição Republicana".

Relativamente à sua experiência profissional, além da já mencionada atividade acadêmica, cumpre ressaltar, entre muitas outras, as relevantes funções públicas e privadas que desempenhou: Secretário de Política Econômica Adjunto (maio de 1993 até setembro de 1993), Consultor da Cepal para avaliação da Política Industrial do Brasil (outubro de 1990 a março de 1991), Consultor para o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (janeiro a outubro de 1990), Consultor para a Unctad (dezembro de 1989 a maio de 1990), Consultor para a Oecd (janeiro a dezembro de 1988), e, atualmente, a de Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil.

Desempenhou, ainda, atividades de representação em diversos Conselhos Consultivos e em Conselhos Editoriais de diversas revistas especiali-

zadas, assim como realizou inúmeras pesquisas nas áreas de finanças públicas e economia internacional.

A competência e o profissionalismo do senhor Gustavo Henrique de Barroso Franco são reconhecidos e respeitados tanto no meio acadêmico como pelo mercado. Proferiu 67 palestras e conferências, tendo escrito mais de 100 artigos. Entre estes, destaca-se "A Superação do Inflacionismo", um verdadeiro manual para todos que quiserem entender o processo de estabilização econômica e a relação desta com a questão do desenvolvimento.

Consta, ainda, de seu **curriculum vitae**, extensa relação de livros e trabalhos publicados no país ou no exterior, dos quais merecem referência especial, por sua importância para a função à qual foi indicado, os seguintes.

– Foreign Direct Investment and Industrial Restructuring: Issues and Trends (em co-autoria com Winston Fritsch), publicado pelo OECD Development Center, Paris, 1991;

– "Setor Externo", em Estatísticas Históricas do Brasil, Volume 3 de Séries Estatísticas Retrospectivas: Séries Econômicas, Demográficas e Sociais, IBGE, Rio de Janeiro, 1987;

– "Foreign Direct Investment and Patterns of Trade and Industrialization in Developing Countries: Notes with Reference to the Brazilian Experience", 1992

– "A Regulação do Capital Estrangeiro no Brasil: Análise da Legislação e Propostas de Reforma", em A Economia Brasileira e suas Perspectivas, Rio de Janeiro, 1991;

– "Moratória, Dívida e Internacionalização", em Brasil. Perspectivas Internacionais, janeiro-março de 1987;

– "Política Comercial, de Competição e de Investimento Estrangeiro", em Revista Brasileira de Comércio Exterior, dezembro de 1992.

O senhor Gustavo Henrique de Barroso Franco escreveu também o livro "O Plano Real e outros ensaios", onde analisa a concepção e gênese do plano com o surgimento da URV, observando os fundamentos da reforma monetária, bem como alternativas de estabilização, como gradualismo, dolarização e populismo, além do "milagre do rentenmark" – uma experiência bem-sucedida de moeda indexada. A quebra da inércia inflacionária é vista como marco diferencial do êxito desse plano.

É importante destacar que o senhor Gustavo Henrique de Barroso Franco tem mais de quatro anos de associação com o atual governo, sendo um

dos principais formuladores e executores do atual programa de estabilização econômica.

Poucas pessoas são tão íntimas desse programa de estabilização quanto ele, que, participou de suas discussões preliminares ainda como Secretário-Adjunto de Política Econômica. Depois, com posição sempre firme e coerente na defesa dos pilares e âncoras de sustentação do programa, exerceu competentemente a Diretoria de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil, para cuja Presidência está sendo indicado.

III – O Plano Real

Embora o currículo acima descrito evidencie claramente a ampla qualificação técnica do Senhor Gustavo Henrique de Barroso Franco para exercer a Presidência do Banco Central do Brasil, a indicação para este cargo é muito mais que uma prova de títulos, mas a sinalização irrefutável da direção que o Governo deseja seguir. Assim, o Presidente da República, com esta indicação, reafirma o seu compromisso com a manutenção e consolidação da estabilidade econômica que adveio com o Plano Real.

Para se aquilatar a competência e preparo profissional do Senhor Gustavo Henrique de Barroso Franco, indispensáveis para o adequado cumprimento da missão para a qual vem de ser indicado, convém recordar o nível de deterioração econômica provocado pela inflação no Brasil e assinalar os principais aspectos e características do Plano Real, para cuja idealização, implementação e sucesso sua colaboração foi determinante.

Desde a década de 80, a sociedade brasileira mostrava-se desgastada em sua estrutura política e social devido ao crescente processo inflacionário. Sabe-se que a maneira mais eficaz de se destruir uma sociedade é destruir sua moeda. Era exatamente esse o processo de corrosão pelo qual passava a sociedade brasileira. De um lado, vários grupos aproveitavam-se do descontrole estrutural da economia para reforçar o processo de esgarçamento do tecido social. De outro lado, as propostas populistas mostravam-se cada vez mais nocivas: ao oferecerem o paraíso, simplesmente acirravam a inflação e o conflito.

Descrente destas duas opções, mas também esperando, no seu proverbial otimismo, que algo acontecesse e detivesse esse processo desintegrador, a sociedade brasileira, amadurecida por sucessivos malogros anteriores, afinal chegou ao Plano Real. A engenharia econômica que o forjou logo mostrou sua eficácia.

O Plano Real distingue-se de todas as experiências anteriores de controle da inflação no Brasil, tanto pela sua inovadora engenharia econômica, como pela sua implementação política. De fato, a sociedade brasileira vinha da traumática experiência de um período de sete anos, contados a partir de 1986, em que foram tentados seis planos econômicos diferentes, três moedas, duas reformas monetárias, sem que o controle da inflação tivesse se mostrado eficaz.

Mais do que isto, o que todos os planos econômicos anteriores transmitiram para a sociedade foi a nítida impressão de que essas intervenções governamentais somente traziam incerteza, achatamento de renda. O Estado não cumpria a sua parte, e a inflação retomava logo em seguida. Na verdade, aqueles planos econômico não atacavam os problemas estruturais da economia e da sociedade brasileiras. Uma sociedade que estava habituada a conviver com uma inflação permanente desde a década de 50, e que na década de 60 criou a correção monetária, remédio que levou o corpo doente (a sociedade) a se amoldar à sua doença (a inflação), em um equilíbrio instável e simbiótico.

As tentativas de estabilização recorriam, invariavelmente, a mecanismos que, além de ineficazes, acabavam por inviabilizar o crescimento da economia. Os sucessivos congelamentos de preços geraram o desabastecimento e o "mercado negro" de produtos. A moratória da dívida externa afastou o País por quase uma década do mercado financeiro internacional. O confisco das poupanças abalou a confiança do cidadão no mercado financeiro, punindo aqueles que poupavam e premiando a quem simplesmente consumia toda a sua renda. Fingia-se, com os índices de preços, "controlar" a inflação, quando na verdade controlava-se apenas os números que a refletiam.

O Plano Real inovou em relação a tudo isso.

Em lugar do congelamento, adotou o inédito e inventivo instrumento da URV. A teoria econômica ensina que em momentos de aceleração inflacionária, os preços relativos ficam distorcidos: como os preços variam diariamente, não mais refletem a real relação de troca entre as mercadorias. Assim, quando nos planos econômicos anteriores se congelavam os preços, o que de fato se fazia era congelar uma estrutura de custos da época de inflação. A URV cumpriu o papel de: moeda paralela, cuja oscilação permitiu, em um período de transição, a construção de nova estrutura de preços relativos que refletisse o

valor real de troca das mercadorias em uma economia com estabilidade de preços.

Em vez da moratória da dívida externa, concluiu-se, em abril de 1994, a renegociação com os credores internacionais nos moldes do Plano Brady. Com isso, o Brasil, além de reduzir sua dívida externa, teve a possibilidade de se beneficiar do **boom** no mercado financeiro internacional, passando, novamente, a contar com fluxos financeiros externos para complementar a poupança nacional.

Convém assinalar que todos os planos anteriores fracassaram porque não resistiram ao ataque especulativo desferido por poderosos agentes econômicos contra a moeda nacional. Como aqueles planos não contavam com fluxo de capitais externos, as reservas logo se exauriam, o governo era forçado a desvalorizar fortemente o câmbio e a inflação voltava ainda mais forte. A renegociação da dívida externa foi, portanto, um pré-requisito essencial para possibilitar que o País voltasse a contar com o fluxo de capital externo, com o que pôde formar reservas suficientes para resistir aos ataques de especuladores contra a estabilização monetária.

Ao invés de confiscos de poupanças privadas, o Plano Real garantiu a rentabilidade real das aplicações, estimulou novos mecanismos de acumulação e viabilizou a diversificação das possibilidades de investimento produtivo. Paralelamente, reestruturou o sistema financeiro nacional, dando segurança aos aplicadores e saneando o sistema financeiro.

Como se vê, o Plano Real demonstrou, desde a sua gênese; ser qualitativamente diferente de tudo o que se havia tentado no Brasil anteriormente. Mais do que isto, mostrou a seriedade na condução da gestão da política econômica, resistindo a qualquer tipo de arroubo populista que pudesse vir a comprometer a estabilidade monetária.

Ultrapassada a fase da implementação, estavam lançados, após quatro décadas de instabilidade, as bases para a construção de um novo País, para se repensar a Nação em suas estruturas produtiva e institucional.

É o momento atual – a fase das reformas que consolidarão a estabilidade monetária. Porém, como vivemos em um sistema democrático, pluralista e representativo, as reformas não podem ocorrer sem que se demande um certo tempo de maturação para o desenvolvimento de consensos mínimos. Enquanto as bases permanentes da estabilidade não são edificadas, a chamada "âncora cambial" continuará a ser essencial na preservação do Plano Real, tendo como contrapartida a "âncora monetária".

De fato, a "âncora cambial" cumpriu papel determinante no início do plano ao garantir, como já destacado, o fluxo internacional de capitais. Foi esse fluxo que permitiu resistir aos especuladores de plantão, assim como possibilitou o controle dos preços no mercado interno, pela competição entre a produção nacional e os bens importados, bem como impediu que os monopólios e oligopólios se beneficiassem de uma economia fechada e protecionista para aumentar os seus preços.

Mas, como assinalado, são âncoras provisórias. A estabilidade econômica ainda não é definitiva. Sua consolidação depende das reformas, que permitirão ao Brasil retomar os níveis históricos de crescimento de cerca de 7% ao ano. Não podemos deixar de constatar, contudo, que o equilíbrio fiscal demanda a ação concertada da União, de 27 estados e de 5.525 municípios. Para isso temos trabalhado intensivamente nesta Casa, com os avanços tanto da reforma administrativa como da reforma previdenciária.

Acima de tudo, é importante perceber que a realidade do Brasil após o Plano Real não pode ser analisada com conceitos e formas de ação do artigo Brasil inflacionista. Não se pode buscar compreender o mercado cambial com teorias gestadas na década de 60, quando o mundo não conhecia o avanço tecnológico que hoje conhecemos. Quando o comércio internacional e o sistema financeiro mundial ainda estavam dando os seus primeiros passos em direção àquilo que posteriormente se convencionou chamar de globalização. Não se pode, também, buscar compreender o papel do Estado na economia como se fôssemos uma nação ainda em estágio inicial de industrialização. É preciso compreender que, na atualidade, a gestão estatal deve ter três premissas básicas: responsabilidade na gestão, qualidade na despesa e transparência na ação de toda a máquina pública. E isto o Plano Real também trouxe para a realidade nacional.

Grandes mudanças causam grandes reações. As pessoas tendem a se aferrar a modelos do passado até que a realidade consiga demonstrar que o novo já é capaz de governar a economia. Grandes mudanças só podem ocorrer com grandes ousadias e profundo conhecimento da realidade. Esta é a essência do Plano Real.

Vejamos alguns resultados da grande mudança que está sendo o Plano Real. Reduziu uma inflação de cerca de 4000% ao ano para aproximadamente 7% anuais: o que antes era inflação de uma semana agora somente ocorre em um ano, sendo o

nível de inflação mais baixo desde 1951. Mais do que isto, dobrou o crescimento do PIB relativo à média dos quinze anos anteriores a 1994, gerou um aumento nos salários reais de quase 20%, fez a proporção de pobres no País diminuir 25%, impulsionou um aumento no nível de emprego de 2,5% anuais (mantendo taxas de desemprego estáveis em torno de 5%), fez o custo da cesta básica reduzir-se em 30% e o salário mínimo medido em dólares quase dobrar. Nunca é demais assinalar que foi essa estabilidade econômica que garantiu a milhões de brasileiros ingressarem no mercado consumidor e participarem da vida produtiva do País.

O programa de estabilização econômica provocou um processo de reinserção social, devolvendo o poder de compra a milhares de pessoas que tinham seus salários corroídos dia-a-dia, acumulando até 40% de perda econômica, necessária pela insuficiência da poupança doméstica em alavancar o crescimento, gerou um aumento de competitividade, proporcionando ganhos de produtividade e assegurando, finalmente, a contenção de qualquer surto inflacionário, devido à maior competição entre os produtos locais e os importados.

IV – Conclusão

A indicação do Senhor Gustavo Henrique de Barros Franco para a Presidência do Banco Central do Brasil ocorre em um momento extremamente importante e profícuo para a realidade econômica nacional. Conforme ressaltou a **Gazeta Mercantil** na sua edição de 5 de agosto de 1997, as reservas internacionais do Brasil atingiram US\$ 60,3 bilhões, no final de julho, pelo conceito de liquidez internacional. Se considerarmos os haveres prontamente disponíveis pelo Brasil, as reservas atingiram US\$ 59,5 bilhões, um recorde absoluto na nossa história. Essas reservas crescem em relevância se considerarmos que os recursos estrangeiros aplicados no País assumem, cada vez mais, a forma de investimentos de longo prazo. Tal característica deriva, fundamentalmente, do programa de privatização, que viabilizará um novo surto de crescimento da economia brasileira. Parte relevante desse resultado deve-se ao talento e competência com que o Senhor Gustavo Henrique de Barros Franco tem se havido no exercício dos relevantes cargos públicos para os quais foi até hoje designado.

Por todas as razões alinhadas, estou certo de que o Senhor Gustavo Henrique de Barros Franco reúne todas as credenciais para ocupar a Presidência do Banco Central do Brasil, conclusão que reco-

menda a aprovação, pelo Senado Federal, do seu nome para o posto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A matéria vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 542, DE 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 281 do Regimento Interno, requeiro dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 394, de 1997, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 136, de 1997, referente à indicação do Senhor Gustavo Henrique de Barroso Franco para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil, a fim de que matéria conste da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 1997. – **Sérgio Machado – Elcio Alvares – Valmir Campelo – Edison Lobão – Ney Suassuna.**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Aprovado do requerimento, a matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner, primeiro orador inscrito após a Ordem do Dia.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Colegas, o assunto que me traz a esta tribuna inscreve-se entre os temas globais, que atingem diferentes nações em distintos momentos históricos. Refiro-me ao fenômeno conhecido como "êxodo rural", a respeito do qual me pronuncio, movido pela convicção de que se trata de questão cuja importância estratégica para nosso País ainda não foi devidamente dimensionada.

Sem pretensão de proceder a uma reconstituição histórica, descabida e despropositada para os objetivos e dimensões deste pronunciamento, reporto-me a algumas datas e fatos, imprescindíveis à contextualização da questão no âmbito das preocupações que nos afetam.

Entre 1946 e 1996, aconteceu o maior movimento de massas da história universal. Mais de 2 bilhões de pessoas, no mundo inteiro, migraram do campo para as cidades. Hoje, pela primeira vez na história da humanidade, mais da metade da população do Planeta é urbana. Com exceção da Índia e da China, na maioria dos países, o fenômeno migra-

tório possivelmente já se encerrou e as cidades atingiram seu nível máximo de saturação.

Nosso País acompanhou o fluxo dos acontecimentos mundiais. Em 1950, o Brasil era realmente "um país rural": 64% de sua população estava no campo. Hoje, 75% dos habitantes do País moram em cidades. As razões da escassez dos contingentes humanos no interior são de diferentes matizes e conteúdos, a começar pela força centrípeta demográfica desatada pelo processo de industrialização. Desponta, todavia, como matriz exponencial do êxodo, a inadequação das políticas agrícolas, as melhores condições de emprego e de infraestrutura social nas cidades e a falta de investimentos em educação, saúde e habitação no meio rural. A extensão das leis trabalhistas aos campos teve forte impacto negativo na decisão dos proprietários de preferir os trabalhadores de residência urbana. A melhoria dos meios de transporte e de comunicação facilitou esse arranjo.

As conseqüências nefastas do fluxo migratório de mão-única são idênticas em todo o mundo: saturação das cidades, favelização, desemprego, decadência dos serviços públicos básicos, desagregação familiar, marginalização, mendicância, etc.

Contudo, alguns países estavam mais atentos aos desdobramentos do fenômeno. Quando os Estados Unidos atravessaram as dificuldades recessivas dos anos 30, Roosevelt adotou providências para o encaminhamento de jovens solteiros e desempregados para 3,6 milhões de hectares de terra inculta em 43 Estados, ali instalando 208 colônias agrícolas. Assim, em janeiro de 1935, 20 milhões de americanos haviam sido transferidos para a zona rural, e a taxa de desocupados nas capitais caiu verticalmente.

Em 1960, o Presidente Charles de Gaulle deu início a projeto semelhante. Impressionado com o congestionamento de Paris e os efeitos desumanos de seu agigantamento, que exauria as energias do país, o grande estadista francês criou um programa para industrializar e desenvolver as regiões de forte migração.

Essas experiências demonstraram que políticas sociais são de mais fácil aplicação nas comunidades do interior. Nos campos, mais facilmente que na cidade, pode-se combinar política de sobrevivência com auto-suficiência, integração social com sociedade do lazer.

Não é por outra razão, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a Conferência Habitat 2, realizada em Istambul, Turquia, no ano passado, apresentou entre suas re-

comendações a advertência de que "o êxodo rural não pode ser aceito como algo divino, inevitável, pois, além de contribuir para o caos urbano, incapacita pequenas e médias cidades".

Independentemente das políticas de estímulo, no entanto, já é possível identificar, em escala mundial, um movimento, ainda que tímido, de volta ao campo. É evidente que um programa de retorno ao meio rural, inspirado no modelo tradicional de atividades, pode parecer um movimento na contramão da história. Entretanto, existem experiências alternativas. O meio rural, pode, por exemplo, possibilitar atividades econômicas não agrícolas. A China fez um programa que aumentou, em 10 anos, de 20 milhões para 100 milhões o número de empregos não rurais no campo.

O programa francês "Viver a Terra" defende um estilo de vida rural ligado à preservação ecológica da vida no campo e ao respeito à vida cultural local, configurando condições demográficas, estéticas e econômicas absolutamente novas.

Iniciativa congênere está em curso na Irlanda, onde o programa "Rural Resettlement" oferece às famílias que se dispõem a ocupar o campo as casas abandonadas da zona rural, particularmente as do oeste daquele país, onde a crise do êxodo foi mais aguda e que, há muito, funciona como uma espécie de "reserva" para as favelas de Dublin, de Londres, de Nova York e de Boston.

Como se vê, Sr^{as} e Srs. Senadores, a praga da decadência da zona rural não é uma prerrogativa brasileira. Lamentavelmente, o que nos distingue é a falta de iniciativas para contê-la. Para se ter uma idéia da importância que alguns países atribuem à permanência do homem no campo, basta dizer que nações, como os Estados Unidos, a França e a Bélgica, entre outras, mantêm, até hoje, uma forte política de subsídios à produção rural.

O Brasil não conhece uma política de interiorização do desenvolvimento, mas apenas a retórica dessa política. A prosperidade de certas regiões interioranas tem dependido basicamente de condições favoráveis que lhes são próprias.

Essa imobilidade é mais espantosa quando se pensa nas características do País e na sua dimensão, que, naturalmente, o vocacionam para a atividade rural. Inegavelmente, o fortalecimento do nosso interior tem um papel decisivo no progresso econômico e social do País. A redução das desigualdades regionais, a mais justa distribuição de renda, a melhoria dos padrões de vida da população e outros

avanços qualitativos resultarão, necessariamente, de um processo de ampla revisão do Brasil rural.

O Governo precisa criar enérgicos e eficientes mecanismos que reduzam e desestimulem o fluxo de abandono do campo em busca da ilusão das luzes das grandes cidades. É no meio rural que se encontra a solução para os problemas de nosso País, por meio da geração de empregos, do aumento de renda, da descentralização da economia, da interiorização socioeconômica e de uma distribuição mais justa e mais equânime das riquezas da Nação.

É preciso, Sr^{as} e Srs. Senadores, um grande e conjugado esforço nacional para reverter o quadro de analfabetismo, mortalidade infantil e miséria que hoje é a realidade de nossas grandes metrópoles. Quanto maior a cidade, maiores, mais profundos, mais graves e insolúveis seus problemas. As comunidades menores desenvolvem com maior facilidade laços sociais e afetivos criando mecanismos próprios para solucionar seus problemas emergenciais, apresentam mais agilidade e capacidade para combater, com mais eficiência, as grandes chagas sociais, existentes nas grandes metrópoles.

Em outras palavras, Sr^{as} e Srs. Senadores, isso se traduz por bem-estar social e qualidade de vida. O atendimento dessas demandas mencionadas é função precípua do Estado. Quando o inciso IV do art. 7º da Constituição Federal determina que o salário mínimo seja capaz de atender às "necessidades vitais básicas" do cidadão e de sua família não quer se referir, tão-somente, às necessidades da alimentação, mas também à saúde, ao lazer, ao vestuário e à higiene, enfim, a tudo que a vida das grandes metrópoles vem inviabilizando aos seus habitantes, numa demonstração inequívoca da falência do modelo baseado nas grandes aglomerações humanas.

Uma questão inevitável perpassa toda essa reflexão: Como estimular programas sociais capazes de atrair as populações para as zonas agrícolas vazias ou decadentes? Naturalmente, não há uma fórmula mágica para fazê-lo. Entretanto, é possível, por exemplo, aproveitar tendências que já se manifestam.

Segundo dados do último censo do IBGE, as metrópoles brasileiras pararam de crescer, e a população foge para novas fronteiras. O Estado de São Paulo, que chegou a crescer a taxas de 3% na década de 80, aumentou apenas 1,5% entre 91 e 96. Uma das razões é apontada na queda de fluxos migratórios provenientes de outros Estados do Brasil.

O Governo deve aproveitar essa tendência espontânea para consolidar, o quanto antes, uma política de revigoração do interior, que é, afinal, o espaço maior e inseparável da realidade brasileira. Para tanto, não poderá postergar, por mais tempo, duas definições emergenciais: uma política agrícola e uma política fundiária capaz de resolver os problemas dos sem-terra.

Não pretendo, Sr^{as} e Srs. Senadores, parecer um saudosista, ansioso pelo retorno impossível a um passado idealizado como "paraíso perdido". O que almejo é viabilizar uma melhor distribuição dos benefícios do desenvolvimento para todas as regiões do País, além de criar condições de emprego, alimentação e bem-estar para toda a população, onde quer que se encontre.

Afinal, cidadania não é um atributo exclusivo das cidades.

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL-TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, abduco da minha inscrição. Vou transferi-la para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Alves. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Francellino Pereira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT-SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, farei, hoje, sobre futebol, assunto do qual nunca tratei na tribuna do Senado, embora o aprecie muito. Sempre me preocupei em não falar sobre o tema aqui, porque vejo com muito desconfiança essa mistura de política com futebol. A História do Brasil, inclusive, não é muito favorável a isso desde a utilização da Seleção Brasileira, em 1970, pelo então Presidente Médici, com a finalidade de desviar a atenção da opinião pública para o que vinha acontecendo no País. Alguns exemplos de dirigentes de futebol que ingressaram na vida pública também não são muito recomendáveis, haja vista a CPI do Bingo na Câmara dos Deputados, que acabou quase gerando a necessidade de uma CPI da CPI.

No entanto, como hoje dois jornais do Rio de Janeiro, ambos dignos de credibilidade, publicaram

manchetes contraditórias sobre a posição do Governo em relação ao chamado Projeto Ministro Pelé, abordarei esse tema.

Em primeiro lugar, surpreendi-me com uma manchete de há dois dias na qual o Presidente da FIFA, Sr. João Havelange, de maneira chantagista com o Congresso Nacional, disse que se o chamado Projeto Pelé fosse aprovado, o Brasil seria excluído da FIFA e, conseqüentemente, não poderia disputar a Copa do Mundo.

O próprio Presidente do Senado já se manifestou em relação a essa declaração. Entretanto, o que me deixa preocupado é que a edição de hoje do **Jornal do Brasil** traz uma manchete dizendo que o Governo recuará em relação ao projeto, enquanto que **O Globo** publica, também em manchete, afirmação em sentido totalmente contrário. Como se tratam de dois jornais de grande prestígio, ou um deles caiu numa "barriga" tremenda, ou a posição do Governo foi de tal forma dúbia que permitiu a veiculação de manchetes tão díspares.

Não conheço o projeto na íntegra, mas gostei do que vi. Inclusive, alguns de seus aspectos justificam tamanha reação contrária por parte de determinados setores esportivos, como o que se refere à Justiça Desportiva.

Lembro-me que recentemente, quando houve uma polêmica a respeito do futebol do Rio de Janeiro e o Flamengo ameaçava entrar na Justiça contra o encaminhamento do campeonato carioca, ouvi literalmente a seguinte declaração do Presidente da Federação Carioca de Futebol – até nem me lembro de seu nome -, conhecido como "Caixa D'água": "Se o Cleber Leite acha que vai conseguir alguma coisa no meu tribunal, ele está muito enganado." Mais adiante, disse o seguinte: "Sou um homem daqueles capazes de bater à noite na casa de juiz para conseguir o que querem."

Fatos como esse demonstram a necessidade de modificação da chamada Justiça Desportiva no Brasil, também contemplada, pelo que vi, no projeto do Ministro Pelé.

Um outro aspecto seu que considero bem-vindo é o fim da famigerada lei do passe, autêntica escravidão ainda existente no Brasil. O jogador de futebol profissional, brasileiro, na verdade ainda é submetido a leis que remontam à época da escravidão.

Em função disso, ou seja, por ser inovador, ocorre manifestação tão contrária por parte de dirigentes esportivos.

Outra coisa importante nele é a possibilidade de transformação dos clubes em empresas, com a

perspectiva de os dirigentes esportivos virem a ser responsabilizados criminalmente por atos que pratiquem à frente desses clubes, o que não acontece hoje, como atestam os escândalos, publicados em manchetes de jornais.

Vem sendo também criticada a possibilidade de criação de associações de juizes, que seriam responsáveis pela indicação de árbitros para as partidas de futebol. Isso contribuiria para evitar fatos como o recente escândalo envolvendo dirigentes da Comissão de Arbitragem da CBF, que parece ser mais um a ser "varrido" para baixo do tapete.

Espero sinceramente que o Senhor Presidente da República não se submeta à chantagem do Sr. João Havelange e que apoie o projeto, pois, como já disse anteriormente, este aponta para a modernização do futebol brasileiro e para que se evite uma série de escândalos, como os que temos visto ao longo da história da CBF.

O Senador Carlos Wilson estava coletando assinaturas para a criação de uma CPI da CBF no Senado; e já assinei o requerimento porque penso ser importante que o Congresso Nacional se debruce sobre o assunto, para que possamos abrir essa verdadeira caixa de assuntos nebulosos relacionados ao futebol brasileiro.

Por se tratar de um assunto tão arraigado à cultura de nosso povo e que lhe interessa de maneira tão fundamental, o Congresso Nacional não pode continuar lavando as mãos quando aborda esse tema e, principalmente, não pode continuar submetendo-se aos **lobbies** de dirigentes esportivos e de clubes de futebol.

Acho necessário que o Governo Federal esclareça, de uma vez por todas, essa dúvida que surgiu, hoje, em duas manchetes de jornais tão importantes.

Pode até parecer estranho que um Líder da Oposição defenda um projeto do Governo, mas, como sempre fazemos questão de registrar, não nos opomos a todo e qualquer projeto que tenha origem no Palácio do Planalto ou em algum Ministério. Conforme as informações que possuo até o momento, esse é um projeto que, com o devido aperfeiçoamento que vier a ser feito pelo Congresso Nacional, deverá merecer o voto da Oposição.

A Srª Benedita da Silva - Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Concedo um aparte à Senadora Benedita da Silva.

A Srª Benedita da Silva - Senador José Eduardo Dutra, gostaria de apoiar seu pronunciamento porque tenho algum conhecimento sobre a

iniciativa do Ministro Edson Arantes do Nascimento, o nosso Pelé. Já conhecia a sua intenção por ser uma perseguidora contumaz do trabalho que S. Exª está desenvolvendo nessa área, principalmente porque apresenta investimento nas áreas carentes e tem prestado serviço de recuperação, dando um outro caráter ao esporte do País. É claro que não se trata de um Ministério cuja política possa ser envolvida constantemente pela mídia, mas tenho acompanhado de perto esse trabalho. Como V. Exª, não tenho conhecimento do conteúdo total do projeto. Eu iria fazer um pronunciamento a respeito, mas não o fiz, porque não tenho o projeto em mãos. Solicitei que o Ministério o enviasse porque, como V. Exª, penso que o tema é altamente relevante. Quanto ao fato de o Ministro ter entregue um anteprojeto para ser examinado, creio que está havendo um certo terrorismo em relação à iniciativa do Ministro Pelé. Nobre Senador, como V. Exª bem ressalta, todos que temos esse espírito esportivo, que acompanhamos essa arte – porque o esporte é uma arte, é uma cultura do povo brasileiro – concordamos que é fundamental a questão do passe. É importantíssimo! Se o projeto tivesse apenas esse item, ele já mereceria apoio. V. Exª diz que poderá parecer estranho que a Oposição esteja defendendo um projeto do Governo. Eu não concordo. V. Exª faz, neste momento, um pronunciamento relevante. O projeto deve extrapolar siglas partidárias, porque ele trata da arte, da cultura do povo brasileiro. Não há oposição a qualquer iniciativa que dê apoio à arte e à cultura do povo brasileiro. Por isso quero somar-me ao pronunciamento de V. Exª, muito mais à vontade por ser V. Exª Líder. Desejo, agora com mais ênfase, dar meu apoio declarado e contundente. Peço ao Governo Federal que não recue e que deixe as decisões serem tomadas, a fim de que o Congresso possa fazer parte do processo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Muito obrigado, Senadora Benedita da Silva.

Os opositores do projeto estão se utilizando do argumento mais mesquinho possível. Dizem que o projeto existe apenas porque há uma briga pessoal do Ministro Pelé com João Havelange e com Ricardo Teixeira, que é genro, se não me engano, do presidente da FIFA. Tentam, assim, reduzir a importância do projeto. Não me interessa saber se há briga pessoal do Ministro Pelé com João Havelange e Ricardo Teixeira.

Pelo que sei, o projeto é importante e pretende modernizar as relações. Por isso mesmo está havendo uma reação tão grande de **lobbies** importan-

tes que preferem que o futebol brasileiro continue neste grau de arcaísmo, possibilitando, assim, a sua utilização eleitoral, a sua utilização até para a corrupção, além de sua vinculação com a contravenção, coisas que sabemos muito bem precisam ser extintas do nosso País.

O Sr. Casildo Maldaner - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Casildo Maldaner - V. Ex^a, Senador José Eduardo Dutra, analisa o tema com coragem, a mesma coragem com que está sendo apresentado o projeto. A iniciativa do Ministro dos Esportes é corajosa. A idéia que se tem é de que se trata de um feudo que existe há muitos anos. Para romper, para modificar, para oxigenar esse controle todo de tantos anos não é fácil. O Ministro dos Esportes demonstrou coragem ao levar a proposta ao Governo, para que este envie a matéria ao Congresso Nacional com o fim de ser analisada, para que se rompam essas teias tecidas durante esse tempo todo. Pelo que tenho visto pela imprensa, a prestação de contas – e isso vem sendo analisado apenas internamente, no âmbito da CBF – pela nova legislação, terá que submeter-se a um acompanhamento externo. Órgãos externos como o Ministério Público, por exemplo, deverão ter acesso às contas, para analisar o que é do povo brasileiro. Quanto à participar ou não da Copa na França no ano que vem, julgo que devem ser ouvidos também outros membros da Fifa, porque uma só pessoa não pode dizer que o Brasil não terá condições de participar. Acredito que essa não é a essência do problema. Existem outros entraves em função dos quais criou-se um **lobby** para espalhar a notícia de que diz que o Brasil não poderá participar da Copa do Mundo no ano que vem. Creio que foi um ato de coragem do Ministro, que abriu a discussão desse tema no momento propício. Cumprimento V. Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Obrigado, Senador Casildo Maldaner. Incorporo, com muito prazer, seu aparte ao meu pronunciamento.

A ameaça de o Brasil não participar da Copa do Mundo cheira à chantagem mais barata possível. Na verdade, trata-se de tentar jogar a opinião pública brasileira contra o projeto, sob a alegação de que, se ele for aprovado, o Brasil não poderá participar da Copa do Mundo.

A questão não é tão simples assim, até porque o Michel Platini, coordenador da equipe organizadora da Copa do Mundo, já disse que, sem o Brasil, tal-

vez até nem haja o campeonato internacional de futebol.

Sendo assim, faz-se necessário pedir ao Sr. João Havelange para literalmente "baixar a bola" e respeitar o Congresso Nacional. Faço também um apelo ao Governo Federal para que não recue e dê apoio ao Ministro, para que o projeto venha a ser efetivamente aprovado no Congresso Nacional.

O Sr. Eduardo Suplicy - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy – Senador José Eduardo Dutra, V. Ex^a está fazendo a análise correta do tema. Parece-me que o Ministro Edson Arantes do Nascimento, ao fazer a sua proposição, toca em pontos de grande relevância, ainda mais se levarmos em conta o extraordinário craque que foi, o maior jogador de futebol da história do Brasil e do mundo. O Ministro, sobretudo, soube tocar nos principais problemas que ocorrem na história do futebol desde o tempo em que S. Ex^a ingressou nessa atividade. Primeiro foi amador, mas logo cedo, já aos 16 ou 17 anos, tornou-se profissional. Como torcedor do Santos Futebol Clube, acompanhei muito de perto toda a sua trajetória. Avalio que foi uma decisão acertada do Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso de escolhê-lo Ministro Extraordinário dos Esportes. Fosse Lula o Presidente da República, eu teria feito recomendação semelhante, ou seja, de convidar Pelé para ser Ministro. Pelé, nessa área e também em outros campos, é um dos brasileiros mais ilustres. E tem demonstrado sensibilidade para os problemas da prática do futebol.

Ontem, quando a Rede Bandeirantes tratava desse assunto no jornal da noite, tive a oportunidade de ouvir o comentário de um dos maiores conhecedores da crônica esportiva brasileira: o jornalista Armando Nogueira. Afirmou ele que estudou profundamente o projeto apresentado pelo Pelé e – dizendo-se conhecedor do regulamento da Fifa – que não viu, em nenhum momento, algo que ferisse as regras dessa Federação. Não compreendeu, portanto, a reação do Presidente da Fifa, João Havelange.

Avalio que possa até haver um aperfeiçoamento. Não conheço ainda os detalhes do projeto do Ministro Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, mas penso que será muito importante que o examinemos, certos de que se trata de um projeto de alguém que conhece em profundidade o assunto e que tem mostrado para os seus colegas jogadores de futebol o desejo de que as coisas possam caminhar da me-

lhor maneira. Acredito também que o Pelé tenha a vontade de que o futebol seja organizado de maneira a respeitar o povo brasileiro, que tanto ama esse esporte. Gostaria de cumprimentar V. Ex^a pela análise e por ter levantado este tema, como Líder do PT.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy, pelo aparte. Com ele encerro o meu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Wilson. (Pausa.)

Está franqueada a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvimos hoje, desde as 11h até praticamente as 13h30min, quando se iniciava a Ordem do Dia, o depoimento do novo indicado à Presidência do Banco Central, o Diretor Gustavo Franco, um dos nomes indicados para ser Presidente daquele Banco, um dos economistas ilustres que participaram da elaboração do Plano Real e que tem sido, segundo a imprensa, um dos principais elaboradores da continuidade da política econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Gustavo Franco estava muito tranqüilo, procurou ser manso ao longo das quatro horas e meia de arguição. Usou a tática de não responder longamente às críticas e às perguntas, sobretudo dos Senadores da Oposição. Surpreendemo-nos diante de uma pessoa que, conhecida por ser o "D'Artagnan", o esgrimista da equipe econômica, procurou se poupar de desenvolver uma polêmica.

Tivemos a oportunidade de argüi-lo em alguns dos aspectos mais críticos da política econômica, sobretudo a questão relativa à política cambial. Temos percebido que Gustavo Franco tem sido uma das pessoas menos flexíveis na condução e na definição do que fazer com a taxa cambial, levando o real a ter uma situação de sobrevalorização, reconhecida quase que consensualmente por economistas no mais largo espectro, como Paulo Nogueira Batista Júnior, Antônio Delfim Netto, Maria da Conceição Tavares e tantos outros.

Perguntamos em que medida ele estava de acordo com a avaliação que seu colega de diretoria, Francisco Lopes, tinha de que, de fato, o real está sobrevalorizado. Embora tivesse dito que estava de

acordo com a análise de Chico Lopes, no que diz respeito a esse ponto especificamente, ele procurou não aprofundar-se.

Chico Lopes propõe que haja uma gradual flexibilização da taxa de câmbio como uma forma de se manterem as desvalorizações em níveis de 0,5% a 0,6% ao mês. De fato, em havendo a diminuição da taxa de inflação gradualmente, será possível desvalorizar o real de tal forma, se der continuidade a essa política por mais quatro anos, a acabar com essa sobrevalorização, o que pode levar, se houver uma insistência em direção contrária, a uma situação crítica.

Perguntávamos ao Sr. Gustavo Franco em que medida continuava a avaliar a situação da economia brasileira como tão boa, assim como estavam, na sua avaliação, as economias do Sudeste Asiático, da Tailândia, da Coreia, da Malásia e de outros, como as da Colômbia, porque, em que pese sua avaliação positiva sobre a Tailândia e estas outras economias, agora – diante do furacão que caracterizou a vida dessas economias, sobretudo no que diz respeito ao desequilíbrio externo e aos movimentos de capital especulativo -, aconteceu que o Sr. Gustavo Franco resolveu dizer hoje que não é um especialista nas economias do Sudeste Asiático.

Seria importante que ele examinasse com cuidado que, com respeito a alguns dados, como a relação de reservas sobre o déficit em contas correntes, e déficit em conta corrente em relação ao valor das exportações do Brasil, os indicadores mostram que a situação da economia brasileira é mais crítica por tais indicadores do que a daqueles países, pouco antes do estouro da crise. Então, Gustavo Franco, sobretudo agora, como responsável pela Presidência do Banco Central – uma vez que por 21 a 6 foi votado favoravelmente o seu nome – deveria ter a preocupação de estudar o assunto ainda melhor.

Por outro lado, perguntei ao Presidente indicado, Gustavo Franco, que avaliação fazia com respeito ao menino Danilo, que esteve ontem à porta do Congresso Nacional pedindo esmolas. Se porventura havia se interessado em saber a respeito da condição de Danilo, bem como de outras crianças que estão à porta do Congresso Nacional ou nas ruas de quase todas as cidades brasileiras em número extraordinariamente grande. E qual não foi a minha surpresa quando o indicado para ser Presidente do Banco Central afirmou que meninos de rua não são preocupação do Presidente do Banco Central.

Ora, Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, como Presidente do Banco Central, formulador da

política econômica, não deve Gustavo Franco se preocupar com a situação dos meninos e meninas de rua, não deve procurar saber que razões levam tantas crianças hoje a estarem sem freqüentar a escola? Dados do IBGE ontem revelados informam que 2 milhões e 700 mil crianças de 7 a 14 anos, como o menino Danilo, estão fora da escola.

Ainda hoje de manhã, conversei com duas crianças que inclusive conhecem, são amigas de Danilo e que me informaram que Danilo é um menino que chegou com sua mãe, com sua família, há apenas alguns meses a Brasília e está morando ali perto da Academia de Tênis, num bairro popular, assim como essas outras crianças. Uma estava há um ano e a outra há dois anos aqui. Perguntei a eles: "Mas por que vocês estão aqui pedindo ajuda?" E responderam: "Porque precisamos ajudar nossa mãe".

Mas crianças de 10 anos, de 11 anos, de 7 anos, como Danilo, estarão ajudando melhor as suas famílias se estiverem freqüentando a escola, porque essas crianças, ao deixarem de aprender a ler, a escrever, a fazer as contas, quando chegarem à idade adulta, não conseguirão empregos que lhes proporcionem uma melhor remuneração.

Seria próprio que Gustavo Franco dissesse que tinha, sim, preocupação com respeito às crianças de rua, às crianças que, como Danilo, estão em condição de miséria, porque é uma pessoa que teve a oportunidade de fazer doutoramento em Harvard, e ele o fez com brilhantismo, que lá teve a oportunidade de conhecer professores do calibre de John Maynard Keynes ou de John Rawls, que escreveu a "Teoria da Justiça" e que disse de como deveria uma sociedade se organizar de maneira a criar oportunidades para que todas as pessoas pudessem ter meios de pelo menos ter o básico.

Pois bem. Gostaria de transmitir hoje que teremos pela frente no Banco Central uma pessoa com uma preocupação humanista, uma preocupação com a erradicação da pobreza para muito além daquilo que a estabilização dos preços proporciona.

Estou de acordo com Gustavo Franco de que a inflação deve ser zerada. É muito importante, sobretudo para os mais pobres, que não haja a inflação, porque esta constitui um imposto extraordinariamente danoso para eles. Mas avaliar que a estabilização dos preços seja medida suficiente para combater a pobreza, para reverter a situação de quase campeão do mundo que somos pelas desigualdades, para reverter as condições legadas em nosso País por mais de três séculos de escravidão, para reverter tudo

aquilo que resultou nas últimas décadas de favorecimento sobretudo às oligarquias, aos poderosos, para reverter situações como aquela de se estar propiciando tantas oportunidades de ganho àqueles que já detêm patrimônio, como foi a maneira como se conduziu a política econômica!

Ora, disse ao Gustavo Franco, porque falo com franqueza e abertamente, que, em virtude dessa discordância, meus colegas de partido e eu votamos contrariamente à sua indicação.

Respeito o seu ponto de vista, mas esta foi a maneira de sinalizarmos a nossa discordância sobre a condução desses aspectos da política econômica e, por outro lado, disse também a Gustavo Franco que sou otimista porque tenciono, no diálogo travado com ele daqui para frente, ainda procurar convencê-lo a modificar o seu ponto de vista, seja sobre a política cambial, seja sobre a política econômica como um todo.

Nosso objetivo é termos, dentre aqueles que estão à frente, os elaboradores da política econômica, pessoas que, realmente, dêem tudo de si, de seu conhecimento, de sua experiência, de sua energia, não apenas para conseguir a estabilização de preços, o equilíbrio externo, a taxa de crescimento de acordo com a potencialidade de crescimento da economia brasileira – e, hoje, estamos caminhando aquém do que poderíamos crescer –, para conseguirmos o crescimento da taxa de empregos e para que a estabilidade de preços não tenha, como outro lado da moeda, tanto desemprego e que o trabalhador não tenha tanta dificuldade em fazer com que seus rendimentos pelo menos acompanhem os ganhos em produtividade; sobretudo, para que seja instaurado de vez, neste País, o princípio segundo o qual todas as pessoas têm o direito de usufruir minimamente da riqueza e para que todas as crianças possam estar, realmente, freqüentando a escola.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB. Profere o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, salta aos olhos de qualquer pessoa seriamente preocupada com o futuro do Brasil a degradação de vida que atinge milhões de famílias no País.

As vergonhosas condições da saúde pública, a decomposição da polícia em todos os sentidos, a péssima situação do sistema educacional – embora tendo um grande Ministro que está fazendo muito esforço, ainda não chegou à altura do País –, os índi-

ces alarmantes de violência, a impunidade que nos eleva à triste condição de uma das maiores "lavaranderias" do dinheiro sujo que circula no mundo.

O abandono, a prostituição e o trabalho semi-escravo das crianças, o desperdício enorme de produção e dos recursos públicos nacionais que causam prejuízos de muitos bilhões de dólares a cada ano e, para não nos alongarmos mais, o completo descaso e destruição do meio ambiente.

Assim, a realidade brasileira se parece mesmo com um quadro do apocalipse, e as autoridades, às vezes, preferem proteger pessoas desonestas a atacar a fome, o desespero e todas as outras vergonhas nacionais e suas raízes.

No Brasil de hoje, por exemplo, existem quase nove milhões de domicílios pobres.

Cerca de 3,2 milhões das habitações rurais são pobres e quase 19% dos domicílios urbanos, cerca de 5 milhões, encontram-se em situação de pobreza estrutural, ou seja, são ocupados por famílias muito pobres, indigentes que não conseguem satisfazer sequer as suas necessidades básicas.

Muitos dos programas sociais do Governo são improvisados e terminam desperdiçando grandes somas de recursos, sendo que os resultados quase nunca são alcançados plenamente.

Por outro lado, como todos nós sabemos, a maioria das políticas sociais são centralizadoras. Mostram, na prática, uma forte tendência para servir de trampolim para promoções pessoais e para o tráfico de influência, com fins eleitorais e, muitas vezes, até de enriquecimento ilícito, sem falar no caráter paternalista e clientelista que bem caracteriza o Estado na implementação desses programas.

Segundo dados de 1995, o Governo Federal não investiu naquele ano nem a metade dos recursos previstos para atender à criança e ao adolescente.

Apenas uma parcela do dinheiro previsto foi liberada para cobrir os gastos com a merenda escolar e com os transportes.

Dos 3,8 bilhões de reais consignados no Orçamento da União para gastos, em 1995, nas áreas de saúde, de educação e de assistência social infantis, somente 1,6 bilhão, ou seja, 43,4% do total havia sido repassado até o mês de setembro.

Acompanhando estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, sobre programas sociais voltados para a infância e adolescência que deveriam ter sido implantados em 1995, concluímos que, entre setenta projetos e subprojetos

analisados, pelo menos vinte apresentaram resultados pouco satisfatórios em virtude da falta de recursos.

De todos esses projetos observados, apenas cinco tiveram desempenho financeiro considerado razoável.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fazendo uma comparação entre os recursos governamentais destinados às áreas de saúde e educação nos anos de 89 e 95, conseguimos os seguintes dados: em 1989, os investimentos nessas duas áreas somaram cerca de 20 bilhões de dólares; em contrapartida, em 1995, foram gastos apenas cerca de 18 bilhões de dólares.

Em relação a outras discrepâncias da política social brasileira, é importante uma comparação rápida com o Chile. Enquanto o Brasil gasta cerca de 16% das dotações sociais com as populações pobres e cerca de 21% com os menos pobres, no Chile, mais ou menos 40% são destinados aos pobres e apenas 4% são gastos com os menos necessitados.

Dos quase 70 bilhões de reais arrecadados no Orçamento da Seguridade Social em 1995, apenas 49 bilhões de reais foram gastos nas atividades do Ministério da Saúde e do Ministério da Previdência e Assistência Social. Dessa maneira, naquele ano, cerca de 20 bilhões de reais foram desviados para outros fins.

Por outro lado, em relação às contribuições arrecadadas pelo Tesouro Nacional – COFINS e a rubrica sobre Lucros Líquidos – apenas 11 bilhões dos 21 bilhões de reais foram repassados no mesmo período.

A conclusão que tiramos do exame de todos esses dados é que o Governo precisa aumentar os gastos com a assistência social e eliminar completamente o desvio de recursos dos programas sociais, se quiser realmente modificar o vergonhoso quadro da distribuição de renda no País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se quisermos realmente vencer a guerra contra o quadro de indigência, precisamos decidir, de uma vez por todas, que vamos integrar milhões de pessoas ao mercado via emprego e salário, o que significa dar cidadania e, efetivamente, distribuir renda.

De nada adianta a vibração ao se apresentarem dados de aumento do consumo de alguns milhões, quando esses milhões e outros mais continuam vivendo em barracos infectos, e o quadro de distribuição da riqueza continua sendo um dos mais injustos do mundo.

Segundo o Ipea, o Plano Real fez o miserável se tornar pobre; o pobre a ficar menos pobre; o salário mínimo a subir e melhorar consideravelmente o seu poder de compra, e a renda **per capita** a au-

mentar cerca de 2,7%. Esses brasileiros passaram, assim, a consumir mais frangos e, por incrível que pareça, a tomar iogurte da Danone e suco de laranja industrializado. Todavia, no ano passado, 50% dos mais pobres ficaram com apenas 11,7% de toda a riqueza nacional, enquanto os 20% mais ricos encheram os bolsos com 63% do total produzido.

Enfim, não podemos esconder que o Brasil continua a ostentar uma das piores distribuições de renda do Planeta e, assim, não existe motivo algum para festejar. Em relação a 1994, os ricos perderam 1,3% do total do bolo. Naquele ano, enquanto os pobres ficaram com míseros 10,4%, os mais remediados levaram 65,7%.

Entretanto, o Governo não deve esquecer que, em 1989, os mesmos 50% de agora detinham 11,8% do Produto Interno Bruto e os 20% mais ricos, 62,4%. Em 1990 e 1992, para o mesmo universo, os percentuais dos mais pobres correspondiam a 12,3% e 12,9%, respectivamente, caindo, como já vimos, em 1994, para 10%.

Assim, a bem da verdade, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE -, não existem muitos motivos para comemorações porque os ganhos apresentados hoje não superaram sequer os registados em 1989.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se os governantes desejam realmente uma melhora a médio prazo na distribuição da renda, será necessário adotar imediatamente políticas ativas que consigam modificar as estruturas sociais. Entre essas políticas, e em várias ocasiões tenho alertado daqui deste plenário, está a necessidade de se fazer uma verdadeira revolução na educação.

Os símbolos mais importantes da crise social que vivenciamos não são, desse modo, os índices negativos do nosso comércio internacional ou o descontrole de nossas contas, mas a concentração brutal da renda, a quantidade cada vez maior de pessoas iletradas e sem nenhuma habilitação, e milhões de brasileiros que se debatem para encontrar um lugar ao sol e uma vida mais digna com menos sofrimento e menos discriminação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Os Srs. Senadores Esperidião Amin, Gilberto Miranda e Gilvam Borges enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PPBSC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero abordar aqui a situação dos moradores de mais de uma centena de casas operárias, situadas em Imbituba, no litoral catarinense, e transferidas, há alguns anos, da Companhia Docas de Imbituba ao Patrimônio da União. Trata-se de 127 residências, na maior parte de madeira, com áreas exíguas, as quais foram construídas, há cerca de cinquenta anos, para habitação dos portuários, funcionários da referida empresa.

Até hoje, as casas são ocupadas pelos antigos portuários e suas famílias, ou por seus descendentes, representando, para eles, uma opção de moradia digna, ainda que modesta, tendo em vista seu baixo padrão de renda. A Secretaria do Patrimônio da União, considerando os aspectos sociais implicados, não julgou conveniente promover o leilão dos imóveis. Passou, no entanto, a cobrar uma taxa de ocupação que, embora não constitua quantia muito elevada, tem peso de modo considerável no orçamento daquelas famílias.

Recebi correspondência dos moradores desses imóveis relatando as dificuldades por que têm passado para honrar o compromisso junto ao Patrimônio da União. Parte dos moradores é constituída de pessoas idosas, que sobrevivem com poucos proventos de aposentadoria. Solicitam eles o nosso empenho junto ao Ministério da Fazenda para pleitear a isenção da referida taxa, pelo menos para aqueles que percebem até seis salários mínimos.

A solução definitiva e a mais acertada para o problema consiste na doação das casas àqueles para os quais foram elas construídas e que nelas habitam há décadas. Era justamente este o escopo do Projeto de Lei nº 4.571, de 1994, de autoria da então deputada Ângela Amin. O Projeto, em que pese o parecer favorável aprovado unanimemente pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, foi arquivado ao término da legislatura, em dois de fevereiro de 1995, nos termos do artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Talvez pareça que a relevância desse assunto não é muito grande, diante da enormidade dos problemas habitacionais do País. Envolve, no entanto, a segurança de 127 famílias, que fazem jus à propriedade de casas modestas, que à União não interessa manter. Se não soubermos olhar pelo que é pequeno, pela família, pela pessoa humana, pouco adianta nos preocuparmos com o grande.

Os moradores ou seus progenitores, ao longo de décadas de habitação, vêm zelando pela conservação dos imóveis e promovendo algumas benfeito-

rias. Além disso, como já frisamos, percebem renda reduzida. Qualquer forma de alienação desses lotes que não seja a doação causará um desnecessário problema social, expulsando seus moradores, o que contraria nosso senso de justiça.

Tudo isso considerado, decidi apresentar novo projeto de lei, nos mesmos termos do projeto arquivado, de autoria da ex-Deputada Ângela Amin. Por meio de sua aprovação, fica o Poder Executivo autorizado a doar os 127 lotes e suas benfeitorias aos seus ocupantes, comprovadamente ex-funcionários da Companhia Docas de Imbituba ou descendentes ou sucessores de pessoas que detinham tal vínculo empregatício.

Além de contar com a compreensão do Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda para a resolução do problema das taxas de ocupação, peço o apoio de meus nobres Pares na iniciativa, que ora apresento, a qual virá trazer a tranquilidade e a solução do problema habitacional para pessoas que contribuíram honestamente com seu trabalho para o desenvolvimento do País, bem como para seus familiares e descendentes.

Muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL-AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a preservação do meio ambiente em nosso País acaba de ser contemplada com o mais bem acabado conjunto de normas destinado a caracterizar e punir as condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Trata-se do projeto de lei que ficará conhecido como Lei sobre Crimes Ambientais. Recentemente aprovado pelo Senado Federal e encaminhado à Câmara dos Deputados, em regime de tramitação urgentíssima, o referido projeto traz uma mudança de grande impacto em nossa legislação ambiental.

Dizer isso não é, de forma alguma, afirmar que estivéssemos até agora desatentos com a questão da preservação ambiental e permissivos para com ações deletérias e atitudes predatórias contra o meio ambiente. Ao contrário, nossa Constituição conta com um capítulo devotado à proteção do meio ambiente que tem granjeado ao Brasil projeção internacional. Além disso, o Brasil é signatário de inúmeros acordos, tratados e convenções internacionais nos quais a proteção à fauna e à flora figuram em posição de destaque.

O que vinha ocorrendo é que o aparato jurídico infra-constitucional de que dispúnhamos, formado por grande número de leis, decretos-leis, decretos, resoluções, portarias e instruções normativas, mani-

festava-se como um conjunto desprovido de unidade e harmonia. Esse emaranhado de normas dificultava a atuação do Poder Judiciário na aplicação da lei, bem como tolhia os órgãos responsáveis pela política ambiental brasileira de desempenharem uma ação eficaz e objetiva contra as agressões aos nossos recursos naturais, ao patrimônio nacional e à qualidade de vida dos brasileiros.

Havia distorções difíceis de serem entendidas, é forçoso reconhecer, Sr. Presidente. A Lei de Proteção à Fauna, por exemplo, definia como inafiançáveis os crimes contra a fauna silvestre, conceito anacrônico até mesmo para os ambientalistas mais ferrenhos e ortodoxos. Dessa maneira, perseguiram-se implacavelmente os vendedores de pardais de beira de estrada enquanto permaneciam impunes os empresários responsáveis por indústrias cujo potencial de agressão ambiental afetava milhares de pessoas.

No aspecto penal, havia sanções distintas para crimes de semelhante gravidade, cominação de pesadas penas para crimes de baixa repercussão na qualidade de vida da população e falta de punição adequada para crimes geradores de perversos impactos ambientais, sociais e econômicos.

Urgia que se procedesse a uma saneadora operação de uniformização de conceitos, de linguagem, de definição de penalidades. Imbuído desse propósito, o então Presidente Collor, por sugestão de seu Secretário de Meio Ambiente, Eduardo Martins, hoje presidente do IBAMA, encaminhou ao Congresso Nacional, em 1991, projeto de lei que dispunha sobre "as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente".

Na Câmara dos Deputados, o projeto mereceu acurada atenção, vindo a receber substancial modificação, que lhe deu, na forma de um substitutivo, a feição de uma verdadeira consolidação das leis ambientais. Aprovado em 1995, foi remetido ao Senado, onde ficou sob a relatoria dos nobres Senadores Lúcio Alcântara e Marina Silva, que conduziram a discussão da matéria com devotada atenção. Enriquecido com emendas de Senadores, o projeto recebeu a colaboração de diversos juristas e ambientalistas e a contribuição de organizações não-governamentais e de órgãos do Poder Executivo.

O substitutivo resultante desse longo e profícuo trabalho é altamente meritório e motivo de orgulho para toda a nação brasileira. Permita-me, Sr. Presidente, destacar algumas medidas que constam do atual projeto.

Foi introduzida maior clareza na individualização da responsabilidade criminal. Pelo princípio da responsabilidade civil objetiva, ficam os infratores obrigados a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente, independentemente da existência de culpa.

Estão previstas penas alternativas à prisão, tais como a prestação de serviços à comunidade, a cassação de autorização ou licença concedidas por autoridade competente e a interdição temporária de direito, entre outras. As penas de interdição temporária de direito podem levar ao impedimento de exercer cargo, função ou atividade pública, bem como mandato eletivo, e à proibição de o condenado contratar com o Poder Público.

No tocante às infrações administrativas, foram instituídas multas com valores que variam do mínimo de 50 reais ao máximo de 50 milhões de reais. Uma vez estabelecido que a multa não deverá ser inferior ao benefício econômico esperado pelo infrator com a sua atividade ou conduta, o valor poderá ser aumentado até cem vezes, ainda que aplicada no seu índice máximo.

Outra novidade é a responsabilização criminal da pessoa jurídica, por intermédio de seu acionista controlador, sócio-majoritário, diretor, administrador, gerente ou mandatário, com a imposição de multa, suspensão de atividades, interdição temporária ou permanente do estabelecimento, liquidação forçada, perda de bens e valores, proibição de receber subsídios ou subvenções, custeio de programas e de produtos ambientais, manutenção de espaços, entre outras.

Sufrerá punição quem causar poluição a qualquer componente do meio ambiente, estando aí tipificadas ações como: causar poluição sonora, construir obras potencialmente poluidoras, disseminar doença ou praga que possam causar dano aos ecossistemas, além de outras.

Nos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural, será punido quem pichar ou grafitar edificações urbanas, danificar bem protegido por lei, promover construção em solo não edificável em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, arqueológico, histórico, cultural.

Será punido ainda quem exportar germoplasma ou qualquer produto e subproduto de origem vegetal sem a devida licença da autoridade competente e quem deixar de promover a reposição florestal obrigatória.

Merece ainda destaque a introdução do princípio da precaução, já abrigado em acordos internacionais aprovados pelo Brasil, segundo o qual a falta de certeza científica não constitui razão para deixar de serem adotadas medidas que evitem ou minimizem a ameaça de degradação dos recursos naturais e de risco ambiental grave ou irreversível.

Por esses poucos destaques que assinalei, Sr. Presidente, pode ser avaliada a importância da Lei sobre Crimes Ambientais que acaba de ser aprovada nesta Casa. Sendo ela promulgada com a brevidade que se espera, terá o povo brasileiro conquistado um decisivo instrumento na defesa da qualidade de vida e no rumo do desenvolvimento sustentável.

Tem razão o presidente do Ibama, Eduardo Martins, ao afirmar que a Lei sobre Crimes Ambientais é mais uma etapa alcançada pela sociedade brasileira no caminho de aperfeiçoar a legislação que sobrepõe o coletivo ao individual e o direito de todos ao interesse de poucos. Esse, verdadeiramente, é o caminho da conquista da cidadania e a base para construirmos uma democracia sólida e perene.

Muito obrigado!

O SR. GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, durante o mês de julho, não foram poucas as autoridades do País que expressaram grande preocupação em face da greve de policiais militares em diversos Estados.

Não faltaram razões a essas autoridades, uma vez que o poder de controlar e administrar, de forma preventiva ou coercitiva, os conflitos entre indivíduos ou entre partes é atribuição basilar do Estado.

A própria sociedade tem vivido momentos de espanto e medo, diante da possibilidade ou da realidade concreta de ver-se exposta a todo tipo de ação delituosa. É apavorante a perspectiva do colapso das instituições encarregadas de assegurar a vigência e o respeito ao contrato social, esse pactum constituído para garantir a convivência humana e princípio fundamental da democracia. Com perplexidade, a sociedade vem-se questionando quanto à possibilidade de inviabilização de mais esse setor essencial do Estado, como tem ocorrido com o de saúde e de educação, obrigando-a, agora, a prover particularmente à sua segurança.

Não têm faltado exemplos dessa ameaça de ruptura. Basta ver o aumento de todo tipo de criminalidade nas várias capitais do País, acrescentando horizontes ainda mais tristes aos já tristes índices de assassinatos, roubos, furtos, assaltos e arrastões.

Tem acontecido até a impossibilidade de a população sair de casa para trabalhar, por causa do medo ou do fato real da ação livre dos bandidos.

Não quero, porém, neste momento, adentrar as razões históricas que conduziram a essa situação. De maneira subjacente, essas razões têm permeado a cultura brasileira e se localizam no tratamento que sempre foi dispensado à coisa pública no Brasil. Seria necessário ir até às Capitânicas Hereditárias para analisá-las em detalhe, pois foi esse o momento da História nacional em que se lançaram as sementes de uma mentalidade de captura e de instrumentalização dos bens públicos em prol de interesses nada coletivos e do vazio das administrações de não acompanhar ou prever o desenvolvimento da estrutura do Estado. A implementação de medidas destinadas à atualização da estrutura do Estado ou ao seu encaminhamento tendo em vista o futuro não tem sido apanágio dos governos no Brasil.

Desejo, sim, nesta oportunidade, também manifestar minha preocupação quanto à gravidade desses acontecimentos. Trata-se de acontecimentos que, é óbvio dizê-lo, polarizam um dos setores vitais da vivência em sociedade organizada.

É dever inalienável do Estado, no entanto, pensar suas estruturas básicas, compreendida aqui também a política de recursos humanos para tais estruturas, tanto para adequá-las às necessidades atuais, quanto para prevenir os descabimentos gestados na imprevidência.

Nesses acontecimentos, dos aproximadamente 360 mil policiais militares do Brasil, cerca de 250 mil, segundo estimativas da imprensa, entraram em greve por questões salariais. Na verdade, uma reivindicação justa, pois é de todos sabido que os policiais militares brasileiros ganham mal. Na maioria dos Estados, ganham acintosamente mal.

Segundo se sabe, o termo salário provém de sal. O sal era o pagamento dado, na remota antiguidade européia, aos soldados que prestavam serviços aos donos do poder. Parece que, hoje, entre nós, o salário dos policiais voltou ao seu conteúdo original, com uma diferença: não é pago com sal; é pago com dinheiro, o suficiente para se comprar sal.

A greve dos policiais militares é greve da "pobreza em armas". Uma revista de circulação nacional, atribuindo a afirmação ao Sr. Ministro da Justiça, escreveu que "há policiais disputando trocados no sinal com meninos de rua". A mesma revista

estampa também a observação amargurada de um policial de Maceió: "Honestidade, hoje, é sinônimo de miséria".

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o problema está nas ruas de nossas capitais, de nossas cidades. O problema está assustando a todos nós.

Seria injusto não reconhecer propriedade às reivindicações dos policiais. Não há também como negar que, em nossos dias, o policial militar se tornou um "curinga", aquele que faz de tudo um pouco e pode ser empregado em qualquer situação. Ninguém pode negar também que outra questão fundamental diz respeito às condições de trabalho, armamentos, equipamentos, rádios e veículos adequados para a ação policial. Todas essas condições e instrumentos ou são precários ou até não existem, enquanto que os bandidos dispõem de meios modernos, velozes e eficientes.

Não obstante essas deprimentes condições, os soldados da Polícia Militar são, em grande parte, os representantes do Estado mais próximos da comunidade e acabam prestando os serviços que os outros setores específicos não executam. Quantas vezes não é a Polícia que transporta doentes, gestantes, quantas vezes não é ela que atende a desabrigados ou aos menores de rua?

Não podemos colocar-nos a favor do uso da violência ou aceitar o apelo à ilegalidade por parte dos policiais. Isso representaria a subversão de todo o princípio de ordem e de possibilidade de convivência. Mas devemos, sim, reconhecer que sua situação salarial, bem como suas condições de trabalho são simplesmente desonrosas.

É obrigação, é dever precípuo do Estado rever com urgência esse problema. E é de obrigação também que o faça com proficiência, não por vias que apenas camuflam ou posterguem a solução adequada e duradoura, mas de forma a criar horizontes de profissionalismo competente, eficiente e duradouro.

Era o que tinha a dizer!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— A Presidência convoca sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se na próxima terça-feira, dia 12, às 19 horas, destinada à apreciação de medidas provisórias e vetos presidenciais.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— A Presidência designa para a sessão deliberativa ordinária de terça-feira, dia 12 do corrente, a realizar-se às 14h30min., a seguinte

ORDEM DO DIA

Dia 12.8.97, terça-feira, às 14h 30min:

Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a comemorar o Dia das Artes.

(Requerimento nº 370/97, da Senadora Benedita da Silva e outros)

Oradores inscritos: Benedita da Silva.

Proposição (Autor/Nº Origem)	Ementa / Instrução	Informações
<p style="text-align: center;">1</p> <p>Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 1995</p> <p>Ronaldo Cunha Lima e outros</p>	<p>Dá nova redação ao § 2º do art. 102 da Constituição Federal (efeito vinculante).</p> <p>Parecer nº 385/97-CCJ, Relator: Senador Jefferson Peres, oferecendo a redação para o segundo turno.</p>	<p>Terceiro e último dia de discussão, em segundo turno.</p>
<p style="text-align: center;">2</p> <p>Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 1996</p> <p>Waldeck Ornelas e outros</p>	<p>Dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS.</p> <p>Parecer nº 274/97-CCJ, Relator: Senador Lúcio Alcântara, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.</p>	<p>Primeiro dia de discussão, em primeiro turno.</p>
<p style="text-align: center;">3</p> <p>Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 1996</p> <p>(nº 33/95, na Câmara dos Deputados)</p> <p>Presidente da República</p>	<p>Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.</p> <p>Parecer nº 390/97-CCJ, Relator: Senador Beni Veras, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), que apresenta.</p> <p>(Tramitando em conjunto com a PEC 14/96)</p>	<p>Primeiro dia de discussão, em primeiro turno.</p>
<p style="text-align: center;">4</p> <p>Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 1996</p> <p>Roberto Freire e outros</p>	<p>Modifica o sistema de previdência social instituindo o regime básico unificado, dispõe sobre regime complementar público e privado, estabelece normas de transição no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.</p> <p>(Tramitando em conjunto com a PEC 33/96)</p>	<p>Primeiro dia de discussão, em primeiro turno.</p>
<p style="text-align: center;">5</p> <p>Parecer nº 394, de 1997</p> <p>Comissão de Assuntos Econômicos</p>	<p>Sobre a Mensagem nº 136, de 1997 (nº 866/97, na origem), de 4 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Senhor Gustavo Henrique Barroso Franco, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.</p>	<p>Discussão, em turno único.</p> <p>Votação secreta.</p> <p>Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 281 do Regimento Interno.</p>

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h04min.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. EDISON LOBÃO NA SESSÃO DE 6-8-97, QUE SE REPUBLICA POR SOLICITAÇÃO DO PARLAMENTAR.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muita honra que ocupo esta tribuna como primeiro orador da Sessão Especial que, a meu pedido, promove o Senado Federal em homenagem póstuma a um grande brasileiro – um dos maiores do nosso tempo -, o Presidente Ernesto Geisel, falecido aos 89 anos de idade a 12 de agosto do ano passado.

A par do meu dever de homem público, reconhecido e grato à fecunda atuação dos nossos patriotas, move-me o sentimento do cidadão privilegiado com a amizade e a consideração pessoal de um brasileiro exemplar.

Evoco, nesta hora, a figura admirável do soldado, do estadista, do administrador e do cidadão que exerceu papel decisivo na história recente do país, fartamente merecedor desta homenagem do Poder Legislativo.

O poeta Horácio, depois de construir a sua obra, encontrou consolo para a morte numa frase célebre: **Non omnis moriar**, não morrerei de todo. Geisel é desses homens imprescindíveis, como Horácio, que não morrem por completo. Ele permanece na nossa memória e tem lugar assegurado na história.

Diz-se, com muita razão, que não se pode traçar com isenção a biografia dos nossos contemporâneos, pois somos influenciados pelas emoções e pelas paixões. A história é feita pelas gerações porvindouras, distantes dos acontecimentos que abalaram, emocionalmente, os seus antepassados. Já dizia Gregório Marañon, no seu livro Tibério: "A história não se faz somente com dados, mas também com interpretações."

No entanto, essas limitações, acrescidas das minhas próprias, não me intimidam em falar sobre Ernesto Geisel, a quem considero uma das mais preeminentes lideranças já surgidas em nosso País.

A própria imprensa, nos dias que se seguiram à morte de Geisel, deu grande repercussão à sua atuação na vida pública. As matérias que me foram dadas a ler a propósito do Governo Geisel, em sua grande maioria, revelam uma louvável preocupação de fidedignidade histórica, uma correta avaliação do alcance das medidas efetuadas e da coerência da personalidade do nosso pranteado general.

Assim, foram corretamente apontados o seu zelo pelo exercício da autoridade e o seu respeito à hierarquia, claramente explicitados nos episódios da demissão do Ministro do Exército, o general Sylvio Frota, na abolição do AI-5 e na demissão do comandante do II Exército, general Ednardo D'Avila Mello. Em todos esses delicados acontecimentos, ficou evidente que o Presidente Geisel não tinha constrangimento em exercer o Poder na sua plenitude, porque não o fazia em causa própria.

Destacou também a imprensa, com propriedade, o aperfeiçoamento a que seu Governo submeteu a política externa, prosseguindo na linha independente adotada por Jânio e por Jango e estreitando relações com a África, a Ásia e o Leste europeu.

Finalmente, admitiu toda a imprensa que os méritos do Governo Geisel não se restringiram ao seu galardão de haver proporcionado a grande transição de um regime de força para um regime democrático. Na área administrativa, foi notável a orientação imprimida ao Governo e o esforço empreendido para a elaboração do III PND, uma obra de planejamento de inegável repercussão e excepcional alcance técnico.

Os editoriais, artigos, entrevistas, depoimentos e reportagens referentes à figura de Ernesto Geisel efetuaram um levantamento minucioso dos fatos relevantes de seu Governo e um mapeamento cuidadoso dos aspectos notáveis de sua personalidade. Mesmo assim, gostaria de retomar um traço que, embora não tenha passado despercebido nos perfis publicados, merece, a meu ver, um destaque especial, não por ser especialmente relevante, pois, ao contrário, harmoniza-se plenamente com as demais características do seu caráter, mas por ser insólito e raro na política brasileira: a determinação com que perseguiu e foi fiel aos seus objetivos.

Os que tiveram a oportunidade de acompanhar a sua vida sentem-se a um só tempo orgulhosos e perplexos com a sua excepcional e prematura vocação para a vida pública, toda ela dedicada, nas posições oficiais ou na iniciativa privada, aos interesses maiores do nosso País.

Quando eleito Presidente da República por um Colégio Eleitoral, em processo determinado pela Constituição, aceitou a investidura como mais um dever que lhe cabia cumprir como patriota. Adotando algumas medidas rigorosas ainda dentro de um contexto revolucionário, a oposição, ignorando as qualidades de Geisel, não soube perceber, a princípio, que ele dava execução a uma estratégia que nos levaria, como levou, à plenitude democrática.

Mas logo se viu que o novo Presidente procurou reforçar-se na sua posição de Chefe de Estado e assegurar-se de uma incontestada autoridade, firme e corajosa, que lhe permitiria, por exemplo, frustrar planos sediciosos e impedir eventuais excessos dos agentes responsáveis pela ordem pública.

Sem a incontestada autoridade de Ernesto Geisel – conquistada pela firmeza das suas atitudes, sua honradez, lealdade e inteligência –, seguramente não teríamos obtido, no tempo em que se efetivou, a rotina democrática por que tanto ansiava a sociedade brasileira.

À época, não se entenderam as reiteradas mensagens do Presidente Geisel, que aqui resumo em trechos de dois dos seus numerosos pronunciamentos.

Num deles, dizia Geisel:

"O desenvolvimento político se requer lento, meditado e progressivo, para que seja seguro, realmente duradouro, construtivo e socialmente justo."

Em outro pronunciamento, ponderava o então Presidente:

"Reitero, uma vez mais, os propósitos de perseguir o desenvolvimento político – sem compromissos de espécie alguma com fórmulas ultrapassadas e, comprovadamente, inadequadas à realidade brasileira."

O Presidente Ernesto Geisel, assumindo o governo a 15 de março de 1974, recebeu um pesado impacto de problemas que exigiam soluções só possíveis através da liderança firme de um estadista.

Habitado aos planos de Estado Maior, preparou-se devidamente para conjurar crises militares e institucionais, conforme o demonstram as seguintes iniciativas: armou um forte esquema militar, promovendo e lotando oficiais-generais de sua confiança; articulou um esquema político coeso e trabalhou para uma conscientização nacional com a colaboração de Golbery do Couto e Silva e Armando Falcão.

Indicou Petrônio Portella para a Presidência do Senado e prestigiou-o o mais que pôde, entregando-lhe a missão de promover o que chamou de consenso em torno da abertura lenta, gradual e segura; criou a figura do senador indireto para garantir maioria ao governo seguinte, que deveria governar sem sobressaltos legislativos; suspendeu a censura à imprensa, providência que julgou indispensável, embora fizesse graves restrições ao seu comportamento.

Vistos agora, a uma distância de vinte anos, os atos do Presidente Geisel confirmam a nossa certeza de que assumiu o Governo já armado de uma estratégia que visava ao desfecho democrático alcançado.

Ao assumir o Governo, o País ainda saboreava os frutos de um 'milagre econômico' que não podia se repetir por dificuldades conjunturais. Não só o Brasil, mas o mundo, engolfava-se à época na 'crise do petróleo', responsável por terrível recessão que se impunha aos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Naquele período, ainda não estavam cicatrizadas as feridas traumáticas que sempre acompanham um processo revolucionário em plena vigência, e permanecia vivo e atuante o desejo dos que não queriam ver encerrado o processo revolucionário, que alguns diziam, publicamente, seria estendido até o ano 2.000.

Ainda em março de 1974, anunciava que "os instrumentos excepcionais só permanecerão em vigor até que se vejam superados pela imaginação política criadora, capaz de instituir, quando for oportuno, salvaguardas eficazes e remédios prontos e realmente eficientes dentro do contexto constitucional".

Na saudação ao povo brasileiro, pela televisão, após ter sido escolhido pelo Colégio Eleitoral, em janeiro de 1974, o general Ernesto Geisel já deixava delineado o seu perfil de estadista:

"Sei que nunca poderei agradar a todos e que certamente descontentarei a muitos, tão complexo é o tecido de ideais, interesses e paixões conflitantes em que se estrutura uma nação, sobretudo quando seiva nova, vigorosa, a impulsiona em busca de seu destino maior. Votado ao atendimento das aspirações do povo em geral, excluído o domínio de interesses de indivíduos, grupos, classes ou regiões, entendo mesmo que das maiores qualidades de um governante é saber dizer não a proposições que lhe pareçam intempestivas ou que, em justa análise, se lhe afigurem ilegítimas."

Há de se reconhecer que toda essa problemática foi resolvida pelo Presidente Geisel. Com muita paciência, firmeza, criatividade e isenção, sem ceder em nenhum instante ao crescente prestígio da sua autoridade, Geisel entregou ao seu sucessor, cinco anos depois da sua posse, um Brasil com ampla liberdade de imprensa e com livres partidos políticos. Disputaram-se eleições corretas, assegurada a igualdade de condições entre os concorrentes. Exerceu-se na plenitude o direito ao sufrágio universal, inaugurando-se um processo democrático que dura até nossos dias.

É preciso recordar que coube ao Presidente Ernesto Geisel patrocinar a revogação do art. 185 da Constituição de então, aquele que mantinha, por longo tempo, as punições revolucionárias sofridas pelos brasileiros que houvessem sido cassados com base em

Atos Institucionais. E, ainda sob a orientação de Geisel, revogou-se, enfim, o instrumento revolucionário mais forte – o AI-5. Do mesmo modo sob o amparo do seu governo, extinguiu-se a censura, e a imprensa recuperou a sua plena liberdade de informação e de opinião. Com Geisel, ficaram resguardados os direitos humanos.

Cumpria-se, assim, a sua estratégia da descompressão. Davam-se avançados passos, no possível desenvolvimento político da época, de forma necessariamente lenta, meditada e progressiva, "para que seja seguro, realmente duradouro, construtivo e socialmente justo", no seu desfecho.

O saudoso jornalista e escritor Odylo Costa, filho, publicou no Correio Braziliense, ao término do governo Geisel, uma série de artigos de grande repercussão, entre os quais ressaltava que duas figuras militares definiam o contraste fundamental na emersão do autoritarismo para a normalidade na história republicana do Brasil: Floriano Peixoto e Ernesto Geisel.

Registrou Odylo:

"Geisel não negaceia. Mesmo quando recua, ele o faz taticamente, sem perder de vista o fim a que visa: a restauração do Estado de Direito, a extinção do autoritarismo esclarecido, a instauração de um convívio democrático, sem que isso signifique a volta a um passado de deterioração da autoridade em que a Nação podia perecer ou, pelo menos, dividir-se na contestação armada."

Nessa série de artigos, o grande jornalista e escritor revela que Geisel fizera gestões reservadas, afinal frustradas, para que fosse sucedido na Presidência da República por um civil. Escapou a Odylo Costa, filho, na época, a informação, sabida por alguns, de que só não se fixou a pretendida candidatura civil porque fora desaconselhada pelas próprias lideranças políticas, justamente preocupadas em que tal solução pudesse comprometer a normalidade do encaminhamento democrático, que afinal se conquistou sem estremecimentos.

Nesse trabalho de pesquisa e avaliação, observou o referido escritor:

"Na figura de Geisel fundem-se a memória ilustre de Prudente de Moraes e a firmeza, a malícia, a presença, a sabedoria de ação do grupo que, em torno de Glicério e com o apoio de Bernardino de Campos e Afonso Pena, encaminhou a sucessão de Floriano em 1894. Só o tempo dirá – se é que dirá – a parte que tiveram seus companheiros, a começar por Golbery do Couto e

Silva, nessa grande tarefa, o grande projeto político. Mas a Nação apenas e simplesmente comparando as verdades públicas e as instituições jurídicas no dia da sua posse e agora que ele deixa o Poder, reconhecer-lhe-á na fisionomia, mais envelhecida e onde por vezes transparece o amargor da injustiça, os traços do seu grande servidor, transfigurados pela idéia de missão e pela consciência da missão cumprida."

Os méritos do Governo Geisel não se restringiram ao seu galardão de haver proporcionado a grande transição de um regime forte para um regime democrático. Na área administrativa, foi notável a orientação imprimida ao governo, conseguindo, ao lado de um Ministério da mais alta qualificação técnica e moral, superar as gravíssimas dificuldades que envolviam o mundo nas crises econômicas que se superpuseram no período do seu mandato presidencial.

A sua filosofia de trabalho ficou bem expressa em algumas das suas declarações públicas, como aquela de que "a sociedade, como o Estado – sua expressão política de decisão, planejamento e gerência, apoiada no extraordinário poder de ação que lhe é deferido -, existe para o homem que é a sua célula individual e constitui, na verdade, sua própria razão de ser."

Também disse que "a democracia tem como finalidade procurar o bem social da coletividade" e, mais adiante, asseverou que "o desenvolvimento – econômico, político e social – visa à realização integral e humanista do homem."

O Presidente Ernesto Geisel, enfim, teve como preocupação primordial a melhoria da qualidade de vida do brasileiro. Ao lado do feroz combate à inflação, criou o Ministério da Previdência e Assistência Social e o Conselho de Desenvolvimento Social. Estendeu aos camponeses e às empregadas domésticas os benefícios da legislação trabalhista. Elevou em 70% o orçamento do Ministério da Saúde. Criou o 1º Programa de Alimentação e Nutrição, instituiu o Sistema Nacional de Saúde, implantou o Programa Nacional de Vigilância em Saúde, bem como os de Erradicação e Controle de Endemias e de Saneamento Básico Integral em Áreas Rurais.

O governo Geisel buscou a universalização do ensino de 1º grau e a melhoria em qualidade do 2º grau, e do ensino técnico. Todos nos lembramos, por outro lado, do esforço despendido para a erradi-

cação do analfabetismo de adultos. Estimulou as atividades culturais, as de educação física e prática dos esportes. Preocupou-se com o problema do menor abandonado e com a modernização do arcaico sistema penitenciário existente no País.

O governo Geisel, Senhor Presidente e Senhores Senadores, assumiu ações notáveis para afastar do Brasil o fantasma da crise do petróleo.

Aos que o criticam por haver expandido a nossa dívida externa e gerado o mecanismo incontrolável das estatais, lembro que essa análise só pode ser corretamente efetuada levando-se em conta a perspectiva histórica. O País precisava crescer, mas a iniciativa privada não possuía reservas financeiras que lhe permitissem assumir o desenvolvimento rápido de determinados setores estratégicos. Daí ter sido responsável pela criação de grande parte das empresas estatais, estratégia absolutamente correta àquele momento. E foi graças às estatais que o país obteve os grandes saltos de seu desenvolvimento.

O endividamento externo, pelo qual, em boa parte, Geisel é freqüentemente responsabilizado, pertence a um outro capítulo que precisa ser melhor explicado.

Diante da monumental crise do petróleo, o Presidente pediu ao seu ministro Mário Simonsen alternativas. Recebeu duas: a primeira, seria seguir os passos da maioria das nações, colocando o país em recessão, com racionamento de combustíveis, desemprego em massa e outras restrições; a segunda, que seria valer-se o País da poupança externa e, com isso, manter o nível de emprego e de desenvolvimento.

Examinando o documento do saudoso e sempre lembrado Mário Simonsen, o Presidente desejou ouvir o embaixador Roberto Campos, que então representava o Brasil em Londres. Campos propôs a primeira alternativa, mas Geisel preferiu a segunda, graças à qual o País passou por um período de fecundas realizações.

A propósito, é conveniente lembrar que, graças ao dinheiro externo, temos as nossas siderúrgicas, usinas hidrelétricas, sistema de telefonia, uma forte indústria de química fina e tantos outros investimentos que viabilizaram as condições para o nosso desenvolvimento. Os investimentos eram imprescindíveis. O progresso não foi contido. E o fantasma do desemprego, exorcizado

Mesmo em relação à energia nuclear, alvo de críticas, algumas das quais baseadas, unicamente, naquilo que se pode chamar de "alarmismo apocalíptico", reconhece-se, hoje, o acerto das medidas. O atual Governo retomou as obras de Angra II, incluiu o projeto de construção de Angra III no planejamento estratégi-

co da Eletrobrás, criou um Centro de Ciências Nucleares em Pernambuco e assumiu o compromisso de investir 20 milhões de reais para fazer uma linha de produção de pó e pastilhas de urânio em Resende, no Estado do Rio. Resgatou-se o programa nuclear, certamente, pelas mesmas razões que levaram o Presidente Geisel a criá-lo: a sua inevitabilidade. A energia gerada pelas hidrelétricas é insuficiente para o abastecimento do País a médio prazo, não só pelos altos custos de instalação e transmissão, como pelo esgotamento inevitável, caso fossem implementadas todas as geradoras necessárias.

A energia nuclear, aliás, é a solução que vem sendo encontrada pelas Nações desenvolvidas ou em desenvolvimento, que estão em condições de implementá-la. E o Brasil, felizmente, é o segundo detentor das reservas de urânio do planeta.

A administração Geisel otimizou a utilização dos recursos energéticos de origem hidráulica, em pouco tempo conseguindo uma economia de 60% de combustível. Determinou que a Petrobrás celebrasse contratos de risco com empresas estrangeiras para a prospecção e exploração do petróleo. Criou a Nuclebrás, possibilitando o aproveitamento da energia nuclear; concluiu a usina-piloto de beneficiamento de urânio de Poços de Caldas; iniciou as obras de montagem da primeira central núcleo-elétrica de Angra dos Reis e iniciou estudos para a construção da segunda unidade geradora de energia termonuclear de Angra dos Reis.

Procurando vencer uma difícil conjuntura internacional, o Presidente Ernesto Geisel estimulou a exportação de minérios, destacando-se os projetos de ferro de Carajás e o da bauxita de Trombetas. Expandiu e diversificou as exportações, deu ênfase à empresa privada nacional e à economia de mercado, estimulou a agropecuária mediante concessões de variados benefícios e crédito a juros baixos.

Foi obra do governo Geisel a Comissão Nacional de Coordenação da Política de Crédito Rural, bem como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, o Polamazônia, o Polonordeste e o Programa de Desenvolvimento do Pantanal.

Assumindo o governo a 15 de março de 1974, Geisel, um mês e meio depois – a 2 de maio do mesmo ano –, encaminhou a este Congresso a Mensagem com o projeto de lei que criou a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. Entre tantas outras iniciativas, proporcionou as condições para a fusão dos Estados do Rio e da Guanabara, cumprindo a Constituição e a legislação complementar. Sob o estímulo do seu governo foi concluída em São Paulo, em outubro de 1975, a primeira linha do metrô paulistano.

No então BNDE, criou mecanismos de apoio para o desenvolvimento da indústria brasileira de bens de capital, para investimentos nos setores produtores de bens de consumo popular, para empresas exportadoras de manufaturados e para viabilizar o aumento da produção de alumínio, cobre, zinco, enxofre, cloro, carvão, fertilizantes e outros insumos básicos.

Estou me referindo, Senhores e Senhoras Senadores, a alguns dos feitos creditados à administração do Presidente Ernesto Geisel, os quais, pela sua diversificação, demonstram o amplo universo da sua preocupante ação em manter o Brasil no trilho do desenvolvimento.

Aos que o criticaram por haver expandido a nossa dívida externa, Geisel respondeu à época que pior seria ter deixado o povo brasileiro esmagado sob o desemprego e a miséria. Sobre o mesmo tema, disse-me uma vez um economista: "Os que fazem tal acusação parecem esquecer que, graças ao dinheiro externo, temos hoje as condições industriais de uma nação-potência."

Na verdade, é sabido que a balança comercial brasileira começou a apresentar, em 1984, superávites da ordem de US\$12 a US\$13 bilhões por ano, graças aos programas de Insumos Básicos e de Bens de Capital lançados no III PND.

Quanto à dívida externa, é preciso ressaltar que seu aumento, no período Geisel, se fez de forma programada, tanto que no último ano do Governo Geisel, no final de 1978, a nossa dívida líquida não ultrapassava US\$31,6 bilhões. E destaque-se que naquela época o Brasil só aceitava empréstimos a longo prazo, não permitindo a entrada de capital especulativo.

Esse rigor no disciplinamento do capital estrangeiro não comprometeu em nada o prestígio do Brasil no mercado financeiro internacional. Ao contrário, o nosso País, no governo Geisel, alcançou enorme respeitabilidade entre as Nações desenvolvidas e em desenvolvimento, graças às linhas traçadas para a política externa.

Foi nesse período, também, que o Brasil se tornou a primeira Nação do mundo a reconhecer, corajosamente, a independência de Angola.

Neste ponto do meu pronunciamento, eu me pergunto se obtiveram êxito, como soluções definitivas para o País, todas as iniciativas da administração Geisel? E encontro como resposta a certeza de sua adequação ao seu tempo e à sua conjuntura.

Não se pode esquecer o êxito do governo Geisel no setor industrial, quando o emprego cresceu a taxas da ordem de 7% ao ano. A pobreza absoluta em nosso País, por força desse crescimento e do grande aumen-

to nos investimentos sociais, caiu de 40% do total das famílias, em 1970, para 18% em 1980.

O estudo da vida de Ernesto Geisel impressiona pela sua ativa participação nos principais acontecimentos da vida pública brasileira neste século. Logo que saiu da Escola Militar, onde sempre se distinguiu como o primeiro aluno da sua turma, foi elemento ativo, no início do seu oficialato, na Revolução de 30 e na de 32. Com 24 anos de idade, foi o Secretário Geral e Chefe do Departamento de Segurança Pública do Governo do Rio Grande do Norte. Um ano depois, Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas da Paraíba. Em todas essas funções deixou a coragem e a correção moral como marcas das suas ações como administrador.

Chefe da Casa Militar do Presidente interino Raniere Mazzili e do Presidente Castello Branco, Ministro do Superior Tribunal Militar e presidente da Petrobras.

Os livros do historiador Fernando Jorge e do ex-Ministro Armando Falcão narram interessantes particularidades da vida do ex-Presidente e de sua família, a começar pela informação de que o nome Ernesto vem do alto-alemão antigo Ernust, significando lutador resolutivo, decidido, correspondendo ao que Geisel foi ao longo da vida.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o julgamento histórico pertence à posteridade, não mais influenciada pelas paixões que emocionam os contemporâneos. A meu ver, contudo, a figura de Ernesto Geisel vai crescer com a passagem dos anos. Ele será visto, em retrospecto, como um Presidente que se esforçou por exercer os poderes da Presidência com uma concepção definida de estratégia geográfica e econômica para o Brasil, conforme recomendada pela sua formação e uma vertente da teoria política de seu tempo.

Se analisado sob o prisma da isenção, o general Geisel será visto como um dos expoentes de uma geração de governantes, civis ou militares, que defendeu e pôs em prática idéias nacionalistas do interesse do País. A esse papel, cumpre acrescentar o mérito inquestionável de uma honradez pessoal que jamais foi posta em dúvida.

Até me eleger deputado federal, em 1978, exercia o jornalismo político. Conheci o general Geisel em circunstância singular. Ele havia convocado ao seu gabinete o Líder do Governo na Câmara, José Bonifácio, que com ele levou ao Planalto todos os seus Vice-líderes. Geisel disse-lhes, então, que era contrário ao AI-5, mas ainda não poderia revogá-lo. Pediu aos líderes que o ajudassem a criar as condições favoráveis a essa revogação. Solicitou reserva da conversa. Mas, como sempre ocorre nessas ocasiões, a imprensa acabou sabendo de tudo. Informado em off record,

escrevi minha coluna sobre o assunto. No dia seguinte, os jornais que a publicaram atribuíram manchete de primeira página ao assunto. **O Correio Braziliense** também: "Geisel é contra o AI-5".

Eclodiu grande agitação, sobretudo nas áreas de segurança, que não acreditavam pudesse o Presidente ter feito tal declaração. Àquela época, soava como heresia falar-se em extinção do AI-5. Houve, então, quem levasse ao Presidente a sugestão de prender o jornalista e enquadrá-lo na Lei de Segurança Nacional. Geisel recusou a sugestão dizendo que o jornalista fora fiel às suas palavras; os deputados é que haviam sido inconfidentes.

Dias depois, o Presidente recebia o jornalista para uma audiência no Palácio, marcada pelo Ministro Armando Falcão. Foram reservados 30 minutos e, na verdade, a conversa durou mais de uma hora. O Presidente pediu ao jornalista que analisasse seu governo. Ouvindo críticas a alguns ministros, saía sempre em defesa deles, com explicações convincentes. Daí por diante, ficamos amigos e eu lhe telefonava com frequência para conferir informações.

De outra feita, pedi-lhe nova audiência. Lá chegando, sugeri-lhe que suspendesse a censura à imprensa. Mostrou-me, então, os jornais do dia com grandes manchetes contra o Governo. É que a polícia havia cercado a Universidade de Brasília por decisão judicial, mas os jornais atribuíam ao episódio uma motivação de ato atentatório à liberdade. O fato é que, tempos depois, a censura foi oficialmente suspensa.

A meu convite insistente, visitou o Maranhão em 1978. Em São Luís, a Câmara de Vereadores outorga-lhe o título de Cidadão Ludovicense. Os vereadores foram, então, ao Palácio dos Leões, sede do Governo, durante o almoço, e a Presidente da Câmara, Vereadora Lia Varela, pediu-me que comunicasse ao Presidente que os edis ali se encontravam para entregar-lhe o título. Não foi fácil convencê-lo a aceitar a homenagem. Alegava o Presidente que não podia receber o título porque nada fizera para merecê-lo. Só acedeu depois de muita insistência de minha parte.

Perguntei-lhe, certa vez, se ele se considerava realizado com as funções que exercera ao longo da vida. Disse-me, então, ser um homem sem ambições. De fato, ocupara as mais altas funções públicas e até chegara à Presidência da República. Todavia, não exercera o cargo para o qual se preparara e que realmente gostaria de ter exercido. "Ministro do Exército? arisquei. Não. Chefe do Estado-Maior do Exército." Aí mais uma demonstração de sua afinidade com o planejamento.

Depois que deixou a Presidência, passei a visitá-lo com frequência em Teresópolis. Conversávamos

longamente sobre o regime militar e sobre as questões político-institucionais de então, a respeito das quais discorria e opinava com conhecimento e segurança.

Esses fragmentos de lembranças não resgatam, nem pretendem fazê-lo, a totalidade da figura humana do retratado, mas apontam componentes que a constituíam: a grandeza da visão, a retidão de propósitos e a determinação no cumprimento dos objetivos traçados, sem qualquer hesitação. Essas mesmas características da figura humana compõem, a meu ver, o perfil do administrador e do estadista.

Não se pode omitir nesta homenagem ao general Geisel a importante participação, em sua vida, da esposa Dona Lucy e da filha Amália, que se tornaram conhecidas e respeitadas, em todo o País, pela distinção, sobriedade e discrição. Sempre distantes do crepitar das movimentações políticas e militares do marido e pai, e das luzes do Poder, às vezes tão inebriantes, Dona Lucy e Amália mereceram e merecem a grande simpatia do povo brasileiro. Em todas as minhas visitas à família Geisel em Teresópolis, encontrava D. Lucy ao lado do marido, delicada e cordial com o amigo visitante, a quem oferecia chávenas de café por ela própria preparado. A essas duas mulheres tão tipicamente brasileiras, igualmente a minha homenagem.

Como jornalista profissional no período em que Geisel governou este País, dele mereci atenção especial e a confiança de um amigo. Acompanhei dia a dia a sua luta e testemunhei a correção inexcelsível com que se houve na Presidência da República. Dele também recebi o estímulo para ingressar na política e sou-lhe grato pelos conselhos, ponderações e os exemplos da sua irrepreensível conduta pessoal.

O Brasil, Sr^{as} e Srs. Senadores, orgulha-se de ter tido como um dos seus mais ilustres filhos o honrado gaúcho General Ernesto Geisel.

Incorporo ao meu discurso, e solicito o deferimento de V. Exa., artigo que o Senador José Sarney, então Presidente desta Casa, publicou em O Globo sobre "Geisel e os caminhos da abertura". Trata-se de uma peça histórica e de grande beleza literária, que vem enfatizar a forte impressão que o Presidente Ernesto Geisel deixou registrada para os pósteros.

Estou certo de que, aos contemporâneos que fazem justiça à elevada contribuição que o saudoso Presidente Geisel ofereceu ao País, se juntará o reconhecimento da posteridade.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. EDISON LOBÃO EM SEU PRONUN-
CIAMENTO:**

Geisel e os caminhos da abertura

JOSÉ SARNEY

Ernesto Geisel, com o tempo, crescerá em nossa História.

Algumas vertentes formaram sua personalidade. Primeiro, filho de imigrante, o homem que tem de cortar raízes e construir o sentimento de uma nova pátria. Daí a sua inexpugnável paixão nacionalista. Segundo, a educação germânica, de disciplina espartana, rigor moral, o luterano de convicções intransponíveis. Terceiro, o soldado, aquele cuja profissão é a de preparar-se para a guerra e enfrentá-la profissionalmente.

Na carreira das escolas militares formou sua personalidade de homem de estado-maior no hábito do pensar cartesiano, diante de situações analisadas e enfrentadas por escolhas estratégicas. Completa sua figura o gosto pelo estudo, pela excelência de esgotar os assuntos, indo a todas as minúcias e pormenores. Buscar o máximo de informações para decidir com margem mínima de erro. Com esses valores ele exerceu o mais alto cargo do país. O político vê a floresta e não a árvore. Ernesto Geisel via a floresta, mas tinha verdadeira obsessão de conhecer as árvores em todos os detalhes.

Muito contribuiu para a saída do regime militar sem ruptura de força. Todos os caminhos podiam levar a esse desfecho. A linha dura dominava majoritariamente os escalões mais importantes de comando nas Forças Armadas. Ernesto Geisel, friamente, os enfrentou como estrategista, sem nenhuma preocupação política. A política é a arte de conciliar, de harmonizar conflitos. Mas ele não era um homem de negociação. Seus problemas eram militares. Seu preparo foi para a guerra, não para a arte da política. Vencer o inimigo sem fórmulas de concessões. Abertura lenta, gradual e segura. Desenvolvimento harmônico: econômico, político e social. Era o seu credo.

A política era para ele apenas um instrumento; os políticos, um universo de poucos amigos que utilizava como tropa de manobras de seus objetivos. Não era um homem de crença exacerbada, como Castelo Branco, sobre os valores da democracia. Sempre a considerou imperfeita e inalcançável, e por isso chamou-a de "relativa". Ele nunca a entendeu! Mas achava, com crença redobrada, que os militares não podiam ser políticos, não deviam continuar no poder, porque o poder é civil, síntese de todos os poderes. Não acreditava no militarismo, que é a agregação de força política à profissão de soldado.

Ernesto Geisel por esse lado — porque assim, também, pensava o presidente Castelo Branco — era um continuador do castelismo, porém com uma grande diferença. Para ele não pesavam as abstrações doutrinárias, a dogmática crença de Castelo na democracia, tanto quanto a compreensão de que o regime militar não era legítimo. Assim, planejou estrategicamente o seu governo, para enfrentar a parcela militar que era contra essas idéias — a linha dura, majoritária.

Não se armou para combater os políticos. Estes, quando atropelavam o seu projeto, ele os abatia sem vacilações, subterfúgios ou escrúpulos. Não era gente de sua simpatia. Por isso, casou, praticou atos extremamente fortes, fechou o Congresso e teve a coragem (sem pedir nem a solidariedade da assinatura dos seus ministros) de

solitariamente firmar o Pacote de Abril, chamado a "Constituinte do Riacho Fundo". Paulo Brossard o qualificou de *O Monarca*. Só os reis faziam aquilo que ele fez.

Por outro lado, os políticos não estavam preparados para esse tipo de ação, isto é, um projeto militar da abertura, cujo primeiro nome foi *dissenso*. Geisel não desejava gestos formais, nem palavras. De que adiantaria abolir o AI-5 — pensava ele — decretar a anistia, se a imprensa estava fechada e nos quartéis existia uma estrutura de poder paralelo que não respeitava nem tinha a menor compreensão dos direitos humanos e desejava perpetuar-se no poder? Com determinação, enfrentou esses problemas. Demitiu o ministro do Exército e esteve à beira da deposição. Demitiu o comandante do Segundo Exército. Acabou com a tortura, e pouco a pouco substituiu os comandos, usando gente sua. Exemplo dessa conduta foi colocar o general Moraes Rego em Campinas, divisão estratégica com grande poder de fogo. Foi eliminando os comandos da exótica ditadura sem ditador. Abriu a imprensa, ampliou as faixas de debate na sociedade, revogou a Lei de Segurança e, por último, o AI-5. Estava aberta uma importante faixa para a normalidade democrática.

Há um fato interessante: fui o relator da Emenda Constitucional que acabou com o AI-5. Foi discutir com o presidente algumas modificações apresentadas. Eu tinha idéias. Podíamos alcançar dividendos e dividir a oposição se aceitássemos algumas delas. Geisel foi inflexível. Ouviu meu relatório, mas aceitou apenas uma alteração, a correção de uma impropriedade: trocar "direitos do homem" por "direitos humanos".

— Sarney, disse-me, tivemos um longo caminho para chegar a este texto final. Este é o texto — afirmou conclusiva e secamente.

Olhei seus olhos pequenos e defeituosos. Sua palavra firme. Era o estrategista que tinha traçado o seu plano e dele não se afastava. A negociação política não estava na sua conduta de combate.

Ninguém escolhe o tempo em que governa. A JK coube a mudança de mentalidade, na virada do mundo, no rumo do desenvolvimento. A mim, a transição com todas as turbulências. A Geisel, o choque do petróleo, a que reagiu de maneira heterodoxa. Em vez de apertar os cintos com a tragédia da recessão, fórmula mundial tomada, resolveu substituir as importações e contrair empréstimos. Quando diziam que não tínhamos petróleo, ele priorizou as pesquisas no mar e, hoje, quase toda a produção e as reservas brasileiras são *off-shore*.

Aproveitou a crise da energia para duas coisas: criar fontes alternativas — o programa do álcool — e libertar-se da dependência dos EUA com o famoso acordo nuclear com a Alemanha, no qual visava a muitos dividendos, desde o prestígio militar até o domínio da tecnologia do átomo em todas as suas fases. Era um plano ambicioso em que se mesclavam ambições de potência e auto-

nomia energética. Na direção da autarquia econômica e independência, criou a Indústria petroquímica, com um modelo engenhoso, tripartite: Estado, empresa nacional e empresa estrangeira (esta com o objetivo de captar tecnologias).

Na construção do seu projeto trombou com os Estados Unidos, pelo qual nunca teve grandes admirações nem afinidades, e quando o Brasil foi atingido nas críticas da Doutrina Carter, dos Direitos Humanos, aproveitou a oportunidade e, indignado, numa noite, sem consultar ninguém, rompeu o acordo militar Brasil-Estados Unidos. No fundo ele nunca aceitou as missões militares americanas dentro de nossos quartéis, dando instruções e ordens.

Iniciou o desmonte da máquina da repressão buscando o respeito aos direitos humanos, à liberdade de imprensa, e investiu contra o militarismo institucional. Convicto nacionalista, pensou num Brasil independente das grandes potências. Reatou relações diplomáticas com a China, reconheceu a Angola do MPLA (o partido comunista) e avançou no espólio português da África. Não abdicava de um Estado forte, arbitrando os conflitos de ordem pública e econômica. Queria o Brasil não como simples satélite ou mero coadjuvante da ordem mundial. Tinha a visão do Brasil protagonista, sem submissões, sem dependências, sem mesuras aos grandes. Um nacionalista germânico, sem aqueles arroubos retóricos latinos.

Hoje, em face da nova realidade mundial, os modelos autárquicos de desenvolvimento não podem resistir. As novas tecnologias de comunicação, transporte, descoberta de novos materiais, compactação de produtos exigem intercâmbio internacional, que possibilitem o crescimento da economia global. Esgotou-se o modelo Geisel, mas há idéias que ainda merecem meditação. Ele era um pragmático e faltou-lhe uma visão de futuro. Outra característica era não ter a angústia da dúvida. Decidia como um técnico, friamente, sem emoções diante das coordenadas e dos objetivos que perseguia.

Escrevo com isenção. Geisel não gostava de mim. Disse certa vez a Luís Viana que eu era "vermelhinhol". Pesava contra nossas relações a presença na sua intimidade de um grande inimigo político meu, homem de sua convivência e afeto. Mas isso não influiu, uma vez sequer, para que, nas decisões sobre o Maranhão, ele não as tomasse sem considerações pessoais.

A verdade é que sempre tive grande respeito por ele e ele por mim. Depois que deixou a Presidência nos aproximamos, sem os desencontros passados. Encontramo-nos algumas vezes na campanha de Tancredo, que discretamente ajudou a articular e apoiou. Como presidente, sempre procurei ouvi-lo em momentos críticos, embora ele mantivesse a postura de que ao presidente não se deve dar conselhos, mas informações que ajudem na decisão correta. Acompanhou-me nas inaugurações de Itaipu, a meu convite.

Três lembranças. Recebi um telefonema dele às sete da manhã, 1976.

— Sarney (ele lia o "Diário do Congresso" diariamente), você fez

um discurso, ontem, e deu um dado sobre o PIB errado.

Respondi-lhe citando minha fonte. Ele retrucou: "Eles calcularam o dólar no câmbio paralelo e não no oficial." Era um homem de detalhes.

Outra vez, eu, presidente, julgava que podia fazer as coisas que sempre fazia e fui ao Pericumã guiando minha caminhonete. Os jornais publicaram a foto. No dia seguinte o general Ivan Mendes me procura:

— Presidente, o presidente Geisel manda lhe dizer que não faça isso. Não temos presidente

(Tancredo morrerá) e o senhor não tem o direito de fazer o país passar por uma crise institucional.

Não era minha vida sua preocupação, era o país.

Outro conselho que me mandou, eu não aceitei e dei-me mal.

— Sarney, você não pode discutir tempo de mandato. Você recebeu um diploma de seis anos. O Congresso lhe entregou um termo de posse de seis anos, seu mandato é de seis anos. Não aceite nenhuma diminuição de sua autoridade. O pro-

blema será do Supremo Tribunal Federal, caso o seu direito venha a ser ferido. Qualquer modificação é um problema da Justiça e não seu.

Fui à TV achando que num gesto de conciliação aceitava perder um ano de mandato. Aceitava cinco anos. Fui crucificado, porque em vez de dizerem que eu propunha a perda de um, todos disseram que eu queria mais um!

Geisel é uma figura rica. Cometeu erros. Mas, como se dizia no século XVIII, nos tempos do iluminismo, era um "autoritário esclarecido", e tudo o que fazia tinha um objetivo nobre e alto.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ELCIO ALVARES NA SESSÃO DE 06/08/97, QUE SE REPUBLICA POR SOLICITAÇÃO DO PARLAMENTAR.

O SR. ELCIO ALVARES (PFL-ES. Pronuncia o seguinte discurso.) - Exm^o Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado da República e do Congresso Nacional; Dr^a Amália Lucy Geisel, representando a família do homenageado, caríssimos Senadores, prezados Deputados, Ministros e integrantes do Governo Geisel, meus senhores e minhas senhoras, a solenidade de hoje já teve o condão de trazer peças primorosas a respeito da vida do Presidente Geisel, peças marcadas pelo sentido histórico do pronunciamento e, acima de tudo, pelo toque mágico da homenagem sincera.

Quero trazer apenas um depoimento marcado pela emoção. Não desejo falar como orador designado para uma sessão histórica como esta. Os que me antecederam o fizeram de maneira brilhante, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Faço uma viagem ao tempo que foi na imagem de Proust. Busco neste plenário figuras que me eram familiares num tempo em que tive a honra e o orgulho de governar o Estado do Espírito Santo, no período de 1975 a 1979; um tempo que, para mim, marcou a minha vida de homem, marcou o sentido de vida pública.

Sr. Presidente, eminentes colegas, a emoção é profundamente válida. Escrevi numa carta, marcada pela gratidão, palavras que levei ao meu querido e saudoso Presidente Ernesto Geisel. Dividi com ele o meu mandato. Disse a ele que o mandato não me pertencia, mas pertencia por inteiro ao Governo dele, que fez com que o Estado do Espírito Santo tivesse duas fases distintas: antes e depois de Ernesto Geisel.

Ernesto Geisel fecundou o meu Estado com a sua visão de Estadista, viu em meu Espírito Santo talvez uma das maiores potencialidades deste País. O setor portuário, que é a vocação do meu Estado, recebeu um influxo extraordinário - a decisão da CST.

É preciso que se fale aqui na política social do Presidente Ernesto Geisel. As pessoas humildes receberam, por meio de seu gesto de governo e da magnitude de sua personalidade, o afago necessário, o afago do Poder Público. Foram milhares os que se beneficiaram nas favelas do Espírito Santo nos lotes urbanizados que foram implantados, uma experiência que, infelizmente, não logrou prosperar em outros Governos.

Lembro-me - e por uma dessas coincidências, eminentes Colegas e eminente Presidente Antonio Carlos Magalhães, tenho aqui testemunhas oculares - de um dos momentos mais importantes da história política do Estado: o povo compareceu em massa às ruas principais de Vitória para saudar Ernesto Geisel, do aeroporto até o Palácio, numa manifestação, que os ex-Ministros que aqui estão

sabem, inesquecível. E o Presidente Ernesto Geisel nada me disse, nada falou; apenas segurou-me a mão e a apertou, num gesto que guardo até hoje no meu coração, um momento de alegria que ele teve dentro de si.

O Presidente Ernesto Geisel tem para o Espírito Santo uma importância tão grande que a minha voz aqui não poderia ser uma voz da homenagem ao grande Estadista que ele foi, ao grande Presidente que marcou este País; é a voz agradecida do Espírito Santo, é a voz agradecida de um Governador que vem a esta tribuna e que se orgulha de ser produto da ação política de Ernesto Geisel. E não nego isso em nenhum lugar, porque foi para mim motivo de muito orgulho estar ao lado desse Presidente que marcou, em todos os momentos, uma atuação inesquecível.

Como se não bastasse as inúmeras audiências, Ernesto Geisel visitou o Estado várias vezes; cada projeto era objeto da sua visita. O Presidente visitava a orla portuária, a Vale do Rio Doce. O Presidente queria conhecer os programas sociais - e gravo neste momento gesto inesquecível para registro da posteridade e do meu Estado.

Certa vez, eu e o Presidente Ernesto Geisel saímos de helicóptero do Aeroporto de Vitória rumo a Anchieta para inaugurarmos a Samarco - eu tinha um pavor terrível a avião e a helicóptero, mas o meu sentimento de dever colocou-me ao lado do Presidente, no meu primeiro vôo como Governador. Já alçávamos vôo sobre a baía de Vitória quando o Presidente Ernesto Geisel, num momento que é preciso que fique registrado na história do Espírito Santo, perguntou-me onde ficaria a terceira ponte que tanto pedia em favor do Espírito Santo. Mostrei-lhe a ligação Vitória-Vila Velha. Evidentemente, do helicóptero, tratava-se de um trecho bastante pequeno, mas era importante para mostrar a conurbação da Grande Vitória. Esse foi, talvez, um dos momentos mais importantes da história do meu Estado. Prosseguimos a viagem a Anchieta e tivemos dia marcado por inaugurações.

Uma semana e meia depois, no Palácio Anchieta, recebi comunicado da Presidência da República para que comparecesse a Brasília porque o estudo feito por Figueiredo Ferraz tinha sido aprovado pelo Presidente Ernesto Geisel. Assim, a maior obra de engenharia do Espírito Santo, o nosso orgulho, que emoldura o Convento da Penha, é devida exclusivamente ao gesto pessoal do Presidente Ernesto Geisel. Os capixabas sabem disso e têm noção exatamente dessa gratidão.

Portanto, hoje não farei um discurso convencional. Hoje quero falar com o coração, marcado pela emoção: jamais na minha vida vou me esquecer de Ernesto Geisel. Ele foi muito importante para mim no gesto do cumprimento à minha mãe, uma mulher simples, que pela primeira vez colocou um vestido comprido para ver o Presidente da República. O que Ernesto Geisel falou à minha mãe era a sensibilidade do amigo me dando a maior emoção, ao dizer à minha mãe do carinho que ele tinha com o Governador do Espírito Santo.

D. Lucy, Ernesto Geisel e Amália Lucy foram sempre recebidos em minha casa como pessoas da nossa família. O maior depoimento que posso dar é o dos empregados. Admiravam D. Lucy, que, com o maior despojamento, ia para a cozinha aprender a fazer a moqueca capixaba.

Lembro-me do Presidente Geisel, que, na sua simplicidade, colocou o calção - foi uma foto histórica que saiu em todos os jornais - e tomou banho na nossa Praia da Costa, despojando-se das roupas oficiais.

Ernesto Geisel foi muito importante para o Estado. Ernesto Geisel foi muito importante para mim. Não faço um discurso. Dou um depoimento, o depoimento da emoção e da gratidão. Muito obrigado. (Palmas)

**ATA DA 5ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, REALIZADA EM 7 DE
JULHO DE 1997****(Publicada no DSF de 08/07/97)****RETIFICAÇÃO**

Exclua-se, por publicação indevida, na página 13.329, 2ª coluna, o seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) -- Com referência ao ofício nº 77/97-CCJ, lido anteriormente, e, tendo em vista o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania concluir, por unanimidade, pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1996, de autoria do Senador Valmir Campelo, que dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte coletivo urbano, em dias de eleições, a eleitores residentes nas zonas urbanas, a Presidência, nos termos do art. 101, § 1º, do Regimento Interno, determina o arquivamento definitivo da matéria.

Agenda cumprida pelo Presidente Antonio Carlos Magalhães

07/08/97
Quinta-feira

-
- 10:00** - Despacho interno
11:00 - Juiz Raymundo Carlos Figueirôa, Coordenador do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho.
11:30 - Senhor Luiz Carlos Bresser Pereira, Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado
15:30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

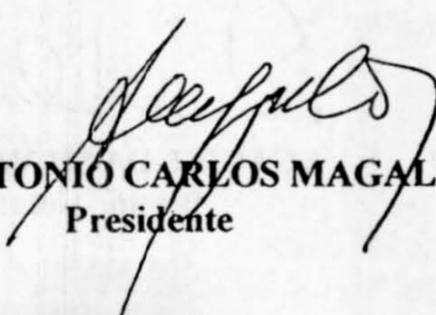
ATO DO PRESIDENTE**ATO DO PRESIDENTE
Nº 184, DE 1997**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de sua competência,

RESOLVE nomear JOEL ARRAIS para compor a Assessoria Técnica da Diretoria-Geral, prevista no art. 11 e Anexo I, 2, da

Resolução nº 9, de 1997, exercendo a função de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, em 07 de agosto de 1997



Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

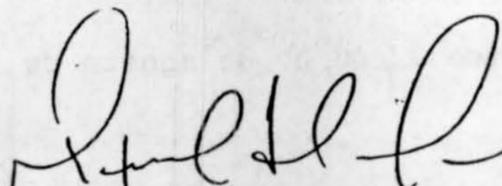
ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2.523, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 11515/97-0,

RESOLVE designar o servidor LUIS FERNANDO PIRES MACHADO, matrícula 5029, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Lauro Campos, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 07 de agosto de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

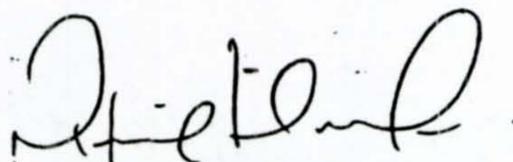
ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 2.524, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 11386/97-5,

RESOLVE designar o servidor CÍCERO BELO DA SILVA, matrícula 3351, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de

Artesanato, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete da Senadora Marluce Pinto, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 07 de agosto de 1997.



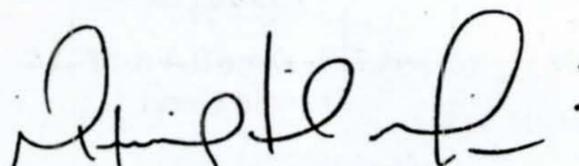
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.525, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 011858/97-4,

RESOLVE designar a servidora do PRODASEN, RACHEL ALVES, matrícula 410, ocupante do cargo efetivo de Analista de Informática Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete da Liderança do PMDB, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 07 de agosto de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

<p>MESA Presidente Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</p> <p>1° Vice-Presidente Geraldo Melo - PSDB - RN</p> <p>2° Vice Presidente Júnia Marise - Bloco - MG</p> <p>1° Secretário Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</p> <p>2° Secretário Carlos Patrocínio - PFL - TO</p> <p>3° Secretário Flaviano Melo - PMDB - AC</p> <p>4° Secretário Lucídio Portella - PPB - PI</p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>1° - Emília Fernandes(*) - - RS 2° - Lúcio Coelho - PSDB - MS 3° - Joel de Hollanda - PFL - PE 4° - Marluce Pinto - PMDB - RR</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Reeleito em 2-4-97) Romeu Tuma - PFL - SP</p> <p>Corregedores - Substitutos (Reeleitos em 2-4-97)</p> <p>1° - Ramez Tebet - PMDB - MS 2° - Joel de Hollanda - PFL - PE 3° - Lúcio Alcântara - PSDB - CE</p>	<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR</p> <p>(Designação : 16 e 23-11-95) Nabor Junior - PMDB - AC Waldeck Ornelas - PFL - BA Emília Fernandes - PTB - RS José Ignácio Ferreira - PSDB - AC Lauro Campos - Bloco - DF</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Élcio Alvares - PFL - ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda - PSDB - DF Wilson Kleintübing - PFL - SC Ramez Tebet - PMDB - MS</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Gilberto Miranda Romero Jucá Romeu Tuma Júlio Campos</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra</p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sergio Machado</p> <p>Vice-Líderes Osmar Dias Jefferson Peres José Ignácio Ferreira Coutinho Jorge</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líderes Sebastião Rocha Antonio Carlos Valadares Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitacio Cafeteira</p> <p>Vice-Líderes Leomar Quintanilha Esperidião Amim</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>Vice-Líder Regina Assumpção</p>
--	---	--

(*) Sem partido

Atualizada em 7/8/97.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Natos Junior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Carnata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Alves
2. Francoelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Wilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (Ex-PPR + Ex-PP)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPTÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SERRA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES	SUPLENTE		
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
ODACIR SOARES	RO-3218/20	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PSDB			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSBT	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77
PTB			
JOSÉ EDUARDO VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

Atualizada em: 10/06/97

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
 (29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
ODACIR SOARES	RO-1031/1129	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO		8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
VAGO		9-VAGO	

PMDB

CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078	3-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/70
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	8-VAGO	

PSDB

LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67

PPB

ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06

PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMILIA FERNANDES(*)	RS-2331/37
----------------	--------------	-----------------------	------------

(*) Desfilou-se do PTB em 5/08/97

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
 FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
 FAX: 311-3652

Atualizada em: 7/08/97

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE(S))

TITULARES		SUPLENTE(S)	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-ODACIR SOARES	RO-3218/20
PMDB			
JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-VAGO	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52
PSDB			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	4-OSMAR DIAS	PR-2124/25
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
 FAX: 311- 4315

Atualizada em: 18/07/97

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
 PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
 VICE-PRESIDENTE: (VAGO)
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PFL

JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/46
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
VAGO		6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
VAGO		7-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
VAGO		8-VAGO	

PMDB

JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
VAGO		7-VAGO	

PSDB

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-JOSÉ SERRA	SP-2351/52

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	3-VAGO	
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	

PPB

LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57

PTB

EMILIA FERNANDES (*)	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
----------------------	------------	--------------------	------------

(*) Desfilou-se do PTB em 5/08/97

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO BORGES
 LINHARES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

Atualizada em: 7/08/97

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA

VICE-PRESIDENTE: CARLOS WILSON

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-VAGO	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		
PMDB			
ONOFRE QUINAN	GO-3148/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
VAGO			
VAGO			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ SERRA	SP-2351/52		
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/15	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			
PPB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/57
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348		

REUNIÕES: (HORÁRIO A SER FIXADO)
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

- Atualizada em: 18/07/97

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES**SUPLENTE****PFL**

FREITAS NETO	PI-2131/2137	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	4- WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104

PMDB

NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2270	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	5-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	6- VAGO	

PSDB

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-VAGO *1	MS-2381/2387

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPPLY (PT)	DF-2341/47
VAGO *1		3- LAURO CAMPOS (PT)	

PPB

LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA-1411/4073

PTB

REGINA ASSUMPCÃO	MG-2321/2327	1-EMILIA FERNANDES (*)	RS-2331/37
------------------	--------------	------------------------	------------

(*) Desfilou-se do PTB em 5/08/97

OBS: *1 - FALTA INDICAÇÃO DA LIDERANÇA CONFORME NOVA PROPORCIONALIDADE DA ATUAL SESSÃO LEGISLATIVA.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

Atualizada em: 7/08/97

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	6-VAGO	
PMDB			
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
PEDRO SIMON	RS-3230/31	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-3051/53	5-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/62	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82
PPB			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2171/72	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
PTB			
EMILIA FERNANDES (*)	RS-2331/34	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321

(*) Desfilou-se do PTB em 5/08/97

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

Atualizada em: 7/08/97

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
(Designação em 25-04-95)**

**Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN
Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO
Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA**

SENADORES			DEPUTADOS		
Titulares		Suplentes	Titulares		Suplentes
	PMDB		Bloco Parlamentar PFL/PTB		
José Fogaça		Marluce Pinto (1)	Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Casildo Maldaner		Roberto Requião	Paulo Bornhausen		José Carlos Vicira
	PFL			PMDB	
Vilson Kleinübing		Joel de Hollanda	Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Romero Jucá		Júlio Campos	Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB			PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo	Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPB			PPB	
Esperidião Amin			Fetter Júnior(3,4)		João Pizzolatti
	PTB			PP	
Emilia Fernandes(5)			Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PP			PT	
Osmar Dias(2)			Miguel Rossetto		Luiz Mainardi
	PT	Benedita da Silva			
		Eduardo Suplicy			
		Lauro Campos			

1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95

2 Filado ao PSDB, em 22-6-95.

3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95.

4 Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1-2-96

5 Desfilou-se do PTB em 5-8-97

SENADO
FEDERAL



SECRETARIA
ESPECIAL
DE EDITORAÇÃO
E PUBLICAÇÕES

EDIÇÃO DE HOJE: 64 PÁGINAS